

Maria Helena Rocha

**AS OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE
MINAS GERAIS EM 1991 E 1998**

Orientador: Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti

Co-orientador: Prof. Dr. Leônidas Conceição Barroso

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Belo Horizonte (MG)

2003

Rocha, Maria Helena

R672

As ocorrências de homicídios nos municípios de Minas Gerais:1991-1998/
Maria Helena Rocha ; Orientador: José Irineu Rangel Rigotti; Co-orientador:
Leônidas Conceição Barroso. 2003.
200 fls: 23 il.

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial.

Acompanhado de CD-ROM - Anexos

1. Homicídios – Minas Gerais. I. Rigotti, José Irineu Rangel. II. Barroso,
Leônidas Conceição. III. Título.

CDU 343.61(815.1)

Dedico este trabalho a todos aqueles que não desistem nunca frente aos tropeços e cujo maior desafio é a cada novo dia iniciar sempre.

*A voz do intelecto é baixa, mas
não pára enquanto não se faz ouvida*

Freud

A G R A D E C I M E N T O S

A todos aqueles que de alguma forma estiveram presentes na realização deste trabalho, e de maneira especial,

ao prof. José Irineu R. Rigotti, pela eficiência, receptividade, acolhimento e abertura que me permitiram desenvolver o presente trabalho passo a passo com minha formação, agregando e alicerçando com os novos saberes que esta Casa me facultou;

ao prof. Leônidas C. Barroso, co-orientador desta caminhada, pela tranquilidade, competência e eficiência na condução de todo o processo, marcadamente nos momentos mais difíceis;

à professora e psicanalista Ana Maria Portugal M. Saliba, pelo acolhimento e orientação permitindo-me um trânsito por novas vias;

aos meus pais “in memoria”, meus agradecimentos pela transmissão do melhor de vocês na minha formação e com quem divido todo o êxito deste momento em lembranças;

ao prof. João Francisco de Abreu pela receptividade e acolhimento neste Programa e especialmente pela sua sensibilidade, competência e acuidade de suas percepções;

ao prof. Oswaldo B. Amorim Filho, pela atenção, solidariedade e principalmente pelo caminho do conhecimento articulado no dia a dia de suas aulas;

ao prof. José Eustáquio M. de Paiva, pelo incentivo, confiança, sensibilidade e discernimento em todos esses momentos;

à Renata e ao Alexandre a quem tive a ventura de recebê-los nesta vida, meus agradecimentos pelo estímulo e principalmente pela alegria;

à profa. Maria de Lourdes Rocha de Lima, pela madura serenidade, companheirismo e estímulo para uma nova forma de olhar e visão de futuro;

à profa. Márcia Magalhães pela amizade, acolhimento e biblioteca disponibilizada no decorrer de todo o Curso, permitindo-me uma qualidade ímpar em face ao material que me era acrescentado;

às profas. Mirian Chaves e Lúcia Brasil, pelos rincões das artes e aconchegos, nos momentos árdusos, ombreados pela permanente solidariedade;

à Izabella Carvalho, ao Danny Zahadinne, ao Jarvis Campos e ao Ricardo Palhares, pelo apoio técnico quando da composição do banco de dados e da cartografia e calorosa receptividade;

aos amigos e colegas, Evanilde e Jarbas pelas trocas, e pelo acolhimento e alegria
no decorrer deste processo;

aos demais companheiros de jornada e de vida, clientes e amigos, obrigada pelas
trocas o dia-a-dia;

à Bete e ao Francisco, do apoio técnico da Pós-Graduação em
Geografia/Tratamento da Informação Espacial/PUC Minas, pela
solidariedade amiga, eficiência e presteza nos atendimentos;

à Elisa, José Júlio e Eliana, Leda, Lélia, Márlia, Rosana e Vânia, sempre presentes
e confiantes no andar dessa caminhada;

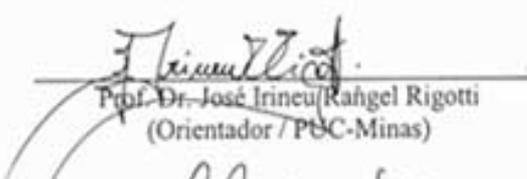
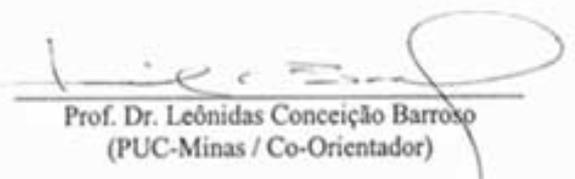
à Maria Auxiliadora C. Blom e Helenice, Rêgo dos S. Cunha, pela revisão,
eficiência e atenção neste momento tão difícil ;

à CAPES, pela sessão de bolsa, o que permitiu-me cursar o mestrado;

ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/Tratamento da Informação
Espacial/PUC Minas, pela cessão dos dados e por todo o suporte
operacional e técnico que utilizei neste trabalho.

COMISSÃO EXAMINADORA

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2003

 Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti (Orientador / PUC-Minas)	 Prof. Dr. Leônidas Conceição Barroso (PUC-Minas / Co-Orientador)
 Prof. Dr. Roberto do Nascimento Rodrigues (CEDEPLAR / UFMG)	 Profª Drª Ana Maria Portugal Maia Saliba (IEC / PUC-Minas)

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – CORRELAÇÃO POSITIVA.....	128
FIGURA 02 – CORRELAÇÃO NEGATIVA.....	128
FIGURA 03 – AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO.....	129
FIGURA 04 - CORRELAÇÃO POSITIVA PERFEITA	132
FIGURA 05 - CORRELAÇÃO NEGATIVA PERFEITA.....	133
FIGURA 06 – MINAS GERAIS – MUNICÍPIOS–HIERARQUIA URBANA – 1999	138
FIGURA 07 – MINAS GERAIS – REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO A POPULAÇÃO	139
FIGURA 08 – ETAPAS DO PROCESSO METODOLÓGICO	140
FIGURA 09 – HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS –1991	148
FIGURA 10 - HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS –1998.....	151
FIGURA 11 – TAXA BRUTA DE HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS – 1991	156
FIGURA 12 – TAXA BRUTA DE HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS – 1998	160
FIGURA 13 - TAXA BRUTA PADRONIZADA DE HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS – 1991	165

FIGURA 14 - TAXA BRUTA PADRONIZADA DE HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS – 1998	169
FIGURA 15 – MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS/1991 – ÓBITOS POR HOMICÍDIOS	173
FIGURA 16 – MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS/2000 – ÓBITOS POR HOMICÍDIOS	175
FIGURA 17 – RMBH/1991: OCORRÊNCIA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIOS	178
FIGURA 18 – RMBH/2000: OCORRÊNCIA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIOS	181
FIGURA 19 - RMBH/1991: TBHs	183
FIGURA 20 - RMBH/2000: TBH	184
FIGURA 21 - RMBH/2000: TBHs	185
FIGURA 22 – NÍVEL 03/1991: OCORRÊNCIA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIOS	187
FIGURA 23 – NÍVEL 03/1991: TAXA BRUTA DE HOMICÍDIOS PADRONIZADA (TBHs)	188

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – VARIÁVEIS E SUB-CATEGORIAS.....	122
QUADRO 02 – MATRIZ DE DADOS/RMBH_2000.....	123
QUADRO 03 – MATRIZ DE CORRELAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE/2000.....	131
QUADRO 04 – HIERARQUIA URBANA DE MINAS GERAIS.....	137
QUADRO 05 – CORRELAÇÕES ALTAS X OCORRÊNCIA DE ÓBITOS POR MUNICÍPIO – MINAS GERAIS – 1991/2000.....	172
QUADRO 06 - CORRELAÇÕES ALTAS X OCORRÊNCIAS DE ÓBITOS, THB E TBHs DA RMBH/MINAS GERAIS – 1991	177
QUADRO 07 - CORRELAÇÕES ALTAS X OCORRÊNCIAS DE ÓBITOS, THB E TBHs DA RMBH/MINAS GERAIS – 2000	180
QUADRO 08 - CORRELAÇÕES ALTAS X OCORRÊNCIAS DE ÓBITOS E TBHs DO NÍVEL 03/MINAS GERAIS – 1991	186

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS – 1991:
CLASSES E ABRANGÊNCIA..... 146

TABELA 02 – OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS – 1998:
CLASSES E ABRANGÊNCIA..... 149

TABELA 03 – TAXA BRUTA DE HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS – 1991: CLASSES
E ABRANGÊNCIA.....154

TABELA 04 – TAXA BRUTA DE HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS – 1998: CLASSES
E ABRANGÊNCIA..... 158

TABELA 05 - TAXA BRUTA PADRONIZADA DE HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS
– 1991: CLASSES E ABRANGÊNCIA 163

TABELA 06 - TAXA BRUTA PADRONIZADA DE HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS
– 1998: CLASSES E ABRANGÊNCIA 167

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – FABRIS, Z. O CRIME DAS IRMÃS PAPIN: O TEMPO DO ESPELHO

ANEXO B – OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS – 1991: CLASSES E ABRANGÊNCIA

ANEXO C – TAXA BRUTA DE HOMICÍDIOS (TBH) DE MINAS GERAIS – 1991

ANEXO D – TAXA BRUTA PADRONIZADA DE HOMICÍDIOS (TBHs) DE MINAS GERAIS – 1991

ANEXO E – OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS – 1998: CLASSES E ABRANGÊNCIA

ANEXO F – TAXA BRUTA DE HOMICÍDIOS (TBH) DE MINAS GERAIS – 1998

ANEXO G – TAXA BRUTA PADRONIZADA DE HOMICÍDIOS (TBHs) DE MINAS GERAIS – 1998

ANEXO H – HIERARQUIA DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS – 1991/1998

RE S U M O

Este trabalho buscou caracterizar a situação do homicídio nos municípios do Estado de Minas Gerais, nos anos de 1991 e 1998. Inicialmente foi trabalhada a parte conceitual, em que caracterizou o crime e o homicídio, bem como foram levantados diversos aspectos relacionados à ocorrência dos homicídios, suas relações e interações com outras disciplinas. Esse aporte teórico norteou tanto a composição do banco de dados usado no suporte estatístico, quanto à geração de informações e análises subseqüentes. Para caracterizar a situação estadual nesses dois anos, tomou-se dos dados de ocorrência de homicídios, calculando-se, em seguida, a taxa bruta e padronizada, o que possibilitou a geração cartográfica por município e buscou-se compreender o contexto em que ocorrem. Para tanto, utilizou-se do método estatístico das correlações, cujo conjunto de valores obtidos possibilitou melhor compreender as ocorrências e suas tendências. A análise ressaltou a não homogeneidade das situações verificadas, com o Estado geograficamente configurado em dois blocos distintos, norte e sul, e apresentou a maior confluência de homicídios segundo o eixo W-E e em alguns centros isolados no norte e no sul-sudeste. O bloco norte apresentou uma menor ocorrência de homicídios, enquanto no bloco sul encontraram-se os níveis mais altos. A faixa destacada congregou municípios com maior população, ressaltando-se a Região Metropolitana de Belo Horizonte, na qual Belo Horizonte sobressaiu com o maior índice de homicídios do Estado. As análises possibilitaram a compreensão de que a violência vem-se orientando para os maiores centros urbanos, como também vem apresentando um número crescente de homicídios, o que indica uma certa perda de controle da situação por parte do poder constituído.

PALAVRAS-CHAVE: Homicídio, Violência, Criminalidade, Classificação, Minas Gerais.

A B S T R A C T

This work tried to characterize the homicid status in towns belonging to Minas Gerais state in 1991 and in 2000. In the first part, the conceptual discussion is carried out, where crime and homicid are characterized as well as several aspects related to homicid occurrence, their relationship and interaction with other subject matters are listed. This theoretical support directed either the database composition, which is the statistical background, and the information generation and subsequent anlysis. To characterize the state condition in those two years, data related to the homicid were taken on account. Thus, the net and standardized rates were calculated to make the cartographical generation possible. After that, the efforts were focused on the understanding the context where they occurred. To accomplish this, the statistical method of co-relations was employed, which gave rise to a set of values that make the understanding of their occurencies and tendecies easier. The analysis emphasized the heterogenous aspect of the verified situations: the state could be geographically divided into two distinct blocks – north and south, whereas the larger cluster of homicides was located in the W – E axis and in some isolated centers in the north and in the south – southwest. The north block showed a smaller occurrence of homicides while the higher levels were found in the south block. The enhanced string congregated towns with large population, especially the Região Metropolitana de Belo Horizonte, where Belo Horizonte showed the highest level of homicides in the state. The analysis facilitated the understanding that violence spreads towards the biggest urban centers as well as it presents an increasing number of homicides, which indicates a loss of control by the constituted power.

KEY-WORDS: Criminality, Homicide, Violence, Classification, Minas Gerais.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE QUADROS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE ANEXOS.....	12
RESUMO.....	13
ABSTRACT.....	14
1. INTRODUÇÃO.....	17
2. MARCO TEÓRICO.....	31
2.1 Panorama conceitual.....	31
2.1.1 Conceitos básicos.....	36
2.1.1.1 <i>Homicídio</i>	37
2.1.1.2 <i>Violência</i>	38
2.1.1.3 <i>Criminalidade</i>	39
2.1.2 Situação do homicídio e da violência.....	41
2.1.3 Violência e criminalidade.....	45
2.1.4 Situação das taxas de homicídio em Minas Gerais, no Brasil e no mundo.....	47
2.1.4.1 <i>No contraponto das pesquisas</i>	49
2.1.4.2 <i>Algumas teorias do ator e do crime</i>	64
2.2. O mito da dissolução do bem e o imperativo da crueldade.....	67
2.2.1 Breve introdução às funções da psicanálise em criminologia.....	69
2.2.2 Kant com Sade.....	74
2.2.3 Da passagem do crime para a realidade do crime.....	78
2.3 Contextualização do espaço histórico-geográfico de Minas Gerais, 1990 e 2000	80
2.3.1 Urbanização do Estado de Minas Gerais.....	82
2.3.1.1 <i>O panorama mineiro nas quatro últimas décadas</i>	87
2.3.1.2 <i>O sistema metropolitano (RMBH) e a Capital do Estado</i>	90
2.3.1.3 <i>Problemas da RMBH</i>	95
2.3.1.4 <i>Bases da economia mineira</i>	96

2.3.2	Infraestrutura urbana.....	98
2.3.3	Aspectos demográficos do espaço mineiro, Estado de grandes dimensões	101
3.	METODOLOGIA.....	107
3.1	Etapas do trabalho	109
3.1.1	Descrição das taxas.....	112
3.1.1.1	<i>Taxa de crescimento (r)</i>	113
3.1.2	Mortalidade.....	114
3.1.2.1	<i>Taxa bruta de mortalidade por homicídios: TBH</i>	114
3.1.2.2	<i>Taxa específica de mortalidade: TEM</i>	116
3.1.3	Padronização.....	117
3.1.3.1	<i>Padronização direta</i>	118
3.2	Descrição da análise de correlações	120
3.2.1	Diagrama de dispersão.....	127
3.2.2	Matriz de correlações.....	129
3.3	Metodologia do padrão urbano.....	133
3.3.1	Padrão urbano	134
3.3.2	Síntese do processo.....	141
4.	RESULTADOS E ANÁLISES	144
4.1	Análise dos Mapas: 1991 e 1998	146
4.1.1.	Óbitos por homicídios	146
4.1.2	Taxa bruta de homicídios (TBH).....	153
4.1.3	Taxa bruta padronizada de homicídios (TBHs).....	162
4.2	Correlações de 1991 e 2000	172
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	194

1. INTRODUÇÃO

A violência e a criminalidade se consubstanciam, a partir dos meados da década de 80, numa realidade que atinge tanto a escala global quanto a local, constituindo-se num dos grandes desafios para este início de século (IZUMINO; NEME, 2002). Acentuadamente, na década de 90, direta ou indiretamente, presencia-se uma onda endêmica de violência que assola o Brasil, transformando a vida dos cidadãos e marcando profundamente toda a sociedade (SANTOS, 2002). Apesar da violência e da criminalidade constituírem uma expressão presente nas sociedades humanas e em todo o processo histórico, vive-se hoje uma situação sem precedentes em que, juntamente à sua escalada sem limites, presencia-se a sua consolidação como uma realidade central da sociedade contemporânea (CAMARGO, 2002).

Com base em estudos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, dados apontam para o crescente aumento da violência, ressaltando-se os homicídios. As regiões metropolitanas brasileiras registram um acentuado aumento de homicídios nas duas últimas décadas, secundando a das totalidades das causas orgânicas (CAMARGO, 2002). Os meios de comunicação vêm reiterando tais dados pelo grande consumo de tempo em notícias locais ou mundiais que retratam essa realidade (SANTOS, 2002).

Vivencia-se a disseminação da violência e da criminalidade, culminando em pânico e mobilizando ações de pessoas e grupos que buscam proteger-se, e, paralelamente, um desalinhamento entre a sociedade e o Estado, perpetrado na descrença da Lei e da justiça, o que gera uma situação de mal-estar e comprometimento do equilíbrio social (CALDEIRA, 2002). Assim, pode-se ver que a extensão e a complexidade do problema vêm consumindo grandes esforços de uma sociedade perplexa e desorganizada para o enfrentamento do

problema e que se vê drenada pelo aparato concreto da violência, que afeta de forma avassaladora a vida das pessoas em diversos níveis e de diversas formas (ZALUAR, 2002).

Vale refletir sobre o significado da violência, cuja virulência perpassa por todo o reticulado simbólico das relações humanas, tanto no nível privado quanto público, atingindo o desfecho pela palavra ou pela ação praticada. A violência, assim, se apresenta em diversos níveis, e seu desencadear caracteriza a transgressão do nível de permissividade social, produzindo um mal-estar testemunhal dos atos transgressores (HOUAISS; VILLAR, 2001). Nesse espectro situa-se o crime, constituindo-se em um ato doloso, sob o eixo da premeditação, cujos objetos podem ser pessoas ou bens, manifestando-se em um amplo leque de variações ou tipos (SANTOS, 2002). No caso de crimes contra pessoas, quando resultam em homicídio, este se dá pela constatação da imediaticidade do ato, constituindo o fato uma classe universal, por ser o único tipo de crime que sofre um mínimo de distorções de caracterização de registro, permitindo sua comparação nas diferentes escalas (BEATO FILHO, 2001).

A rápida mudança no perfil da criminalidade violenta “[...] aponta para a prevalência de crimes vinculados a uma espécie de organização mais elaborada do mercado de atividades criminosas” (BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS_BDMG, 2002, p. 62), como no caso do tráfico de drogas, nos crimes de natureza financeira como fraude, crimes de colarinho branco e, principalmente, nos crimes de assalto, os quais supõem um mercado de receptação e distribuição dos itens roubados.

Com relação aos homicídios, pesquisas destacam o fato do País registrar “[...] indicadores de mortalidade por homicídios muito superiores aos internacionais no segmento jovem da população” (POCHMANN, 2002, p. 39). Tais resultados têm sido corroborados por outros autores, como Saporì; Batitucci (2000) e Zaluar (2002), os quais vêm “[...]”

denunciando a imersão de grande parte da juventude brasileira no amplo ambiente da violência” (JORGE, 2002, p. 52).

Como ressaltam Beato Filho et al. (2001), Jorge (2002) e Pochmann (2002), a classe dos homicídios, com suas diversas formas de ocorrência, parece escolher o grupo de jovens e, preferencialmente, a faixa masculina. Este grupo, marcado pelo despreparo para o mercado de trabalho e ligado a uma situação em que prevalecem a baixa oferta de emprego e a falta de formação profissionalizante, além de outros fatores como a falta de moradia e as baixas condições de saúde, apresenta-se como um campo propício para o desencadeamento do crime.

Na busca de alternativas, esses jovens ligam-se ao trabalho informal, sem carteira assinada e sem nenhum resguardo com a seguridade e a segurança, como também ao tráfico de drogas ou ao mercado clandestino. Sob esse destino, ainda na fase final da adolescência, acabam formando novos núcleos familiares, sem maturidade e sem um vínculo de trabalho que lhes permita assumir economicamente essa nova realidade. Tal situação amplia a dramaticidade que as relações de vinculação e desvinculação têm para com esse novo núcleo social. Esses fatos são ainda mais acentuados pela migração dessas pessoas para os centros urbanos mais dinâmicos, onde passam a ocupar os lugares periféricos. Esse grupo não se fixa, mudando constantemente, resultando assim na sua desfiliação, tanto do espaço quanto da família, de modo que, em curto espaço de tempo, e nesse viés, devido às condições de vida e à falta de vínculos mais profundos com as normas sociais de estabilidade e bem-estar, acabam por encaminhar-se para a criminalidade, e de toda a ordem (BEATO FILHO et al., 2001). Resultados de pesquisas têm apontado para as características desta fase, marcada por forte impetuosidade e pelo espírito aventureiro, de modo que esse grupo se torna mais exposto a tais riscos e vicissitudes (ZALUAR, 2002).

Os dados expostos permitem refletir sobre as conseqüências da dizimação de indivíduos em plena idade produtiva, tanto para a sociedade quanto para a economia do País, além dos aspectos nocivos que a violência em si produz. A violência exacerbada é um poder paralelo pautado na dissolução dos objetivos de crescimento e de desenvolvimento do País, da qualidade de vida e da qualificação da própria pessoa. Intervir na violência é primordialmente poder lidar com um futuro possível (JORGE, 2002).

Por outro lado, a sociedade brasileira caracteriza-se por um cenário de extrema desigualdade quanto à distribuição das riquezas, dos bens de cultura, da saúde e da educação, da qualificação de mão-de-obra e de sua absorção pelo mercado de trabalho, quer pela via formal, quer pela informal. Ao mesmo tempo, assiste-se aos profundos reflexos oriundos da pulverização de valores, fenômeno este que se preanuncia nos anos 80 e vinga nos anos 90, seguidos pela descrença no sistema e nas políticas de segurança pública, entre outros (ADORNO, 2002). Paralelamente, presencia-se, direta ou indiretamente, o desencadear do fenômeno da violência que se instala nos grandes centros urbanos e nas áreas dinâmicas, materializando-se na ação de crime contra o patrimônio, seguido pelo crime contra pessoas, cuja disseminação deste último ocorre primordialmente nas periferias urbanas, conforme resultados de pesquisas realizadas por diversos órgãos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, 1998).

Beato Filho (2001) coloca que o espaço urbano deve ser entendido como um ecossistema, composto “[...] por processos físicos, econômicos e éticos, em que a diversidade e a interdependência cumpriram a função de revitalização e controle” (JACOBS, 1992 *apud* BEATO FILHO, 2001, p. 35), nos quais “[...] os problemas de segurança estariam diretamente relacionados ao enfraquecimento dos mecanismos habituais de controle exercidos naturalmente pelas pessoas” (BEATO FILHO, 2001, p. 35) que neles vivem.

O centro é um pólo de desenvolvimento, detentor de tecnologia mais avançada, pessoal mais qualificado, melhor acesso dos sistemas de comunicação traduzidos pelas redes de transporte e comunicação e de maior atenção por parte dos órgãos públicos. Por se constituírem locais “[...] de convergência e superposição dos vários sistemas de infraestrutura e de emprego para as grandes massas, passa a desempenhar a função de socialização do consumo e de fruição coletiva do espaço urbano” (BEATO FILHO, 2001, p. 36). O centro é o espaço da heterogeneidade, sendo provável que alguns desses aspectos constituam um campo fecundo para a criminalidade contra o patrimônio, como tem sido demonstrado pelos altos índices de tais ocorrências registrados pelas pesquisas.

Já as periferias urbanas, geralmente, são ocupadas por pessoas de poder aquisitivo mais baixo, sendo marcadas pela escassez de atividades econômicas e culturais importantes e diversificadas. Sua população é geralmente proveniente de áreas rurais ou mesmo de áreas urbanas estagnadas economicamente, sujeitando-se a condições de vida restritas ou mesmo escassas. O nível de desigualdade e de carência quase generalizada é, muitas vezes, acentuado pelo vínculo ao álcool, à droga, à prostituição, o que torna seus habitantes mais vulneráveis a prática do crime contra a pessoa (BEATO FILHO, 2001).

Nesse sentido, os grandes aglomerados urbanos, marcados pela ocupação desorganizada, têm acrescido os problemas relativos à saúde e mortalidade infantil, à educação, à habitação, à infra-estrutura, à pobreza, dentre outros, como se destaca a seguir e cujos efeitos também recaem sobre o aumento da violência.

Os estudos sobre a dinâmica demográfica brasileira das últimas décadas apontam para dois fenômenos com repercussão marcante no dimensionamento do problema habitacional, a urbanização e a metropolização, pois mais de 85 % da população residem nas cidades, segundo dados do Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, e a “[...] tendência atual é de inchaço das cidades médias, para onde se

deslocam na atualidade os problemas habitacionais, antes centralizados na RMBH” (GIVISIEZ, 2002, p. 135).¹ A questão hoje se dilata ainda para além dos números, ou seja, para a qualidade das construções, a densidade populacional dos domicílios, o peso dos aluguéis, a renda familiar e a necessidade de infra-estrutura, como, por exemplo, o saneamento básico, a coleta de lixo, além da agenda de prioridades para os segmentos populacionais mais necessitados (GIVISIEZ, 2002).

Dessa forma, a “[...] solução para os diversos problemas habitacionais vividos pelo Estado não passa unicamente pelas políticas de intervenção nas cidades” (GIVISIEZ, 2002, p. 135), mas pelo entrelaçamento efetivo que o poder público propicia, atenuando as carências e as desigualdades e os efeitos perniciosos dessas, como é o caso da violência, cujo combate demanda a eleição dos valores éticos da sociedade como seu maior bem.

Também o Sistema de Saúde do Estado, que era considerado um dos mais eficientes do País, apresenta-se incapaz de atender às demandas atuais, devido à nova implantação do Sistema Único de Saúde - SUS, com transferência de atendimento para os municípios, que, em grande número, apresentam-se incapazes de gerir a oferta de alguns serviços de saúde, como hospitais e serviços ambulatoriais de alta complexidade (ANDRADE, 2002b).

Tendo em vista as deficiências de planejamento e implementação de políticas de regionalização, grande parte da demanda estadual por serviços de saúde converge para a capital do Estado, congestionando seu sistema. Em 2001, segundo dados do SUS, cerca de 43 % dos pacientes internados em Belo Horizonte eram provenientes de outras cidades. Do montante de atendimentos de alta complexidade prestados pela rede hospitalar vinculada ao SUS da Capital, 55 % foram dispensados a moradores de outras regiões do Estado (ANDRADE, 2002b).

¹ Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Quanto à mortalidade infantil, essa tem alcançado declínio da taxa de mortalidade a partir dos anos de 80 e uma certa estabilidade nos anos de 90 (RIGOTTI; AMORIM FILHO, 2002).

Resultados do último Censo Demográfico 2000 do IBGE comprovam tal situação em relação às microrregiões do Estado, ao verificar a redução da “[...] perda de 35 mortes para cada mil crianças com menos de um ano de idade em 1991, para 26,3 por mil em 2000” (SIMÕES, 1999 *apud* RIGOTTI; AMORIM FILHO, 2002, p. 113). Entretanto assistimos à presença de marcantes desigualdades intra-estaduais, que refletem tanto os diferentes níveis de desenvolvimento alcançados, quanto às desigualdades no acesso aos serviços de saúde. Nesse sentido, ressalta-se a presença da diversidade por microrregiões, principalmente no norte do Estado, com taxas de mortalidade de 50 mortes para cada 1.000 nascidos vivos, próximas dos piores indicadores brasileiros, bem como outras, situadas principalmente na porção sul do Estado, com indicadores semelhantes aos melhores níveis verificados no País.

Quanto à educação, Oliveira (2002) aponta que grandes progressos têm ocorrido nos últimos anos, na área educacional, com a inclusão da nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996 e o Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental – FUNDEF; contudo, não têm sido suficientes para compensar o déficit do setor (OLIVEIRA, 2002). Existe hoje uma parcela mínima de crianças fora da escola, entretanto a qualidade da educação no ensino fundamental não foi debelada. Em continuidade, o segundo grau e o ensino técnico não só perderam em qualidade, como precisam ser incrementados de modo a poder responder à real demanda do mundo contemporâneo. Para o autor, ignorar o nexo causal entre educação e desenvolvimento foi, sem dúvida, o maior equívoco das políticas de desenvolvimento posta em prática no Brasil (OLIVEIRA, 2002), e permanecer significaria o comprometimento consciente do futuro.

Percorrendo os percentuais em 1991, Minas Gerais possuía 16,3 de analfabetos, para 10,9 em 2000, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE/2000. Percebe-se, entretanto, grande desigualdade entre os municípios. Aqueles situados nas regiões mais pobres apresentam taxas mais elevadas, enquanto os municípios de maior renda apresentam taxas inferiores e sem grande carência na oferta de ensino (OLIVEIRA, 2002).

Daí, a necessidade de investimentos em educação nessas áreas, em face à evidência de um montante de crianças fora da escola nessas regiões, ou com atendimento precário, além da população adulta sem acesso ao sistema de ensino, em contraste com o clima atual de universalização do ensino básico no Brasil (RIGOTTI; AMORIM FILHO, 2002).².

Por outro lado, a pobreza (ANDRADE, 2002a) constitui um fenômeno multidimensional, no qual estão sobrepostos diversos vetores de destituição que se reforçam mutuamente, gerando uma situação de pobreza persistente, e que se reproduzem. A pobreza em Minas Gerais apresenta-se, por um lado, como fruto de uma perversa distribuição de renda, com exclusão do mercado de consumo de grande parcela da população, por outro lado, quando vista espacialmente, as áreas mais pobres apresentam-se como as mais carentes em distribuição equitativa de recursos e políticas efetivas de desenvolvimento e investimentos na melhoria das condições locais. Ressaltam-se, nesse caso, as áreas situadas no norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, onde os PIBs de diversas microrregiões apresentam-se entre os mais baixos do Estado, o que corresponde também a grandes carências de infra-estrutura (ABREU et al., 2002a), notadamente nas áreas da educação, saúde e saneamento, comunicações e transportes. Em contrapartida, na parte sul do Estado, podem ser encontradas áreas cujas condições de vida se aproximam às dos Estados brasileiros com condições de vida mais altas e equiparadas às da Europa (RIGOTTI;

² As deficiências no atendimento em termos da alfabetização se dá “[...] no sentido noroeste-sudeste, que vai desde as mediações do Buritis passando ao norte de Curvelo e atingindo alguns municípios da Região do Planejamento/RP da Zona da Mata” (RIGOTTI; AMORIM FILHO, 2002, p. 113).

AMORIM FILHO, 2002). Observa-se ainda que esses locais onde predomina a pobreza sempre deixaram de incorporar grandes parcelas dos benefícios do desenvolvimento e da modernização (KOWARICK, 2002), de modo que as classes menos favorecidas chegam muitas vezes a ocupar uma verdadeira posição de

[...] apartação social quando se tem em mira as diferenças abismais que separam os estratos de nossa pontiaguda pirâmide social - fosso que ao segregar e discriminar em razão do local de moradia, vestimenta, ou cor de pele fundamenta a prepotência dos que são considerados inferiores (KOWARICK, 2002, p. 23) .

De modo geral, Minas Gerais apresenta um quadro caracterizado por baixas condições de vida no que se refere aos assentamentos urbanos e por uma organização produtiva desigual, com graves implicações para a promoção do desenvolvimento e condições de competitividade, fazendo-se prementes mudanças nos padrões ecológicos e nos modelos de gestão, envolvendo todos os setores econômicos e sociais num esforço planejado e coordenado, com vistas a um aproveitamento mais racional dos recursos (técnicos, financeiros, organizacionais) disponíveis, com uma visão de médio e longo prazo que garanta resultados e benefícios mais bem distribuídos (COSTA; CARNEIRO, 2002).

No que se refere à segurança pública, observou-se, nas últimas décadas, o desmantelamento do aparato físico e institucional da segurança pública, como também a ausência de políticas eficazes no combate ao crime e à violência. Como consequência, tem-se observado no Estado o aumento da prática de crimes violentos, que

[...] quadruplicaram em apenas uma década, e a formação de organizações criminosas em Minas Gerais ocorrem simultaneamente à falência do sistema prisional e à inadequação do aparato policial, polarizado por duas Polícias sem integração e, não raro, antagônicas (BDMG, 2002, p. 63).

Nesse quadro, vale lembrar a posição de destaque que o Estado de Minas Gerais ocupa no cenário nacional, tanto em termos geográficos, políticos, econômicos e demográficos, dentre outros, correspondendo ao quarto Estado em área, ao segundo em população, além de contar com o maior número de municípios da federação, contabilizando, em 2000, um total de 853 municípios. A população estadual em 2000 era composta por 17.891.494 habitantes, segundo dados do IBGE³, dispersa por 586.648 km². O Estado apresenta uma grande diversidade regional, incluindo grandes contrastes e desigualdades, neste aspecto apresentando-se dividido em dois blocos (ABREU, et al.,2001a), com o bloco norte acumulando grandes deficiências em infra-estrutura e baixo desenvolvimento econômico, quando comparado com o bloco sul, além de, com algumas exceções, apresentar menores índices de violência.

Essa rápida visão sobre a situação geral em que se encontra o Estado de Minas Gerais, permite ressaltar a importância de que o problema da violência e do homicídio se reveste em tal contexto em função do que este trabalho se localiza e ao qual remetem seus objetivos e justificativas.

A idéia de se pesquisar homicídio surgiu em meio a essa invasão da violência que afeta o cotidiano das pessoas, seus hábitos, seus horários, os locais onde vivem, as formas de conduta e as relações pessoais, enfim, o próprio modo como as pessoas reagem à violência e à criminalidade, engendrando novas formas reativas de se proteger e de se defender, independentemente da ação policial ou das políticas públicas, por ora em descrédito. Urge registrar o aumento da taxa de criminalidade, da especificidade e dos padrões do crime, dados esses concorrentes da atenção de pesquisadores, face ao incômodo generalizado com a convivência do crime e de suas decorrências para as questões da coação e do dano sobre a

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística _IBGE.

segurança e o bem-estar social (ZALUAR, 2002; SANTOS, 2002). Na constatação dessa situação de vida, surge o interesse em averiguar as ocorrências de homicídios nos municípios do Estado de Minas Gerais, onde também se funda a orientação para a construção das referências aqui adotadas.

Por tudo isso, no seio dessa problemática, pode-se vislumbrar uma indagação: o que estaria em ocultamento, sustentando e aumentando o grau de vulnerabilidade desse conjunto, sociedade e meios de contenção e, em contrapartida, o desfecho crescente da violência? Logo, a pretensão é a de ampliar o escopo de contribuições na área ao se trazerem novos esclarecimentos para esse algo nebuloso, atual e contraditório aos objetivos da vida em sociedade, ao pleno desenvolvimento de uma cidadania consciente e justa e ao gozo da liberdade consciente da população. Ao proporcionar um diagnóstico na área da violência de crimes por homicídios, em 1991 e 1998 busca-se constituir um objeto de reflexão para a sociedade mineira na organização e expressão deste incômodo presente no seu conjunto e na sua distribuição espacial.

Assim, inicialmente, procurou-se ampliar as referências bibliográficas, no sentido de se poder vislumbrar um espectro teórico que melhor apoiasse a tarefa pretendida, traduzindo-se num marco teórico que permita compreender melhor a situação do homicídio no Estado, possibilitando caracterizá-la em termos quantificáveis. Logo, nesta pesquisa, pretende-se trabalhar com os dados descritivamente, buscando-se construir uma visão da situação dos homicídios nos municípios do Estado, além das comparações necessárias à formulação de uma visão do conjunto estadual. Para tanto, trabalha-se com a eleição de um conjunto de variáveis que podem estar circunscritas à presença ou ausência dos homicídios, de modo a se poder analisar sua forma de manifestação e distribuição, além de se levantarem novas questões que possam estar sediando a complexidade e o acirramento da violência e do homicídio.

Após um minucioso exame do rol de pesquisas na área, estruturam-se as bases deste trabalho tomando-se as estatísticas oficiais, adotando-se como base geográfica o Estado de Minas Gerais com o conjunto de seus municípios e destacando-se a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Para se ter uma visão mais ampliada da distribuição espacial dos homicídios, decidiu-se hierarquizar essa distribuição e classificar os municípios conforme a concentração de homicídios. Para tanto, os municípios foram hierarquizados segundo o padrão urbano das cidades-sedes, de modo a se poder proceder às análises considerando-se as especificidades de cada classe ou padrão, ressaltando as diferenças entre os dados significativos e não-significativos, buscando-se assim, compreender no bojo das informações científicas disponíveis, as situações extremas verificadas para o Estado, para os Municípios e para a RMBH.

Propõe-se ainda refletir sobre os homicídios como ápice da violência e das políticas públicas na abordagem e na solução desse impasse social (JORGE, 2002), que permeia, objetivos fundamentais da sociedade, em processo de fim e início de novo milênio, além do fomento para outros aprofundamentos no campo da violência, enquanto linguagem social.

Sintetizando, este trabalho tem por propósito fazer uma análise descritiva da população de homicídios, localizada em “causas externas” na classificação do DATASUS⁴, bem como analisar as variáveis que possam estar relacionadas a esse comportamento, referentes aos municípios do Estado de Minas Gerais. Visa também desenvolver uma análise comparativa entre os diferentes Municípios e os possíveis fatores determinantes das diferenças que venham a ser identificadas nos anos de 1991 e 1998.

Quanto à necessidade de trabalhos desta natureza, autores como Coelho (1978) e Paixão (1983), como também o IBGE (1985), destacam os efeitos da ausência de estatísticas criminais e análises nacionais, afetando o campo de aprofundamento da pesquisa, como

⁴ Departamento de Informática do SUS (Serviço Único de Saúde)/Ministério da Saúde.

também a ausência de parâmetros na área do crime, que são informações importantes tanto para os cidadãos avaliarem os riscos a enfrentar em seu cotidiano, quanto para as instituições de combate ao crime (BEATO FILHO, 2001). Vale registrar o escasso conhecimento nessa área, tanto no que diz respeito ao comportamento das pessoas em relação à situação dos homicídios e níveis atingidos pelas taxas de criminalidade no Brasil, quanto das reações do público à percepção da criminalidade, apesar da crescente literatura a respeito. Faz-se necessário um maior fomento à área da pesquisa permitindo ampliação de conhecimentos na perspectiva sociológica, antropológica e psicanalítica, do direito e da criminologia, da geografia e da demografia, entre outras.

No caso de Minas Gerais, este estudo reveste-se de fundamental importância, face à situação emergencial em que se encontra o Estado, tanto no que se refere à ocorrência dos homicídios, quanto à própria situação em que vivem grandes contingentes de sua população (BATITUCCI, 1998; BEATO FILHO, 2001). Nesse sentido, ampliar um pouco mais o conhecimento dessa realidade pode implicar novos subsídios para que se ampliem as condições de governabilidade, ou seja, da própria capacidade do Estado em atender plenamente as necessidades de seus cidadãos, tendo em vista condições de vida em que prevaleçam a ética, o direito e a equidade.

Este trabalho compõe-se de cinco partes, sendo que à introdução seguem-se os aportes teóricos do objeto de estudo, constituídos em três partes inter-relacionadas: a primeira aborda a violência, a criminalidade e o homicídio sob os enfoques sociológico, antropológico, da saúde pública e criminológico; a segunda apresenta um breve enfoque do crime e da moral na visão psicanalítica; e, a terceira, é voltada para as perspectivas geográfica e demográfica, que no presente trabalho são fundamentais tendo em vista a área específica em que se situa.

A terceira parte constitui-se de uma breve descrição metodológica, envolvendo os métodos e as técnicas usados, ressaltando-se o tratamento da informação georreferenciada e a abordagem estatística.

A quarta parte consiste na descrição, análise e discussão dos resultados tendo em vista a situação dos homicídios em Minas Gerais, vistos através de um conjunto de mapas e gráficos relativos aos anos de 1991 e 1998.

Na última parte, são tecidas considerações finais em função dos resultados obtidos e do processo de trabalho, tendo em vista o método utilizado e as variáveis testadas, as representações espaciais e a pertinência das correlações obtidas.

A montagem deste trabalho constitui-se de um volume encadernado com o corpo da dissertação em texto, incluindo um CD-ROM⁵ contendo todos os anexos em formato “PDF”.

⁵ Todos os anexos encontram-se no CD-ROM.

2. MARCO TEÓRICO

A crescente violência urbana é seguramente um dos problemas mais intratáveis do Brasil contemporâneo.

Tereza Pires do Rio Caldeira

A situação do problema da violência e do homicídio se realiza através de um breve apanhado do painel de teorizações, apoiando-se, para tanto, em trabalhos construídos na tradição da área e por autores considerados clássicos.

O elencado nesta proposta busca estabelecer uma visão mais abrangente do problema, de modo a se construir alguns desdobramentos que constituem os suportes deste trabalho, envolvendo a caracterização e a contextualização do homicídio, da violência e da criminalidade nos cenários geográfico, demográfico, sociológico, psicanalítico, dentre outros, como também a discussão das fontes de registro que vêm norteando o desenvolvimento das pesquisas na área. Na trilha desta pertinência empenhou-se em introduzir homicídio e violência de forma ampla.

2.1 Panorama conceitual

Ainda que a violência seja uma das maiores preocupações da atualidade, existem relatos e informações que denunciam sua presença nos diversos períodos históricos e nas diferentes civilizações (CAMARGO, 2002). Considerando os últimos 6.000 anos de história,

estima-se que umas poucas centenas foram de paz contínua na Terra (GLOOVER, 2000, *apud* CAMARGO, 2002). Registros históricos confidenciam que “[...] a sociedade respeitável sempre existiu lado a lado com sua imagem em negativo” (TIME-LIFE, 1993 *apud* CAMARGO, 2002, p. 3), denunciando a existência do submundo do crime e da revolta, explorando comunidades em todas as grandes cidades do mundo e em todos os tempos, desde a Roma antiga até a Tóquio moderna.

O fato de o homem ser a única espécie que constrói paisagens e civilizações de grandes proporções, tal arqueologia se faz pelo depósito milenar de signos, desejos, pulsões, gregarismo, concepções, mutações, evoluções e sinergias, que a orientam para o futuro (SANTOS, 2002). Nesse sentido, a presença do crime e da violência e de sua expansão sob variadas modalidades, constitui um fenômeno estreitamente ligado à história do homem e ao processo civilizatório, não sendo privilégio nem de países em desenvolvimento, nem dos desenvolvidos. Nessa perspectiva, a violência é um mal atávico das civilizações, manifestando-se tanto nas escalas coletivas como nas guerras, quanto nos atos individuais, constituindo todos eles instrumentos de seleção e de extermínio.

Assim, vê-se, na atualidade, emergir um acentuado sentimento de medo e de insegurança coletiva, ao mesmo tempo em que as políticas públicas e a justiça tradicional, “[...] se mostram incapazes de garantir a ordem por um lado e promover os direitos fundamentais da pessoa humana, por outro” (ADORNO; CÁRDIA, 2002, p. 20). Constatase, sobretudo, o aumento do “[...] fosso entre a evolução da criminalidade e da violência e a capacidade do Estado de impor a lei e a ordem” (ADORNO, 2002, p. 50).

Percebe-se ainda que a sociedade se submete ao exercício cotidiano da violência, sob forte pressão psicológica em face aos fatos que assolam traumáticamente alguns locais e pessoas, “[...] disseminada e dramatizada pelos meios de comunicação em escala global” (SANTOS, 2002, p. 22). Assiste-se, dessa forma, à Europa viver o fenômeno xenofóbico

pelo imigrante; ao russo temer a repetição de uma nova Chernobil; aos Estados Unidos viverem sob a ameaça de repetição do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001; às empresas aéreas sofrerem baixas na procura, em face do temor pela ação terrorista; aos países árabes sofrerem pela ameaça da guerra; à África Sub-Saariana sofrer a experiência de fome e epidemias; ao Oriente Médio, as guerrilhas pela indefinição de fronteiras; e ao mundo inteiro, neste momento, pelo que pode ocorrer com a economia, tanto com relação à guerra do Iraque, quanto às oscilações do mercado global. Paralelamente, assiste-se a uma onda de acontecimentos ligados aos fenômenos sísmicos, climáticos, como as chuvas torrenciais que inundam e trazem misérias e desespero às populações atingidas, entre outras. Ou seja, vivifica-se a colocação de que “[...] neste jovem século XXI, desenvolve-se a vivência de uma incerteza: ‘O mundo pós-moderno está se preparando para a vida sob uma condição de incerteza que é permanente e irreduzível’” (DURKHEIM, 1989, *apud* SANTOS, 2002, p. 22).

Por outro lado, deparamos com “[...] o sistema de resistência para mudança nos aparelhos, quer do governo, quer das instituições, que estão sustentados em um modelo retrógrado e anti-reformista” (ADORNO, 2002, p. 50), para lidar com os apelos da realidade volátil, surpreendente e desafiante, atingindo implacavelmente, de forma direta ou indireta, os *modus vivendi* da sociedade brasileira. Dessa forma, a violência do crime se organiza na intimidade de cada ator social e se fortalece nas carências sociais (SANTOS, 2002), sustentados pela fragilização das políticas de segurança pública e do sistema judiciário (BEATO FILHO, 2001).

A violência, como uma epidemia (SOUZA, 1994), consolida-se de variadas formas e em variados ambientes. Surpreendentemente, áreas antes pacatas vêm-se expostas a situações de violência de toda ordem, tanto em escala mundial quanto local. Enquanto isso se assiste, quer em ambientes públicos, quer em privados, a exacerbação do fato violento em

detrimento dos fatores geradores de seu saneamento e da apropriação desses mecanismos por todo o conjunto da sociedade.

Em diferentes posições, quer como atores, quer como espectadores, perfilam fatos, histórias, catástrofes, todas transcritas em uma escala temporal e espacializada, e no imagético social da humanidade (SANTOS, 2002). A tecnologia quebra as distâncias. É o mundo das imagens audiovisuais, penetrando no universo mental das pessoas 24 horas por dia, até mesmo em seus tempos e espaços mais ocultos, remodelando o consciente e o inconsciente dos indivíduos. As imagens mentais passam a ser constituídas não apenas em função dos sentimentos e daquilo que se vê, ao vivo, mas também do que se assiste nas telas vivas da vida (LEVY, 1996).

Vê-se, nesse caso, tanto nas transmissões ao vivo de programas televisivos quanto nos debates via satélite, que se oportuniza a interação em tempo real à unidade de tempo e desfragmentada da unidade de lugar (LÉVY, 1996). As pessoas se vêm submetidas a uma massa de informações e diversidade de fatos e imagens. Dúvidas e temor circundam o homem por diferentes causas, efeitos e circunstâncias. O espectador vê-se, dessa forma, invadido, permanecendo em meio às vivências coletivas diretas ou indiretas, influenciando a margem de risco e a tomada de decisões em seu cotidiano.

O espaço social tem sido acometido pela violência das ruas, das moradias, das transações comerciais, entre outras, enquanto os eixos de contenção, como prisões e policiamento, encontram-se fragilizados pelo acúmulo progressivo de presos, em volume incompatível com a capacidade do sistema e das instalações disponíveis. Tal situação torna-se ainda mais acirrada tendo em vista que o crime é também praticado e acobertado pelo aparato policial, conforme registrado amplamente pela imprensa falada e escrita (ZALUAR, 2002). Além do mais, o próprio sistema penitenciário, ao invés de recuperador da cidadania, dos valores sociais e do trabalho, encontra-se caracterizado como um aparelho punidor e

cerceador de liberdades e direitos, quando não transgressor da própria ordem legal (BDMG, 2002). Além do mais, o próprio sistema penitenciário, ao invés de recuperador da cidadania, dos valores sociais e do trabalho, encontra-se caracterizado como um aparelho punidor e cerceador de liberdades e direitos, quando não transgressor da própria ordem legal (BDMG, 2002). Assim, “[...] a violência configura-se como uma disposição de controle, aberta e contínua” (DELEUSE, 1989, p. 191 *apud* SANTOS, 2002, p. 23).

Percebe-se que também os meios de comunicação têm-se ocupado sobremaneira com a violência mundial e local em todos os níveis, desde o governamental até o da violência à cidadania, à locomoção, à segurança pessoal, entre outras (SANTOS, 2002). A sociedade vive o espelhamento de uma ordem mais ampla de tensões e se organiza deficientemente frente a isto e à mobilidade como essa violência se constitui e se especializa. Dessa forma, tanto nas grandes metrópoles, quanto nas áreas em desenvolvimento, a violência tem ocorrido indiscriminadamente, destacando-se entre as principais causas de morte em muitos países. “Por outro lado, o cotidiano oculto da violência, vivida por largas parcelas das populações urbanas, raramente encontra ressonância nas manchetes e imagens deste espetáculo” (BEATO FILHO, 2001, p. 17). Agressões, espancamentos, entre outras formas de violência praticadas pelos bandidos e polícia, “[...] constituem atos cotidianos que não fazem parte das estatísticas, pois as pessoas, por medo de represálias, se calam” (KOWARICK, 2002, p. 29). Os direitos civis e sociais destituíram-se da prática civil, permanecem na palavra.

Assim sendo, a violência passa a constituir um elemento estruturador, ao mesmo tempo, que banal e assustador, das ações e pensamentos do dia-a-dia de nossas metrópoles, tornando-se tema recorrente e espetacular de noticiários e reportagens da grande mídia. “Esse cenário sociocultural de acirramento dos imaginários que olham os ‘outros’ como os despojados de humanidade, como ameaçadores, acaba por acentuar uma mentalidade

exterminatória” (KOWARICK, 2002, p. 24). Nesse trilhamento, Kowarick aproxima-se do que Hannah Arendt define “[...] como o negar ao outro *o direito de ter direitos*, é o instante extremo em que representações e práticas levam a demonização do outro, tido e havido como encarnação do mal e, portanto, passível de ser eliminado” (KOWARICK, 2002, p. 25).

Neste ponto, faz-se necessário compreender o sentido lato das palavras “homicídio”, “violência” e “criminalidade” usadas largamente neste trabalho e, principalmente a primeira, por se constituir no tema desta pesquisa. Para ampliar o campo de compreensão de sua utilização, bem como circunscrever nosso objeto num dado reticulado teórico, faz-se necessário depurar essas concepções no campo jurídico e sociológico, dentre outros.

2.1.1 Conceitos básicos

Para se traçar uma aproximação dos conceitos aqui tratados, recorreu-se preliminarmente aos dicionários de Língua Portuguesa de Houaiss; Villar (2001) e de Ferreira (1999), ao Dicionário de Tecnologia Jurídica (NUNES, 1956), à Constituição da República Federativa Brasileira (1988) e ao Código de Processo Penal (1941), no sentido de se ampliar a compreensão dos termos homicídio, violência e criminalidade, tendo em vista uma melhor orientação nas leituras especializadas. Após essas caracterizações, procedeu-se ao estudo dos conteúdos e da abrangência de tais termos, buscando-se compreender, de um lado, o âmbito teórico em que tais conceitos se produzem e, de outro, o contexto em que os fatos se manifestam.

2.1.1.1 Homicídio

A palavra *homicídio* é etimologicamente originária do latim “*hominis excidium*”, que significa a morte de um homem causada por outro, ou seja, homicídio “[...] é o ato pelo qual um indivíduo tira a vida de seu semelhante” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1546). A palavra homicídio, para Houaiss e Villar, entra para a língua portuguesa no séc. XV - época do renascimento das letras, artes e ciência e de um novo olhar para o homem – significando, “[...] destruição da vida de um ser humano, provocado por ato voluntário (ação ou omissão), ou involuntário; crime que consiste em tirar a vida de outrem; assassinato” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1546).⁶.

Já para o Código Penal, em seu Art. 121, homicídio significa matar alguém, e, para tal ato, é prevista uma pena, cuja duração varia de 6 a 20 anos, para o culpado. Nesse sentido, a garantia da vida como bem maior encontra-se estabelecida na Constituição Brasileira (1988), com o seguinte registro, em seu Art. 5º, caput, “Tutela-se o mais importante bem jurídico, a vida humana, cuja proteção é um imperativo jurídico de ordem constitucional”.

Por outro lado, a conceituação utilizada pelo Sistema de Classificações do Ministério da Saúde (LIMA, 2002 *apud* CALDEIRA, 2002) reconhece ser o homicídio uma classe de ocorrência que conta com a constatação imediata social, a qual, por constituir um dado o

⁶ Pela riqueza das informações julgou-se ainda relevante constar em nota de rodapé, os diversos significados jurídicos. Segundo Houaiss; Villar (2001, p.1546), “[...] - homicídio culposo, JUR resulta de ato negligente, imprudente ou inábil de quem não foi movido, entretanto, por intenção criminosa; homicídio involuntário - homicídio doloso • JUR aquele que manifestamente intencional em que o agente planeja e/ou executa o ato; • homicídio involuntário JUR m. q. HOMICÍDIO CULPOSO • homicídio privilegiado JUR aquele que a lei prevê menos grave, em função da existência de circunstâncias atenuantes • homicídio qualificado JUR aquele no qual concorrem determinadas circunstâncias capazes de o agravarem revelando não somente a intenção mas a perversidade do agente • homicídio simples JUR aquele que é cometido sem nenhuma circunstância que caracterize homicídio qualificado • homicídio voluntário JUR m. q. HOMICÍDIO DOLOSO”.

mais isento de distorção, permite pesquisas comparativas em todas as escalas, desde o inter e intra-municipal até o mundial.

Constata-se, neste caso, não haver incompatibilidade entre as diferentes conceituações de homicídio, como também da universalidade do conceito entre os diferentes campos do saber.

2.1.1.2 *Violência*

Para Houaiss; Villar (2001), violência etimologicamente vem do latim, “*violabilis, e.*”, possuindo as seguintes significações:

1. qualidade do que é violento <a v. da guerra >; 2. ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força [...] 3. exercício infinito ou discricionário, ger. ilegal, de força ou de poder [...] 7. JUR constrangimento físico ou moral, exercido sobre alguém para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2866).

Este conceito entra na língua portuguesa no século XV, a modelo do que ocorre com a palavra homicídio.

Por outro lado, “[...]violência é qualidade de violento; ato violento; ato de violentar; (jur.) constrangimento físico ou moral; força; coação” (FERREIRA, 1999). Assim, e, respectivamente, apreendem-se os seguintes significados: inferência de um dado modo de ser; ou da extensão de como um ato é praticado; ou do efeito de uma ação dolosa contra terceiro; ou contravenção de qualquer outra ordem, quer física ou moral; ou ato ou intenção de constranger, coagir, entre outras.

Segundo o dicionário de tecnologia jurídica,

[...] violência significa constrangimento físico ou ficto, exercido sobre a vontade de alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; qualquer força material ou moral empregada contra a vontade, ou liberdade, ou resistência de pessoa ou coisa (NUNES, 1956, p. 475).

Percebe-se não somente a abrangência do termo, como o fato de ser uma qualificação da conduta ou do ato, cujo resultado, se percebido ou constatado socialmente, se traduz em crime. A violência se presta a uma pluralidade de usos pela literatura pertinente: violência urbana; violência social; violência doméstica, etc.

2.1.1.3 Criminalidade

A palavra criminalidade,

1. Etimologicamente vêm do latim “criminalis, e”, ou seja, relativo ao crime, ao julgamento. [...] 2. jur caracterização ou estilo de quem ou do que é criminal, criminoso, criminativo; caracterização ou qualificação de um crime; 3. jur circunstância que envolve um ilícito penal distinguindo-o como transgressão, ato imputável e punível [...] (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 869).

No presente trabalho, refere-se a criminalidade ao sentido explicitado por Houaiss e Villar, nos itens a seguir, [...] 4. “o conjunto de crimes cometidos em um dado meio histórico e geográfico durante um determinado período; 5. “p. ext. o fenômeno social da prática criminosa” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 869).

No dicionário técnico-jurídico vê-se que

[...] etimologicamente crimen, significa toda violação imputável, dolosa ou culposa da lei penal. Violação voluntária da norma penal, por ação ou omissão. Fato imputável, doloso ou culposos, da lesão efetiva dum direito protegido pela lei penal (NUNES, 1956, p. 302).

Crime ainda significa, “[...] delito; fato típico proibido por lei, sob ameaça de uma pena; todo ato que provoca reação organizada da sociedade; transgressão de um preceito da lei penal; ato digno de repreensão ou castigo [...]” (FERREIRA, 1999).

Em síntese, considerando o sentido atribuído a homicídio e violência, percebe-se que:

- violência refere-se à extensão de como um ato é praticado, ou contravenção de ordem física ou moral, ato ou intenção de constranger, de coagir, dentre outros. Percebe-se não apenas a abrangência do termo violência, como o fato de ser uma qualificação da conduta ou do ato, prestando-se a uma pluralidade de usos pela literatura clássica e contemporânea, como, violência urbana, social, doméstica, etc;
- homicídio significa delito criminoso praticado contra terceiros ou contra si. Isto sugere que violência é a descrição substantiva e qualitativa do delito, enquanto homicídio é o ato consumado;
- criminalidade, por sua abrangência, substantiva homicídios e violência, ao sintetizá-la num dado arcabouço teórico, social e geográfico sob o norte da prática criminosa do fenômeno social.

A seguir propõe-se fazer uma interlocução dessas conceituações com outras áreas do saber, no sentido de perceber diferenças, aspectos congêneres, ou mesmo complementar ao saber oficial. Neste viés, discutem-se, a seguir, e em um nível mais genérico, os conceitos

acima, perpassando-se pela visão sociológica, política e espacial, no intuito de trazer maiores esclarecimentos para o escopo do presente trabalho.

2.1.2 Situação do homicídio e da violência

Para melhor compreensão da abrangência e dos significados da violência e do crime, faz-se necessário um rápido cotejo pela literatura clássica. Adorno e Cárdua registram que não há, no Brasil, uma tradição de estudos sobre violência, crime e direitos humanos, tal como essa tradição se desenvolveu na América do Norte – em especial, nos Estados Unidos e no Canadá – e na Europa, sobretudo na Grã-Bretanha, na França e na Alemanha (ADORNO; CÁRDIA, 2002).

Beato Filho sublinha “[...] que muitas teorias criminológicas, ao adotarem as definições de crime, baseadas em normas legais, terminam por desconhecer o processo político de construção dessas normas” (BEATO FILHO et al., 2001, p. 18).

Entretanto, face à posição galgada pela violência e criminalidade, estas têm sido priorizadas no seio da pesquisa e teorização por parte das diversas ciências, como sociologia, psicologia, psicanálise, filosofia, demografia, geografia, dentre outras. Depreende-se a tentativa de se fazer aproximações científicas, no sentido de balizar intervenções por parte das políticas públicas e sociais no trato dessa violência, fenômeno este na esteira da organização, mutação, impacto social e perplexidade ocasionada por seus efeitos dramáticos na sociedade como um todo. Neste nexos, encaminha-se a presente discussão.

A violência substantiva-se em uma gama de dimensões materiais, corporais e simbólicas e de ações coercitivas singulares, seguidas de danos (SANTOS, 2002). Assim, a

violência define-se então, como um fenômeno cultural e histórico “[...] guardando implicações de caráter racional, o arbítrio, na medida em que o desencadear da violência produz efeitos incontroláveis e imprevisíveis” (SANTOS, 2002, p. 23).

Ou mesmo, a definição de violência abrange uma série de elementos fundamentais, destacando-se neles “[...] a noção de coerção, ou de força, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou etnia” (SANTOS, 2002, p. 23).⁷.

Isso nos leva a refletir a violência como capaz de gerar nas composições *macrossociais* uma sociedade dividida e desigual, “[...] fundada nas relações de dominação e submissão” (SANTOS, 2002, p. 23), ou seja, “[...]a relação estabelecida entre Estado e sociedade, ou entre agressor e vítima” (SANTOS, 2002, p. 23). Esta concepção refere-se a uma análise das dinâmicas de classes sociais, enfocando a inserção delas no rol da inclusão e exclusão social, marcada pelo fenômeno da desfiliação e desenraizamento social e econômico entre outros, “[...] sem falar das diferenças abismais que separam os estratos de nossa pontiaguda pirâmide social” (KOWARICK, 2002, p. 23).

Na visão de Hannah Arendt “[...] não é da tradição intelectual do idealismo hegeliano ou do materialismo de Marx pela recriação constante do homem pelo trabalho que se chega à glorificação da fúria vulcânica da violência [...]” (ARENDR, 2000, p. 8), o que contrapõe a concepção acima sublinhada, de SANTOS (2002).

Para ela “[...] o poder - inerente a qualquer comunidade política - resulta da capacidade humana para agir em conjunto” (ARENDR, 2000, p. 8), o que requer consenso. É a desintegração do poder que enseja a violência, ou seja, “[...] a violência destrói o poder, não o cria” (ARENDR, 2000, p. 8). Hannah Arendt não pretende subordinar a violência ao

⁷ “[...] um dano, supõe o reconhecimento das normas sociais vigentes, pertinentes a cada sociedade, em um período da história determinado, normas que balizarão os padrões de legitimidade [...]” (SANTOS, 2002, p. 22).

mal, mas sim enfatizar que a violência não pode ser derivada de seu oposto, o poder, e que, a fim de compreendê-la, tem-se de examinar *suas raízes e sua natureza* (grifo da autora). Neste ponto está a brecha da antropologia e da psicanálise, pois, enquanto a primeira tem por objeto o estudo da origem do homem, a evolução, os caracteres, entre outros, a psicanálise é a ciência que aponta para o inconsciente. A discussão dessas questões em futuros trabalhos fundamentados nas aproximações entre antropologia e psicanálise podem trazer novos rumos e novas significações para o campo da violência.

Por outro lado, percebe-se que há um consenso nas diferentes conceituações vistas a seguir.

A violência “ [...]pode ser genericamente entendida como o evento representado por ações realizadas por indivíduos, grupos, classes ou nações que ocasionam danos físicos ou morais a si próprios ou a outros” (MINAYO; SOUZA, 1998, p. 527 *apud* JORGE, 2002, p. 52).

Assistimos ao final de século e início de outro, que a violência e a criminalidade são expressões consumadas no reticulado social, realizando uma permanente transmigração de conceitos, que se legitimam individualmente pelo consenso e ganham novas significações, principalmente, porque não são mais embasadas em estruturas sociais generalizantes ou comuns a toda sociedade. A sociedade alterou seu papel em face à globalização, às linguagens polissêmicas, e, no presente, a linguagem simbólica marcada pela grande transitoriedade, ganha, por vezes, força emblemática (SANTOS, 2002).

Neste trânsito de séculos efetiva-se uma pluralidade de diferentes tipos de normas sociais levando-nos a ver a simultaneidade de padrões de orientação da conduta muitas vezes divergentes e incompatíveis, como por exemplo, a violência configurando-se como uma linguagem e como norma social para algumas categorias sociais, em contraponto, àquelas

denominadas de normas civilizadas, marcadas pelo autocontrole social institucionalizante (SANTOS, 2002).

Entretanto, fruto dos processos de exclusão social e econômica, inserem-se as práticas de violência como norma social particular de amplos grupos da sociedade, presentes em múltiplas dimensões da violência social e políticas contemporâneas (SANTOS, 2002). Segundo Robert Castel (KOWARICK, 2002), “[...] trata-se de uma ruptura do contrato social e dos laços sociais provocando fenômenos de ‘desfiliação’ e de ruptura nas relações de alteridade, dilacerando o vínculo entre o eu e o outro” (CASTEL, 1995, p. 15 *apud* KOWARICK, 2002, p. 20).⁸.

Verificam-se rupturas nas instituições socializadoras, como família, escola, fábrica, religião, como também no sistema de justiça penal, já que todos se encontram expostos, no dia-a-dia, ao fenômeno de ineficácia do controle social e recorrência da crise (SANTOS, 2002). Também o desemprego e a precariedade do trabalho tornaram-se fenômenos de massa, atingindo também parcelas importantes da camada média. “O mito da ascensão social pelo esforço e perseverança não encontra mais raízes para fundamentar o ideário da escalada social” (KOWARICK, 2002, p. 28). Ao contrário, “[...] em face aos ganhos das atividades ilícitas e ilegais, o trabalhador honesto é visto depreciativamente por trabalhar cada vez mais e ganhar cada vez menos” (KOWARICK, 2002, p. 28).

Os dados aqui sintetizados abonam as idéias expressas de que a violência preexiste sob as mais variadas modalidades no mundo contemporâneo, desde o nível do Estado ao dos grupos sociais (SANTOS, 2002; ZALUAR, 2002).

⁸ Desfiliação, “[...] está apoiado em dois eixos, um econômico e outro social. Distingue quatro zonas, a da integração, ; vulnerabilidade; assistência; e, desfiliação, significando desemprego e perda de raízes forjada na sociabilidade da vida cotidiana” (CASTEL, 1995, p. 153 *apud* KOWARICK, 2002, p. 20). “Desenraizamento social e econômico significa, de um lado, enfraquecimento dos laços da sociabilidade primária – família, parentela, bairro, vida associativa e o próprio mundo do trabalho – e, de outro, desemprego de longa duração ou trabalho irregular, informal, intermitente ou ocasional que advém das várias modalidades de desinserção no sistema produtivo” (CASTEL, 1995, p.153 *apud* KOWARICK, 2002, p. 20).

Dessa forma, frente à pluralidade teórico-conceitual de violência e criminalidade, e, especificamente aqui, não se tem por pretensão desenvolver uma discussão exaustiva, mas apenas pontual dos possíveis percursos.

Nesse enfoque, segue-se uma visão panorâmica da violência e do homicídio em Minas Gerais, Brasil e no Mundo, permitindo ter uma visão têmporo-espacial e sociológica da violência e do homicídio nas últimas décadas, e de como se delineiam na transição e na realidade contemporânea.

2.1.3 Violência e criminalidade

O Brasil, nos anos 80, como os demais países da América Latina, com exceção do Chile e da Argentina, possui um enorme déficit social, pois, ainda é um país com elevadas taxas de analfabetismo, má distribuição de renda, fortes desigualdades nos acessos aos bens sociais, que vêm sendo historicamente mantidos e intensificados principalmente a partir da última década do século passado. Quanto à violência, esta “[...] vem desempenhando, no Brasil, um papel cada vez mais importante como fator de mortalidade[...]

 (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1985, p.1 *apud* CAMARGO, 2002, p. 7).

Esses dados são relevantes também para o Sistema de Saúde, pois a violência representa um alto custo, possivelmente bastante elevado, visto incidir prioritariamente sobre uma população jovem, em idade produtiva, que é abruptamente retirada do meio em que vive, “[...] seja pela morte precoce, seja pela ocorrência de seqüelas, e em um grande número de vezes, graves e irreversíveis” (JORGE, 2002, p. 52). Isto é acrescido pelo ônus na saúde, com pacientes traumatizados, que geralmente são mais onerosos, do que aqueles internados

por causas naturais (ANDRADE, 2002b). Soma-se a isso a sobrecarga do sistema previdenciário com pensões, acompanhado do volume de gastos com a segurança e com as perdas de vidas de policiais e civis, cenário vivo do mundo contemporâneo.

Minayo e Souza (CAMARGO, 2002) confirmam os resultados acima, ao constatar, na década de 80, o crescimento da violência no país, constituindo-se como objeto de apreensão do cotidiano, pelo desencadeamento de temor generalizado aos assaltos, seqüestros e assassinatos, dentre outros.

A violência passa a ser,

[...] objeto de reflexão por parte de várias áreas do saber, entre elas a Saúde Pública, pelo papel que assume diante da morbi-mortalidade, vitimizando crianças, jovens e adultos e idosos indiscriminadamente. As formas específicas de violência estão presentes, em maior ou menor intensidade, em todas as regiões do país e nos diversos grupos sociais[...]Juntos, os diversos tipos de violência, constituem uma rede intrincada e complexa na qual todos (cada um a seu modo) são vítimas e autores a um só tempo (MINAYO e SOUZA, 1993, p. 65 apud CAMARGO, 2002, p.10).

Souza (1994), ao analisar o comportamento da mortalidade no país, apresenta dados igualmente compartilhados com o já apresentado por Coelho (1988), para a década de 80, sobre o aumento da criminalidade. Acrescenta que, além da deterioração das condições sociais e econômicas, nesse período, os crimes denominados de *colarinho branco* tornavam-se mais visíveis, enquanto outros passam a apresentar maior organização em torno do narcotráfico e do narcoterrorismo.

O aumento da criminalidade e, especificamente, o número de homicídios na década de 80, devido à “[...] atividade organizada no conflito entre quadrilhas que fazem o tráfico de entorpecentes e, na atividade clandestina dos ‘esquadrões da morte’ e das ‘polícias mineiras’” (COELHO, 1988, p.145), enquanto, antes, os homicídios estariam mais ligados à natureza passional. Registra-se, assim, a mudança não apenas dos padrões do crime, mas

principalmente das taxas de criminalidade que haviam aumentado consideravelmente nesse período.

Beato Filho et al.(2001) sugere que os homicídios parecem ser um resultado da atuação de variáveis ambientais e ecológicas, que agem no sentido de formar um contexto de oportunidades favoráveis à ação criminosa.

Faz-se, portanto, necessário discutir o demonstrativo de dados da violência e da prodigalidade das taxas e dos desdobramentos destas.

2.1.4 Situação das taxas de homicídio em Minas Gerais, no Brasil e no mundo

Entre os vários países da América Latina, o Brasil figura com taxas de mortalidade por homicídio, entre as mais preocupantes, por encontrar-se na esteira de 50 óbitos por 100 mil habitantes, no final dos anos 70, para quase 80 óbitos por 100 mil habitantes, na metade da década de 80, sendo a população masculina a que tem sido mais atingida, devido ao crescimento da violência (CAMARGO, 2002; JORGE, 2002; BEATO FILHO et al., 2002).

Também países em desenvolvimento e alguns do Leste europeu vêm enfrentando o grande desafio quanto ao crescimento da criminalidade, refletida principalmente no aumento das mortes por homicídios (CAMARGO, 2002, p. 163). Sublinha-se, ainda, que em vários países,

[...] especialmente da Europa e também Canadá, Austrália, Israel e Nova Zelândia, os coeficientes de mortalidade por homicídios mantêm-se, há vários anos próximos de um a dois óbitos por 100 mil pessoas, em países, como Brasil, Porto Rico, Armênia, El Salvador e Rússia, na metade da década de 90, 20 óbitos por 100 mil, enquanto na Colômbia, alcançaram a taxa de 80 óbitos por 100 mil (CAMARGO, 2002, p. 163).

Yunes e Zubarew (1999) marcam que, em 1993, ocorreu, nos Estados Unidos, diminuição na taxa de mortalidade por homicídios, fato também observado na Argentina, a partir de 1989. Entretanto o menor coeficiente de mortalidade corresponde ao do Canadá, permanecendo, em todo o período, em torno de dois óbitos por 100 mil pessoas, seguido pela Argentina e Uruguai, com cerca de cinco óbitos por 100 mil pessoas, em meados dos anos 1990.

Pesquisa do Instituto Gallup, realizada em 1985 em 21 países, mostrou que

[...] no Brasil, um terço da população havia sido assaltada no período de 1979 a 1984. Esses valores eram inferiores apenas aos observados na Colômbia, onde os percentuais eram de, respectivamente, 49 % e 33 %. Os menores valores correspondiam ao Japão com cerca de 6 % e 2 % (CAMARGO, 2002).

No Brasil, a violência e os acidentes de veículo a motor vêm desempenhando, nos últimos anos, um papel cada vez mais importante como fator de mortalidade por homicídios, pois a taxa é uma das mais altas do mundo. Apesar dos altos índices de homicídios, principalmente nas faixas de 15 a 39 anos, consagra-se, entretanto, a redução de óbitos por acidentes de veículos a motor após 1998, em que parece ter peso o novo Código de Trânsito (VASCONCELOS; LIMA, 1998).

Entre 1991 e 2000, a mortalidade por homicídios em nosso país passou de 20,9 para 27,0 óbitos por 100 mil habitantes, e os valores obtidos para a população de 15 a 24 anos foram de 35,2 e 52,1, respectivamente, “deixando o país em 3º lugar no *ranking* da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), atrás de Colômbia e Porto Rico” (Folha de São Paulo, 2002).⁹. A taxa de mortalidade brasileira por homicídios é uma das mais altas do mundo.

⁹ Pesquisa esta desenvolvida com 60 países e divulgada na Folha de São Paulo, 04 abril 2002. Caderno cotidiano, p. 4.

Já a taxa de homicídio de Minas Gerais e de Belo Horizonte, comparada com as taxas de alguns países do mundo e de suas capitais, mostra, segundo dados do Centro de Operações da Polícia Militar de Minas Gerais (COPOM) e do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) em 2002, que,

[...] a posição do Estado e da Capital, é intermediária. As taxas de homicídio de São Paulo e Rio de Janeiro são quase três vezes maiores que as de Minas Gerais e duas vezes maiores que as de Belo Horizonte. A taxa brasileira está muito próxima da taxa de Belo Horizonte (BEATO FILHO et al., 2002, p. 11).

Beato Filho et al. (2002) comparam as taxas de homicídio das principais cidades mineiras com as taxas das capitais brasileiras no ano de 1995, percebe-se que

[...] apenas Governador Valadares tem uma taxa mais elevada, em torno de 30 homicídios por 100 mil habitantes. As demais cidades mineiras têm taxas mais baixas, inclusive Belo Horizonte e Contagem, as duas cidades mais populosas de Minas Gerais, superando apenas Belém, Teresina e Florianópolis (BEATO FILHO et al., 2002, p. 11).

Vê-se, a seguir, o demonstrativo de resultados e análises de pesquisas.

2.1.4.1 *No contraponto das pesquisas*

A literatura que estuda o crescimento da violência urbana tem centralizado a atenção nas grandes capitais e regiões. Nessa linha de pesquisa, estudos desenvolvidos por Batitucci (1998), sobre homicídios, destacam quatro grandes regiões urbanas brasileiras, quais sejam, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, no

período de 1979 a 1995, demonstrando a escala de avanço e proporção da criminalidade.

Seguem-se os dados obtidos por ele e assim sintetizados:

- ao final dos anos 70, o Rio de Janeiro triplica suas taxas de homicídios, São Paulo e Porto Alegre quadruplicam as suas; Belo Horizonte tem ganhado um aumento em torno de 50 % ao dos crimes violentos e, mais acentuadamente, ao final da década. Este incremento nas taxas tem sido largamente documentado nos maiores centros urbanos brasileiros, resultados estes também compartilhados por outros pesquisadores, Feiguim; Lima (1995); Souza (1994); Guagliardi (2002);
- cabe, entretanto, relatar outros resultados alcançados na presente pesquisa quanto ao crescimento das taxas de homicídios e os tênues ganhos alcançados pela população feminina nas faixas etárias de 15 a 44 anos, refletindo uma transição na taxa de mortalidade com efeitos perversos, em que a sobrevivência adicionada na primeira infância, é desperdiçada logo adiante, na adolescência e no início da vida adulta (BATITUCCI, 1998). Resultados semelhantes foram alcançados também por Córdia; Schiffer (2002); Aidar (2002); entre outros;
- neste ponto, cabe examinar as taxas de estimativas *dos anos de vida perdidos*, buscando-se identificar as dimensões e velocidade com que a mortalidade, por causas externas, vem provocando mudanças na esperança de vida ao nascer¹⁰. É importante ressaltar que este indicador traduz as perdas nas expectativas de vida média da população, uma vez que as vítimas são em sua grande maioria jovens que estão perdendo na realidade 40, 50 ou até mesmo 60 anos de possibilidades de vida. Essas informações analisadas por sexo e faixas etárias auxiliam na identificação dos grupos populacionais mais afetados e,

¹⁰ Causas externas, classe que reúne dados de acidentes em geral conforme Classificação Internacional de Doenças (CID), (JORGE, 2002, p. 52).

conseqüentemente, responsáveis pelas maiores perdas na esperança de vida ao nascer da população (BATITUCCI, 1998);

- algumas diferenças quanto ao tipo de crimes parecem obedecer à geografia. Neste sentido, enquanto o Rio de Janeiro se destaca pelo crime por arma de fogo, Belo Horizonte destaca-se por uma significativa taxa no incremento de crime contra o patrimônio, principalmente na metrópole e seguida pelos centros dinâmicos (BATITUCCI, 1998);
- os resultados convocam a refletir sobre a comprovação de que os homicídios ocorridos com armas de fogo compõem a causa externa que mais cresce nesses últimos 20 anos, tanto para os homens, quanto para as mulheres, sendo também crescente as taxas de incremento anual dos anos de vida perdidos por essa causa (BATITUCCI, 1998).

Pesquisas voltadas para a concentração geográfica do crime têm demonstrado que, os crimes violentos contra o patrimônio mantêm uma correlação bastante significativa com variáveis demográficas tais como, densidade e grau de urbanização. Já os indicadores de desenvolvimento e riqueza são de particular importância para entender a incidência dessas modalidades de crimes (BEATO FILHO et al., 1998).

Por outro lado, os crimes violentos contra a pessoa mantêm uma correlação negativa com os indicadores de prosperidade e desenvolvimento, e inversamente correlacionados com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e diretamente correlacionados com as taxas de analfabetismo e mortalidade infantil (BEATO FILHO et al., 1998).

Beato Filho aponta que os fatores (motivações) que circundam o crime contra pessoas, não são diferentes dos fatores que circundam o crime contra o patrimônio (BEATO FILHO et al., 1998). Isso leva a refletir sobre o centro, como local elegido sobremaneira pelo roubo contra o patrimônio e a periferia, onde se dá uma maior concentração de crimes contra a pessoa.

É apontado ainda que “[...] o problema de segurança nas grandes cidades estaria diretamente relacionado ao enfraquecimento dos mecanismos habituais de controle exercidos naturalmente pelas pessoas que vivem nos espaços urbanos” (BEATO FILHO, 2001, p. 37).

Esses dados sugerem a necessidade de um maior aprofundamento das pesquisas sobre o espaço ocupado e a vulnerabilidade do indivíduo às contingências do contexto habitado.

Embora, nos anos 80 e 90, os avanços no processo de democratização e estabilidade das instituições políticas tenham sido significativos, os meados da década de 80 e 90 são marcados pelo aumento da criminalidade no cenário mineiro, apresentando diferenças tanto na distribuição espacial do crime, quanto na seqüência temporal, acentuado mais em um período do que em outro, além das variações quanto ao tipo de crime (BEATO FILHO; REIS, 1999).

Cidades situadas na faixa superior de 50.000 habitantes assistem a um crescimento acentuado em delitos, tais como, assaltos, roubos, ou roubos de veículos a mão armada, entre outros. Isso sugere que quanto maior a densidade populacional, maior a incidência de criminalidade e mais especificamente de crimes contra o patrimônio, característica esta prevalente para o Estado de Minas Gerais (BEATO FILHO; REIS, 1999).

Pesquisa feita por Beato Filho (2001) sobre o processo de formação do espaço urbano de Belo Horizonte, põe em destaque o fato de que as regiões mais periféricas foram destinadas à ocupação por pessoas de estratos sociais inferiores. São regiões geralmente marcadas por condição de infra-estrutura urbana ruins e pela baixa ou até a inexistência de atividades comerciais ou empresariais. Nessa periferia encontram-se as favelas, cujo volume de população flutuante nesta área faz com que as taxas de crime sejam muito altas. Na periferia de Belo Horizonte, têm-se hoje cerca de 185 favelas (KOWARICK, 2002).

Numa segunda pesquisa realizada em 2001, abrangendo o período de 1998 a 2001, Beato Filho (2001) faz uma análise das condições do espaço urbano de Belo Horizonte, onde

resultados demonstram, claramente, que as unidades de planejamento mais violentas da cidade em relação à ocorrência de homicídios são as que possuem sofríveis condições de infra-estrutura urbana e precários acessos aos serviços urbanos. Ou seja, são áreas de população mais pobres, cuja condição de vida está refletida no acabamento das residências, ao contrário do crime contra o patrimônio cuja preferência atinge as áreas mais comerciais e/ou onde moram pessoas com maior poder aquisitivo.

Esses dados, também compartilhados por Izumino; Neme (2002) e Batitucci; Ribeiro; Sapori;(2002), apontam para a criminalidade mais violenta, confinada em espaços urbanos e locais bem determinados, enquanto os crimes contra o patrimônio concentram-se nas regiões centrais, onde também se observam maior concentração e circulação de riquezas.

Outra área de pesquisa tem sido orientada para a família, a renda e os conglomerados urbanos desordenados e com grande concentração populacional, já consagrados nos dados de pesquisa, pela maior frequência em homicídios.

Singular exemplo foram os dados obtidos pela pesquisa feita em “[...] quatro distritos censitários da cidade de São Paulo, demonstrando que áreas com a maior ocorrência de homicídios são também aquelas que apresentam maior congestionamento domiciliar” (CARDIA; SCHIFFER, 2002, p. 25).

Segue-se a síntese dos resultados:

- a média para a “[...] cidade de São Paulo é de 0,7 morador por cômodo, computados todos os cômodos da casa (incluindo banheiros e cozinha). Nas áreas com maiores taxas de homicídios, esse número varia de 0,76 a 1,07, denunciando que além da superlotação há o dobro de domicílio subnormais em relação à cidade” (CARDIA; SCHIFFER, 2002, p. 26);
- por outro lado, a taxa de crescimento da população se dá diferenciada, concentrando-se mais em uma área, que em outras. As áreas com maior ocorrência de homicídios são

também aquelas que apresentam maior congestionamento domiciliar. Além da superlotação há o dobro de domicílio subnormais em relação à cidade (CARDIA; SCHIFFER, 2002).

Dados obtidos por Rigotti; Amorim Filho (2002) sobre os níveis de violência em Minas Gerais apontam, principalmente, para o “[...] agravamento da situação da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), corroborando a percepção geral de que está havendo um aumento da violência nos grandes aglomerados urbanos” (RIGOTTI; AMORIM FILHO, 2002, p. 121). Destacam, ainda, que “[...] entre os óbitos causados por homicídios, 86,1 % eram do sexo masculino e, destes, 87,6 % tinham entre 15 a 49 anos de idade” (RIGOTTI; AMORIM FILHO, 2002, p. 118).

Minayo ressalta que o aumento na produção de pesquisas e nas diversas áreas reflete o aumento de consciência voltada para problemas que,

[...] acompanham o avanço de um processo social marcadamente preocupante no Brasil, em termos de violência do estado e de seus aparelhos repressivos, de violência das relações de produção e de propriedade no campo, da delinquência nos grandes centros urbanos, afetando de forma muito particular a cotidianidade dos cidadãos, pela perplexidade e pelo medo (MINAYO; SOUZA, 1999, p. 12).

Vale aqui fazer um parêntese sobre a real situação do sistema. De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (BDMG, 2002), o sistema prisional mineiro, em agosto de 2002, acumulava, sozinho, 26,7 % do déficit total de vagas do sistema penitenciário brasileiro, ao mesmo tempo em que possuía apenas 8,24 % do total da população carcerária deste. Esse sistema tem-se mostrado despreparado para manter e garantir ao preso condições de redemocratização e de reinserção na sociedade, e sujeita-o a condições em que nem mesmo sua integridade física é garantida. Tal “[...] fenômeno encontra-se adstrito aos grandes Estados da federação [...] e o caso mais alarmante é o de Minas Gerais” (BDMG, 2002, p. 63).

Essa situação, além de impedir a detenção de determinados indivíduos perigosos para a sociedade (BDMG, 2002), é secundada pelos desvios, por parte da polícia civil, dos objetivos da correta investigação criminal, passando a ocupar-se da guarda de presos. A isso se segue o comprometimento na execução de políticas públicas de recuperação do criminoso, “[...] óbices que contribuem para a reprodução do ciclo vicioso de delinquência e impunidade” (BDMG, 2002, p. 63). Urge criar os fundamentos institucionais, que possibilitem ao executivo estadual intervir e sanear os problemas de descontinuidade do sistema vigente.

O fato da violência se manifestar, principalmente, no homem tem sido responsável por certa apreensão dos demógrafos, já que seus níveis vêm, de certa forma, pondo em risco o desejado equilíbrio demográfico das populações. Contudo, em razão da violência ocorrer principalmente na faixa etária jovem, em idade produtiva, coloca também em jogo os ganhos obtidos na esperança de vida de seus habitantes (JORGE, 2002).¹¹.

Vale, entretanto, ressaltar

[...] que têm sido elaboradas algumas políticas voltadas para a prevenção da violência, destacando-se que a mais recente, prioriza quatro regiões consideradas mais críticas, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória, prevendo-se resultados mais significativos, face às ações empreendidas para os próximos dois anos (ANTAR, 2001; BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001 apud CAMARGO, 2002, p. 14).

Entretanto os resultados não foram animadores e, contrariamente ao previsto pela intervenção, o cenário do crime não apresentou mudanças, e a imprensa, principalmente, tem continuamente informado sobre o avanço e a gravidade da violência na área criminosa (CAMARGO, 2002).

Têm-se, ainda, pesquisas com dados de risco sobre a população de uma localidade, que responde ao problema do crime por meio de movimentos migratórios. Pochmann

¹¹ Ver Sapori; Batitucci (2000); Pochmann (2002)

demonstra, com base em estatísticas oficiais, uma maior concentração da realidade estrutural do homicídio nesta faixa etária de 15 a 24 anos, defendendo que se torna antes necessário compreender a representatividade do homicídio no quadro geral da população e sua maior prevalência, em períodos, no decorrer do século XX (POCHMANN, 2002), ou seja:

- no período de 1900 a 1920, há um acentuado crescimento populacional, devido ao fator imigratório, decrescendo no período de 1920 até 1960 (POCHMANN, 2002);
- de “[...] 1960 a 1980, este crescimento da população está vinculado à queda na fecundidade, ou à transição demográfica, sobressaindo o peso da população jovem” (POCHMANN, 2002, p. 43);
- a partir dos anos 80, há uma diminuição da taxa de crescimento, que se acentua ao longo dos anos, pela participação do jovem na população total, “[...] tanto no aumento da expansão de violência como no da emigração do jovem do Brasil” (POCHMANN, 2002, p. 43);
- de acordo com o “[...] aumento de homicídios, baseados no DATASUS, 112.000 jovens morrem assassinados a cada ano, em média, durante o período de 1991-1999, sendo que 59 mil pessoas estão na faixa de 15 a 24 anos” (POCHMANN, 2002, p. 43);
- soma-se a isso a desigualdade na oferta de trabalhos, que é maior nas áreas centrais, do que nas áreas periféricas, onde está boa parte da população jovem da cidade.¹² (POCHMANN, 2002).

Outras pesquisas buscaram explorar questões sociais enfrentadas pelas comunidades, face à violência e as decorrências dessa, já enfocadas anteriormente na abordagem da violência e do crime. É importante acrescentar aqui dados de pesquisas sociológicas que abrangem a interação entre os diversos grupos ligados à violência e ao homicídio, como

¹² Dados da distribuição do trabalho por área central e periferia substantiva esta colocação (POCHMANN, 2002).

também sua fragmentação face à própria dinâmica com que a violência se apresenta. A falta de formação do jovem para o trabalho formal e o conseqüente desemprego, agregados às questões de desfiliação, renda, composição familiar, entre outras, constituem temas freqüentes:

- Zaluar aponta para “[...]a existência de opções de trabalho informal no mercado ilegal das drogas” (ZALUAR, 2002, p. 32), assim como outros tipos de crimes contra a pessoa e o patrimônio, também contribui para diminuir, aos olhos dos alunos pobres, a importância da escolarização e das oportunidades de profissionalização que ela oferece.

Pesquisa feita na cidade de S. Paulo visando à distribuição de homicídios, através dos distritos censitários que compõem a cidade (CARDIA; SCHIFFER, 2002), destacou os seguintes resultados abaixo discriminados:

- a taxa de homicídio é agravada pelas taxas de piores rendas. O desemprego, a renda muito baixa do chefe de família, ou até a falta de renda, a falta de lazer e a falta de acesso à cultura explicam a importância atribuída ao não ter o que fazer, agregadas ao uso de drogas, álcool, depressão e violência familiar (CARDIA; SCHIFFER, 2002);
- a concentração de famílias monoparentais tem sido apontada como aumentando a vulnerabilidade de jovens à violência, pois tais famílias sofreriam maior privação econômica, e maiores pressões psicológicas e sociais, e, conseqüentemente, haveria menor supervisão sobre os jovens e mais tensão nas relações entre pai, mãe e filhos (CARDIA; SCHIFFER, 2002);
- percebe-se ainda que a baixa escolaridade do chefe de família está diretamente relacionada à não escolaridade do filho, e, portanto, à baixa probabilidade de que os filhos consigam obter melhores postos de trabalho (CARDIA; SCHIFFER, 2002);

- a taxa de mortalidade também se distribui na esteira da desigualdade. Em regiões de grandes concentrações populacionais e ausência de hospitais, está proporcionalmente maior se comparada a regiões onde há pelo menos 50 % de leitos por 1.000 habitantes (CARDIA; SCHIFFER, 2002);
- outro fator é a escassez de policiais e de viaturas para estas grandes concentrações de população. Essa escassez de policiais nesses distritos pode ser mais um fator a alimentar a violência. “Crimes não esclarecidos são crimes impunes e a impunidade pode motivar mais violência” (CARDIA; SCHIFFER, 2002, p. 28).

Sobre as causas da expansão da violência na sociedade brasileira, autores como Santos (2002) e Caldeira (2002) afirmam que suas raízes sociais estão no aumento do desemprego, na má distribuição de riquezas, na desigualdade social, no enfraquecimento das instituições socializadoras e na banalização da violência pelos meios de comunicação de massa. Para eles a expansão da violência ocorre tanto pelo espaço social, como por agentes do Estado, enquanto a cidadania tem sido dilacerada.

Apesar da relação entre crime e pobreza já estar em pauta há mais de duas décadas, (PINHEIRO, 1983), estudiosos, como Coelho (1978), Paixão (1990) e Zaluar (1996) têm recusado essa articulação, ora por inconsistências teóricas, ora por insuficiências empíricas. Entretanto esse modo de pensar tem resistido e permanecido em pauta, “[...] dado ao enorme déficit brasileiro na promoção do bem-estar social das populações pobres” (BEATO FILHO et al., 1998, p. 1). Dados obtidos por Beato Filho para Minas Gerais, ao correlacionar a taxa de criminalidade violenta com o coeficiente de GINI e um indicador de pobreza absoluta, constataram que “[...] pouca ou nenhuma variação nas taxas de criminalidade violenta parecem estar associadas às medidas de desigualdade adotadas” (BEATO FILHO; REIS, 1999, p. 4).

Percebe-se que o paradoxo apontado por Paixão traz um olhar crítico ao desatrelamento de uma produção bastante consolidada na sociologia do crime e na criminologia brasileira, além da área policial e das políticas públicas (PAIXÃO, 1998 *apud* BEATO FILHO, 1998), de que, resolvendo nossos problemas econômicos e sociais, resolve-se também o problema da violência.

Outro trabalho de grande repercussão é o do Núcleo de Estudos de Violência e Cidadania, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - o *Mapa Social da Violência e Cidadania* - ligado aos estudos sobre criminalidade, sistema prisional e organizações policiais, marcando que,

[...] a sociedade brasileira tem acompanhado o aumento da violência e da criminalidade, enquanto, por outro lado, observa a ausência de respostas por parte das polícias e da Justiça, expresso no despreparo das forças policiais para o enfrentamento do crime e nas altas taxas de impunidade, [como denunciam] Izumino; Neme (2002, p. 48) .

Ainda nessa linha de pesquisa, aponta-se que, no Brasil, a década de 1990 é marcada pela falta de expectativa de emprego para o jovem aspirante a ingressar na sociedade do trabalho, como atestam os dados pesquisados por Pochmann, constatando “[...] o crescimento de taxas de desemprego, neste segmento da população” (POCHMANN, 2002, p. 39) e denunciando “[...] a falta de perspectiva desse em uma idade em que se costuma traçar o destino do amanhã” (POCHMANN, 2002, p. 40). Ressalta ainda que “[...] a combinação da violência, com a ausência de perspectivas para os mais jovens, gera uma perda irreparável ao potencial produtivo do país, pois desperdiça o que o jovem tem de melhor” (POCHMANN, 2002, p. 43). Contemplando, ainda, outros dados reiterados pelo autor, vale ressaltar:

- no Brasil, o conjunto de mortes violentas constitui a primeira causa no total de mortes verificadas na faixa etária de 5 a 39 anos. Dentro deste segmento etário, as mortes por

homicídio vêm crescendo a cada ano, conforme atestam diversos estudos realizados no Brasil (POCHMANN, 2002);

- o fato de o “[...] País registrar indicadores de mortalidade por homicídios muito superiores aos internacionais neste segmento da população”, (POCHMANN, 2002, p. 39), o que é corroborado em outros estudos com destaques similares, “[...] denunciando a imersão de grande parte da juventude brasileira no amplo ambiente da violência” (ZALUAR, 2002, p. 32);
- “[...] o coeficiente de mortalidade por homicídios na faixa de 15 a 24 anos chega a ser, por exemplo, superior ao dos países em situação de fortes conflitos abertos”, (POCHMANN, 2002, p. 40) seja para o sexo masculino, seja para o sexo feminino;
- “[...] as mortes por homicídios foram as que mais cresceram, ou seja, 25,6 % em 1980, para 51,4 % em 1999” (POCHMANN, 2002, p. 43). Percebe-se que a cada década este total aumenta, e a maior concentração se encontra “[...] na região sudeste e centro-oeste, em que as maiores capitais do País, São Paulo e Rio de Janeiro, ascenderam o recorde em 1980 e 1999” (POCHMANN, 2002, p. 43).

Outras pesquisas buscaram explorar as questões sociais enfrentadas pelas comunidades, em face à violência e às decorrências desta, já focadas neste trabalho, no item violência e crime. Entretanto é pertinente acrescentar dados de *pesquisas sociológicas* sobre a interação ou fragmentações destes grupos, em face à presença da violência no mundo contemporâneo.

Zaluar (2002), da planta das favelas do Rio (Madureira, Copacabana e Tijuco), retrata a violência e o seu cerceamento, afetando desde a esteira da livre comunicação, até os modos de vida, as implicações emocionais e o fortalecimento do individualismo em oposição à coesão social. O controle de área desarticula canais de comunicação entre os moradores enfraquecendo o desenvolvimento de alguma forma de aliança para se protegerem dessas

ameaças e, em contrapartida, implementando o individualismo em resposta ao decréscimo da coesão social, uma vez que, quanto maior a restrição ao uso dos espaços públicos, menor coesão social, “[...] aumentando a descrença sobre as expectativas de ações coletivas, e destas, sobre o capital social” (ZALUAR, 2002, p. 36).

A falta de regras e o conteúdo violento das novas práticas vão se impondo sobre os mais fracos no vazio institucional que se forma a partir das transações entre a economia subterrânea, as organizações locais e as instituições supostamente encarregadas de manter a lei e a ordem (ZALUAR, 2002, p. 36).

Estudos realizados por Beato Filho (2001), Zaluar (2002) e Peres (2002), sugerem uma forte relação entre a presença de desvantagens socioeconômicas e violência, com a falta de capital social para impedir e sanear as carências¹³. Logo, entender seus mecanismos e expansão de domínios, suas redes e articulação são passos necessários para implantação de políticas mais eficazes e justas (ZALUAR, 2002).

O número de pesquisas ligadas aos homicídios por tráfico de drogas, políticas públicas, entre outras, tem trazido esclarecimentos e desmantelado mitos, embora se tenha ainda muito material a ser desvelado em relação ao crime e à violência.

Entretanto, no campo das drogas, Zaluar (1996) e Beato; Reis (1999) relatam que os policiais têm ressaltado a conexão existente entre o tráfico de drogas e o aumento de homicídios em Belo Horizonte (BEATO FILHO; REIS, 1999).

Em síntese, qualquer que seja a proporção dos homicídios relacionados às drogas, eles deverão ocorrer com maior intensidade nas regiões e vizinhanças assoladas pelo tráfico (CARDIA; SCHIFFER, 2002). Quase totalidade desse pequeno universo de risco está

¹³ “Capital social é um conceito que se refere ao conjunto de normas, valores, obrigações, regras de reciprocidade e laços de confiança que se estabelecem entre indivíduos e possibilitam-lhes alcançar objetivos em comum” (COLEMAN, 1990 *apud* BEATO FILHO, 2001, p. 153)

concentrada em favelas (ZALUAR, 2002 e BEATO FILHO; REIS, 1999). Entretanto não são as condições socioeconômicas *per se* as responsáveis pelos conglomerados de homicídios, mas o fato dessas regiões serem assoladas pelo tráfico e violência associada ao tráfico de drogas¹⁴, (BEATO FILHO; REIS, 1999). Não há como ignorar os custos elevadíssimos correspondentes ao modelo de ordem implementado pelo crime organizado na periferia (ZALUAR, 1985; PAIXÃO, 1990).

Essas e outras colocações são importantes temas de reflexão sobre a atual forma como são conduzidas as políticas governamentais, a organização dos grupos, da sociedade e a explosão da criminalidade em certas áreas, denominadas de risco. Se a violência é produzida pelo humano, pode-se considerar a violência como atos de crueldade individual ou em grupos (ZALUAR, 1985).

Quando se lida com dados estatísticos de homicídios, tem-se de estar atento a:

- “[...] o sistema de informação da polícia não está apto para lidar com a diversidade oculta sob esses números” ou seja, “[...] o sistema deveria classificar os diferentes tipos de conflitos entre pessoas, avaliar a motivação e o relacionamento entre agente e vítima” (BEATO FILHO, et al., 2001, p. 24), além de manter um arquivo de agressores reincidentes. Isso porque, “[...] a maioria dos homicídios ocorre entre pessoas conhecidas, em ambientes domésticos e em locais próximos a suas residências” (BEATO FILHO, et al., 2001, p. 24);
- tem-se “[...] assistido à emergência de uma nova variedade de violência sistêmica derivada dos homicídios relacionados ao comércio ilegal de drogas” (BEATO FILHO, et al., 2001, p. 24). Por exemplo, 55 % dos 433 homicídios ocorridos em 1998, em Belo Horizonte, envolvem o uso ou a venda de drogas. Como consequência, “[...] o homicídio

¹⁴ Ver maiores informações, em Zaluar (1994; 1996; 2002), entre outros.

tem maior probabilidade de ocorrer em territórios específicos das regiões urbanas em virtude da disputa” (BEATO FILHO, et al., 2001, p. 24), por pontos de distribuição;

- outros podem surgir devido ao resultado de se formar um contexto de oportunidades favoráveis à ação criminosa (BEATO FILHO; REIS, 1999);
- “[...] devido à falta de homogeneidade na coleta de informação, há o comprometimento das possibilidades de comparação, na medida em que três categorias diferentes estão sendo usadas em cada Estado” (BEATO FILHO, 2001, p. 26), ou seja, pela Polícia Militar, Polícia Civil e pelo DATASUS, além da diversidade de registros e categorias;
- isto é decorrente da falta de uniformidade de dados do sistema coletor e da insipiência da tradição de estudos criminosos no Brasil (BEATO FILHO, 2001);
- resultados apontam para um aumento no homicídio consumado, conforme demonstrativo, de que 78 % dos crimes contra a pessoa deste período (1998 a 2001) foram de tentativa de homicídios, e, 22 % por homicídios consumados. Assim, entre 1998 e 2001 observou-se uma queda de 82 % para 75 % na participação das tentativas de homicídio e um aumento de 18 % para 25 % na participação dos homicídios consumados (BEATO FILHO, 2001).

Já na América Latina, “a maioria das vítimas de homicídios são homens, 69 % dos quais estão na idade entre 15 a 29 anos. As gangues de jovens são uma das imagens mais recorrentes no cenário contemporâneo da violência da América Latina”(BEATO FILHO, 2001, p. 148-149). As quadrilhas brasileiras têm um grau maior de envolvimento com o tráfico de drogas e são freqüentes protagonistas de assassinatos (ZALUAR, 1994 e 1997, *apud* BEATO FILHO, 2001).

Em Belo Horizonte, estudos mostram que o crescimento do crime, nos últimos anos deveu-se ao crescimento do tráfico em algumas favelas, o que é usualmente feito por jovens

e crianças (BEATO FILHO, 2001). A explicação para a existência desses grupos tem variado ao longo do desenvolvimento teórico da criminologia.

Já a violência doméstica, seja ela física, psicológica ou sexual, manifesta-se fundamentalmente contra mulheres e crianças (BEATO FILHO et al., 2001).

Vale ressaltar que hoje se pode contar com uma vasta literatura a respeito, sendo que o aqui reunido e comentado corresponde a diversos campos, como a geografia, a demografia, a sociologia, a antropologia e ao direito, dentre outros, significando um aumento de consciência para os problemas que não só afetam o nosso cotidiano, mas, com o crescimento sem controle, afetam e põem em risco os princípios primordiais da sociedade, do seu capital social e bem-estar. Resta, entretanto, muito a ser aprofundado, principalmente no que tange às motivações criminosas e do crime organizado, como sugere Beato Filho (2001).

Faz-se aqui um parêntese neste demonstrativo de informações, para se trazer à tona algumas abordagens, que podem trazer luz a esse fenômeno.

2.1.4.2 *Algumas teorias do ator e do crime*

Beato e Reis (1999) propõem a Teoria das Oportunidades, fazendo uma rápida apresentação de outras perspectivas teóricas, que se seguem:

[...] alguns autores creditam ao delinqüente e aos atos criminosos uma agressão ao consenso moral e normativo da sociedade. Nessa perspectiva, o conjunto de ideais universalmente distribuídos e a desigualdade dos meios socialmente aceitáveis para sua socialização produzem a anomia moral que está na origem do comportamento delinqüente, tornando a punição imperativa para o restabelecimento desses valores (CLARK, 1966; KRAUT, 1976; DURKHEIM, 1978; SHERMAN; BERK, 1984 apud BEATO FILHO; REIS, 1999, p. 1).

Uma segunda corrente defende “[...] o tratamento dos grupos a que pertencem, tanto os agentes de crimes violentos, como as vítimas”. Nessa perspectiva, destacam-se: Calvin e Pauly (1983), Greenberg (1985), (*apud* BEATO FILHO, 2001, p. 1).

Uma terceira corrente, representada por Sanchez Jankowski (1991), defende seu ponto de vista apoiado na tese da “[...] desorganização social da antiga escola de Chicago, das subculturas e do controle social, encontrando eco em projetos de intervenção para crianças e adolescentes” (SANCHEZ JANKOWAKY, 1991 *apud* BEATO FILHO, 2001, p.149). Esta escola se “[...] fundamenta na tese de que esses grupos terminam cumprindo a função de socialização e controle que as instituições como a família e a escola não conseguiam realizar” (SANCHEZ JANKOWAKY, 1991 *apud* BEATO FILHO, 2001, p. 149). “Mais recentemente outros autores têm concebido as gangues como empresas com fins econômicos” (BEATO FILHO, 2001, p. 149).

Propondo uma abordagem alternativa, Beato Filho e Reis (1999) sublinham as condições contextuais ou dos ambientes de oportunidades que favorecem a incidência de crimes. Segundo os autores, nesses lugares mais favoráveis, constituídos de regiões e cidades mais desenvolvidas, ocorre a confluência dos fatores necessários à incidência da criminalidade.

Nos termos da Teoria das Oportunidade têm-se:

- mais riquezas disponíveis;
- os mecanismos de controle e vigilância enfraquecidos;
- um número de ofensores motivados.

Beato Filho e Reis (1999) discutem que,

[...] na realidade, este mecanismo de causação não se dá de forma direta, mas como resultado do fato de áreas com maior privação relativa e absoluta, provocarem incrementos de mobilidade e heterogeneidade populacional,

conduzindo-as a um enfraquecimento dos laços tradicionais de controle social e, conseqüentemente a um maior número de crimes (BEATO FILHO; REIS, 1999, p. 5).

Estes autores apontam que o desenvolvimento social e econômico pode se constituir num contexto mais propício ao crescimento das taxas de criminalidade, especialmente nas modalidades de crimes contra o patrimônio. Essa conclusão foi apoiada em modelos que lidam com a distribuição espacial e com contextos de oportunidades para a ação criminosa. Esse estudo destaca pontos como:

- “[...] todo e qualquer cidadão é igualmente predisposto ao crime” (NEWMAN, et al. 1997 *apud* BEATO FILHO; REIS, 1999, p. 10);
- a motivação para o crime pode ser vista como resultado de um ambiente imediato de ação e bem-estar, orientada para tipos específicos de atos criminais¹⁵. “Daí a importância de analisarmos simultaneamente tanto a distribuição ecológica dos delitos, como o contexto sócio-estrutural no qual eles ocorrem” (BEATO FILHO; REIS, 1999, p. 11);
- no caso de Minas Gerais, observa-se claramente um padrão de distribuição criminosa violenta, especialmente o crime contra o patrimônio, que elege cidades e regiões mais desenvolvidas, porque existe uma confluência dos fatores necessários à incidência criminal nos termos da Teoria das Oportunidades (BEATO FILHO; REIS, 1999).

É flagrante a riqueza dessa literatura, quer em seus estudos clássicos, quer em suas mais recentes contribuições, alimentada por diferentes perspectivas teóricas e metodológicas que possibilitam múltiplos enfoques e olhares. Na esteira dessa tradição, vêm avançando, rapidamente, os estudos e as pesquisas que procuram decifrar a violência, na sociedade brasileira (ADORNO; CÁRDIA, 2002).

¹⁵ Motivação, que se relacionam com necessidades generalizadas ou impulsos que não estão orientados para objetos específicos, diferente de motivos, que são orientados para alvos específicos (BEATO FILHO; REIS, 1999).

Conforme discutido por Santos (2002) e Caldeira (2002), dentre outros, os diversos aspectos abordados anteriormente ressaltam o duplo lugar do homem como ator e vítima da violência e, principalmente, a violência como um aspecto do homem e não privilégio do criminoso, o que leva à necessidade de melhor entender tal questão. Tal aspecto, tratado pela psicanálise, possibilita fazer algumas aproximações com esse intrincado problema, além de trazer algum esclarecimento para o demonstrativo dos dados contemplados.

2.2. O mito da dissolução do bem e o imperativo da crueldade

A questão aqui enfocada se dá em face do convívio na atualidade com o afloramento de certos tipos de crimes hediondos, da violência descarnada que lida com o corpo despido de sentido, e cujos agressores o queimam, o mutilam, o usam e o exibem. Tais crimes apresentam uma marca discricionária, tradutora de um aparato único que os tornam singulares, de modo que,

[...] a violência, que tem marcado as ações desses comandos nos presídios brasileiros, assusta mesmo os mais experientes legistas, policiais e membros de organismos de direitos humanos. Eles têm evocado a noção de crueldade para exprimir o espetáculo freqüente não apenas de corpos mortos, mas requintadamente mutilados, violados e exibidos (CALDEIRA, 2002, p. 4).

Assim, o corpo é surrealisticamente exposto, descartado como um excremento, desvitalizado de vida e de sentido, “[...] como nos campos de concentração” (CALDEIRA, 2002, p. 45). Esse tipo de violência tem, sem dúvida, ocupado um espaço na vida da sociedade brasileira.

Caldeira coloca que talvez o sentido dessa forma de expressão deva ser buscado naquilo que o filósofo político Balibar chama de crueldade, referindo-se às formas de violência que parecem “[...] ‘piores que a morte’, e que não se consegue regular sob nenhuma forma de ‘política de civilidade’ ” (CALDEIRA, 2002, p. 44).

Nesse sentido, Balibar marca que:

[...] a crueldade contemporânea manifesta-se de formas heterogêneas (genocídios, conflitos étnicos, excessiva pobreza e objetivação de pobres ao redor do Terceiro Mundo, espraiamento da epidemia da ‘Aids’, etc). A crueldade prolifera junto com a globalização e é um experimento no qual a própria possibilidade da política está em questão (como estava no campo de concentração) (BALIBAR, 2001, apud CALDEIRA, 2002, p.45).

Maldonado (2003),¹⁶, afirma que “[...] todos nós nascemos com o impulso amoroso e o agressivo [...]. O esgarçamento do tecido social” vem denunciando uma exarcebação da tendência agressiva no caso da sociedade brasileira. Entretanto a forma de violência à qual se refere Balibar (CALDEIRA, 2002) encontra-se fundamentada na maneira como se dá a inscrição da cultura com a natureza, no registro edipiano, ou nas formas distorcidas em que esse registro se cumpre (LACAN, 1998a).

Dessa forma, ao se propor uma interlocução com a psicanálise, cuja consolidação teórico-ideológica tem avançado com a própria prática psicanalítica, faz-se necessário salientar o propósito de se elegerem, dentre as idéias perpetradas no decorrer deste trabalho, duas já então prenunciadas, quais sejam:

- o duplo lugar de ator e de vítima da violência (SANTOS, 2002);
- a expressão da violência em atos de extremada crueldade, que destina “[...] ao corpo o lugar de objeto destituído de sentido” (CALDEIRA, 2002, p. 44).

¹⁶ Entrevista: GLOBONEWS: 03/05/2003, comunicação verbal.

Nesse sentido, optou-se por discutir a “Introdução Teórica às Funções de Psicanálise em Criminologia” (LACAN, 1998a, p.127-151), secundada pela discussão da ética em “Kant com Sade” (LACAN, 1998b, p.776-806). O propósito desse enfoque é marcar o lugar da psicanálise, ladeado por outras ciências do homem, quanto a sua inegável contribuição para a compreensão desse tema atual, pelo qual a sociedade como um todo sofre as conseqüências.

2.2.1 Breve introdução às funções da psicanálise em criminologia

Lacan (1998a) sabiamente nos introduz nesta comunicação refletindo sobre o sentido da teoria nas ciências físicas, pois se a esta

[...] nunca escapou realmente à exigência de coerência interna que constitui o próprio movimento do conhecimento, as ciências do homem, por se encarnarem em comportamentos na própria realidade de seu objeto, não podem eludir a questão de seu sentido, nem fazer com que a resposta se imponha em termos de verdade (LACAN, 1998a, p.127).

Num breve percurso pelas ciências físicas, pela história, pela própria criminologia e pela psicanálise, Lacan nos faz perpetrar pelo caminho do método em sua eficácia, em seu projeto de desvelar o objeto que lhe é próprio (LACAN, 1998a).

Ou seja, valendo-se de sua indagação:

[...] não seria a busca da verdade o que constitui o objeto da criminologia na ordem das coisas judiciárias e também o que unifica suas duas faces: a verdade do crime em sua face policial, a verdade criminosa em sua face antropológica? (LACAN, 1998a, p.127).

O sentido da psicanálise, nessa indagação, tem por propósito explicitar e se valer do seu instrumento dialético, para indagar sobre objeto em questão: o crime (LACAN, 1998a).

Entretanto, para Lacan, “[...] nem o crime, nem o criminoso são objetos que se possam conceber fora de sua referência sociológica” (LACAN, 1998a, p. 128). Logo, tanto o crime, quanto o criminoso ocupam um espaço de exterioridade social. Nessa colocação, percebe-se que o objeto subjetivo do crime permanece ocultado, não perpetrado por essa exterioridade. E é desse ocultado de que a psicanálise se ocupa.

Lacan, ao discutir o sentido da lei, o faz por meio da abstração da máxima de São Paulo (ROMANOS *apud* LACAN, 1998a, p. 128): “[...] é a Lei que faz o pecado, demonstrando que, mesmo fora da perspectiva escatológica da Graça em que São Paulo a formulou” ela é cientificamente confirmada pelo enunciado

[...] não há sociedade que não comporte uma lei positiva, seja esta tradicional ou escrita, de costume ou de direito. Tampouco existe aquela em que não aparecem no grupo todos os graus de transgressão que definem o crime (LACAN, 1998a, p. 128).

Assim sendo, é aqui, onde a dialética entre a lei e a religião se cumpre, onde o que se elucida é que toda sociedade traz em seu bojo um duplo sentido, o que é cientificamente comprovado. Esse sentido prenuncia o da liberdade sob o limite da proibição, ou seja, a liberdade traz, no seu bojo, a realidade da transgressão ou da interdição, e nesse sentido, recupera o da máxima Pauliniana.

Logo, isso gera a indagação: seria essa “[...] pretensa obediência inconsciente [...] do primitivo, à regra do grupo” (LACAN, 1998a, p.128) o que herdamos da cultura? Para Lacan (1998a) essa seria uma concepção etnológica, forma mítica de reconstrução sobre as origens éticas de cada cultura, mas mítica. Porém não é do mítico que a psicanálise se ocupa.

É, pois, consenso, que toda sociedade “[...] manifesta a relação do crime com a lei através de castigos cuja realização [...] exige um assentimento subjetivo” (LACAN, 1998a, p.

128), oriundo da relação subjetiva, de um compromisso entre esse assentimento da lei e de sua transgressão, igualmente subjetivo e necessário à própria significação da punição. Nesse sentido, a significação subjetiva da punição para com aquele que pratica a transgressão se traduz em forma de responsabilidade. Portanto, a psicanálise “[...] pode esclarecer as vacilações da noção de responsabilidade em nossa época e o advento correlato de uma objetivação do crime para a qual ela pode colaborar” (LACAN, 1998a, p. 129),¹⁷, através da plena utilização de seu método.

Assim, se as sociedades medievais creditam que essa motivação pela punição se motive no indivíduo, é preciso que haja um corpo social de equivalência de responsabilidade, ou seja, essa ordem estaria no lugar da interlocução entre o sujeito do crime e a responsabilidade social de retornar à ordem, quer pela regeneração, quer pela exclusão desse mal (LACAN, 1998a). Isso é algo que é consentido ao outro que se cumpra. O que se diz, nesse caso, é que a prática da transgressão tem um preço e o preço da transgressão seria a punição, conferida pelo próprio respeito, ao conjunto da sociedade que denota equivalente poder, tanto de regenerar como de excluir. Algo que passa pelo subjetivo é colocado como objetividade de desfecho. Algo que nas sociedades modernas não mais se sustenta¹⁸.

Na busca de refletir sobre a diferença de função, percebe-se que a punição que se limita a atingir o indivíduo como autor do crime não é a mesma daquele que tem que responder por seus atos. Algo se desloca do suposto que transgride sob pena da punição, para o sujeito que se submete à lei que o penaliza. Para a psicanálise, o objeto a ser desvelado é o

¹⁷ “[...] as crenças mediante as quais essa punição se motiva no indivíduo, assim como as instituições pelas quais ela passa ao ato no grupo, permitem-nos definir numa dada sociedade aquilo que designamos, na nossa, pelo termo de responsabilidade” (LACAN, 1998a, p. 129).

¹⁸ “A pretensa obediência inconsciente, ‘forçada’, ou ‘intuitiva’ do primitivo à regra do grupo é uma concepção etnológica, fruto de uma insistência imaginária que lançou seu reflexo sobre muitas outras concepções ‘das origens’, porém tão míticas quanto elas” (LACAN, 1998a, p. 128).

simbólico, enquanto efeito do inconsciente, e, pela utilização do seu método, permite desvelar as patogenias (LACAN, 1998a).

Assim, como para a sociologia é importante elucidar as questões relativas às motivações que bordejam o crime, não é pretensão da psicanálise “[...] apreender a totalidade de qualquer objeto sociológico, nem tampouco o conjunto das motivações atualmente em ação em nossa sociedade” (LACAN, 1998a, p. 129), mas sim ao que na psicanálise é denominado de “[...] tensões relacionais que parecem desempenhar em todas as sociedades uma função basal, como se o mal-estar da civilização desnudasse a própria articulação da cultura com a natureza” (LACAN, 1998a, p. 129).

Se o simbolismo enquanto expressão do crime surge nas estruturas radicais, que a linguagem transmite inconscientemente

[...] esse simbolismo foi também entre o primeiro sobre o qual a experiência psicanalítica demonstrou através de efeitos patogênicos, a que limites até então desconhecidos, ele repercute no indivíduo, tanto em sua fisiologia, quanto em sua conduta (LACAN, 1998a, p. 131).

Assim, a psicanálise descobre a culpa como o representante desses efeitos na vivência. Freud (1912), em Totem e Tabu (*apud* LACAN, 1998a), não apenas demonstrou no crime primordial a origem da Lei universal, mas reconheceu que com a Lei e o Crime começava o homem, ou seja, apresentou pela experiência clínica “que suas significações sustentavam inclusive a forma do indivíduo, não apenas em seu valor para o outro, mas também sua ereção para si mesmo” (LACAN, 1998a, p.132). Freud ainda nos consagra com obras como Mal-estar da Civilização (FREUD [1929], 1969a),¹⁹, Além do Princípio do

¹⁹ É uma obra que ultrapassa bastante a sociologia, desenvolvendo, entre outros, o sentimento de culpa como o mais importante problema no desenvolvimento da civilização (FREUD [1929], 1969a).

Prazer (FREUD [1920], 1969b),²⁰, Esboço da Psicanálise (FREUD [1938], 1969c),²¹, entre outras, que possibilitam desdobramentos sobre o crime na teoria psicanalítica.

Se a sociedade legisladora se impõe a observar e descrever que a ação criminosa se assemelha à coação por uma força, para a psicanálise essa força não está na exterioridade da ação criminal, “[...] mas no modo irreal dessa expressão” (LACAN, 1998a, p. 131), ou seja, na subjetividade do fantasma ou da irrealização deste enquanto fantasia,²², de modo que sua exterioridade é sua simbolização, cujas bases se apóiam na própria maneira como se deu a inserção da Lei naquele campo singular. Assim, “[...] se a psicanálise irrealiza o crime, ela não desumaniza o criminoso” (LACAN, 1998a, p. 131).

Nesse sentido, percebe-se que “[...] as estruturas da sociedade são simbólicas; o indivíduo, na medida em que é normal, serve-se delas em condutas reais; na medida em que é psicopata, exprime-as por condutas simbólicas” (LACAN, 1998a, p. 134). E é na ordem do simbólico que a psicanálise denomina como psicopatologia a ordem da delinquência, ou, mais precisamente, a significação do edipiano.

Esses efeitos psicopatológicos parecem exprimir uma “[...] deiscência do grupo familiar no seio da sociedade” (LACAN, 1998a, p. 134). Cabe aqui repensar o papel da família na formação das primeiras identificações da criança e na aprendizagem das primeiras disciplinas, em face ao atual papel da família no contexto da sociedade, cujo lugar vem assumindo uma maior mobilidade e um maior trânsito nas relações sociais e familiares, e da conseqüente diluição do seu poder social.

²⁰ Onde aparece o impulso agressivo ou de destruição, verdadeiramente independente (FREUD [1920], 1969b).

²¹ Referindo-se à destrutividade externa: “A interiorização do instinto agressivo é, naturalmente, o correspondente da exteriorização da libido, quando ela se transfere do ego para os objetos[...]” (FREUD [1938], 1969c).

²² “Fantasia ou fantasma consiste numa encenação imaginária em que o indivíduo está presente e que figura, de modo mais ou menos deformado pelos processos defensivos, a realização de um desejo e, em última análise, de um desejo inconsciente” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1983, p. 228).

No crime, quer se trate de furtos, quer se trate de homicídios, essa conduta torna-se perfeitamente clara à luz da interpretação edipiana, tornando-se, entretanto, essencial, distinguir o ato praticado por um neurótico daquele praticado por um psicótico, uma vez que “[...] o que as distingue como mórbidas é o seu caráter simbólico. Sua estrutura psicopatológica não está, de modo algum, na situação criminal que elas exprimem, mas no modo irreal dessa expressão” (LACAN, 1998a, p.133). E é aqui que o apontado por Balibar (*apud* CALDEIRA, 2002) se realiza.

Daí, que essas agressões simbólicas, normalmente servem de alvo no senso comum, como produtoras de um profundo mal-estar. Ou seja, causam uma perplexidade pelo horror ou pela incompreensão, como se não se pudesse imaginar *como esse outro* pôde realizar o irrealizável na sua ótica²³. É esse simbólico reconhecido na vida da delinqüência que a psicanálise intitula como psicopatológico (LACAN, 1998a).

Nesse ponto faz-se necessário buscar a contribuição de Lacan ao integrar duas linhas opostas filosóficas, que trarão luz, sem sombra de dúvida, ao então exposto, ao contrapor Kant com Sade.

2.2.2 Kant com Sade

A doutrina Kantiana surge em 1793, escandalizando os filósofos e teólogos da época, até alcançar o século XX, quando a experiência das guerras rasga o véu da inocência,

²³ ANEXO A: FABRIS, Z. O crime das irmãs Papin: o tempo do espelho www.rubedo.psc.br/Artigos/crimepap.htm! Acesso em julho de 2003

desnudando esse homem materializado em atos, como os dos campos de concentração. Sua grande contribuição foi, sem dúvida, ter reconhecido, em sua época, a razão como a instância suprema do homem, ao mesmo tempo em que é essencialmente finita.

Kant ao propor na *Crítica da Razão Prática*, o bem e o mal como determinados pela faculdade de desejar do homem²⁴, faz uma ruptura com o pensamento clássico medieval (KANT, 1997 *apud* LACAN, 1998b).²⁵.

O outro filósofo, Sade, “celerado da imoralidade, empirista e libertino” (FÉRES, 2001, p.44), com diferença de apenas oito anos, escreve de uma prisão na França, a Bastilha, a *Filosofia na Alcova* em 1795.

Essas obras, de valor irrefutável em sua época, são resgatadas por Lacan, o qual contrapõe Kant com Sade, utilizando a preposição *com* no seu sentido instrumental, e nelas, o que está em questão é o juízo moral (MILLER, 1997).

Nesse sentido, Lacan (1998b), ao fazer esse estudo dos dois filósofos que inauguram a modernidade, “Kant com Sade”, assinala a máxima categórica kantiana e acrescenta a máxima sadiana:

²⁴ O que se encontra apoiado pela filosofia moderna – o mal é um desvalor – concebe o mal como algo que está na origem do homem (KANT, 1997 *apud* LACAN, 1998b).

²⁵ Assim, Kant afirmava ser o mal não apenas a ausência do bem, mas devendo ser repensado como resistência ao bem, e, portanto, como algo que tem positividade, cuja fonte é a própria vontade ligada à liberdade do homem (KANT, 1997 *apud* LACAN, 1998b).

MÁXIMA KANTIANA

“Ajas de tal maneira que a máxima de tua vontade possa sempre valer, ao mesmo tempo, como princípio de uma legislação Universal”

MÁXIMA SADIANA

“Tenho o direito de gozar de teu corpo, pode me dizer qualquer um, e esse direito eu o exercerei sem que nenhum limite me detenha no capricho das exceções que eu tenha o gosto de saciar.”

Ao contrapor as duas máximas, o que Lacan precisa é que o objeto escondido na ética Kantiana ilumina-se na fantasia Sadiana. O que sustenta a analogia entre a máxima Kantiana e a Sadiana, o sustenta na lógica do gozo, pois em ambos a lógica procede da vontade do “Outro”. Por outro lado, enquanto em Kant impera o campo de uma ética sem objeto (LACAN, 1998b), é em Sade que se permite desvelar o objeto, pois, além do desejo determinado, há a “coisa”, *das Ding* (LACAN, 1988).²⁶

Assim, pois, entre a vontade do gozo e o desejo, a lei moral de Kant se apresenta sem objeto, objeto este que vamos achar em Sade. E é aí que Lacan demonstra que a ética Kantiana é uma ética sem objeto e, portanto, sem referência aos bens e ao prazer (LACAN, 1998b).

Dessa forma, o que a interpretação lacaniana vem demonstrar se insere em uma outra lógica, a da *fantasia*, pois, como registra Lacan (1998b), “[...] o desejo puro é um desejo perverso que leva ao sacrifício e ao anonimato do objeto, ainda que o outro exista o perverso jamais se refere a isto, de outro modo que não vontade de gozo” (LACAN, 1988, p. 10). Essa é outra maneira de demonstrar que ele se faz o instrumento do gozo do *Outro*, propondo-se como o próprio lugar da realização da transgressão, sem culpa e sem arrependimento.

²⁶ *das Ding* – [...]é em torno desse *das ding* que roda todo esse processo adaptativo, tão particular no homem visto que o processo simbólico mostra-se aí inextricavelmente tramado” (LACAN, 1988, p. 76).

Já em Sade, a máxima Sadiana desmascara a divisão, uma vez que nele, percebe-se “[...] que não engana quanto a seu fantasma na medida em que seu pensamento passa pela lógica da vida” (LACAN, 1998b, p. 792).²⁷. Lacan pensa a Lei como interna ao desejo recalcado, e desejo e lei são a mesma coisa – cuja regulação se realiza pelo amor ao pai –, ou pela regulação do desejo,²⁸ “[...] para onde o desejo aparece como limite do gozo, principalmente como forma de amor” (COTTET, 1989, p. 11).

Assim, o gozo traz a culpa – ou quanto mais se goza, maior a culpa, já que gozar é proibido. Nesse sentido, a transgressão da lei traz sob julgo do desejo recalcado, o da interdição. Se a lei vem do recalque, da castração, ela não advém “[...] da ordem incorruptível do céu estrelado” (KANT, 1997 *apud* LACAN, 1998b, p. 798), mas no gozo no que ele tem de sadiano.

Enquanto “[...] Kant quer demonstrar que a experiência moral se traduz por um enunciado transcendente do bem do sujeito” (COTTET, 1989, p. 22), em Sade, Lacan identifica “[...] o homem do prazer e o homem a quem tudo é permitido e que dispõe do poder para ultrapassar todos os seus limites” (COTTET, 1989, p. 38). Daí o princípio universal, isto é, para todos é a mesma coisa²⁹.

A Lei Moral é justamente o desejo recalcado, o desejo sem objeto, interdito, não dito. E é nessa dimensão que a lei (do gozo) e do desejo recalcado são uma única e mesma coisa, nos afirma Lacan (1998c), ou seja, a Lei não como uma coerção externa, mas como interna

²⁷ “É que o fantasma é de fato muito perturbador, como não se sabe onde guardá-lo, por estar lá, inteiro em sua natureza de fantasma, cuja realidade é somente o discurso que não espera nada de vossos poderes, mas que vos pede, ele, que encontreis um aceno com vossos desejos” (LACAN, 1998b, p. 791).

²⁸ A transgressão da lei não somente não libera o desejo, mas, reforça a inibição e a interdição (LACAN, 1998b).

²⁹ “[...] Tenho o direito de gozar do teu corpo, pode me dizer qualquer um [...]” (LACAN, 1998b) - “na máxima, é o que faz retroagir o direito para todos” Saliba (2003), comunicação verbal.

ao desejo, como limite interno do gozo. Ou como diria Lacan, “[...] o desejo recalçado e a lei são uma só coisa” (LACAN, 1988, p. 76).

Após este breve percurso por Lacan, em Kant com Sade, faz-se necessário apresentar ainda alguns aspectos relevantes da psicanálise para com o crime.

2.2.3 Da passagem do crime para a realidade do crime

O castigo (responsabilidade) é uma idéia prevalente numa dada sociedade e a evolução do sentido do castigo, se dá paralelamente à evolução da formação da prova do crime. Se alterarem os ideais de uma sociedade, “o castigo muda imperceptível de objeto” (LACAN, 1998a, p. 139), ou seja, seu objeto sofre impregnação segundo as concepções ideológicas. Assim, numa sociedade pragmática é comum transferir para as mãos do psiquiatra, para o policiamento, ou para o jurídico, o resguardo da lei, enquanto em uma sociedade humanista, a própria antinomia ideológica reflete este mal-estar.

Nesse sentido, Lacan ao discutir as técnicas de narcose ou de tortura, em nome de uma confissão, mostra os riscos, pois, se a primeira pode precipitar um delírio, a tortura pode fazer o sujeito “confessar aquilo que ele não sabe” (LACAN, 1998a, p. 147). Logo, só a psicanálise no manuseio de seu método da transferência pode contribuir para o desvelamento, sem transgredir ao sujeito do ato, permitindo que este possa fazer a travessia de sua própria fantasia. Logo, o espaço de atuação psicanalítico se concretiza, por saber o momento em que um fragmento do inconsciente recalçado é restaurado na consciência, sinalizando a eficácia do tratamento. Só o analista pode demonstrar, contrariando o

sentimento comum, a alienação da realidade do criminoso, como por exemplo, no caso em que o crime dá a ilusão de responder a seu contexto social, como é o caso das Irmãs Papin³⁰.

A psicanálise do crime e do criminoso inclui ainda, a sucessão dos crimes de identificação e dos períodos de latência pulsional, assim como das identificações anais, “que a psicanálise descobriu nas origens do eu, identificações essas, que dão seu sentido ao que a medicina legal designa de as “assinaturas” deixadas pelo criminoso” (LACAN, 1998a, p. 145), e amplamente exemplificadas em *O nome da rosa* (ECO, 1983); ou mesmo na película *Seven*, dirigido por *David Fincher* e roteirista *Andrew Kevin Walker* (1997). Estes flagrantes podem indicar em que momento da identificação do eu se produziu a repressão pela qual é possível dizer que o sujeito não pode responder por seu crime, e, também pela qual ele permaneceu preso em sua denegação³¹.

A psicanálise pode não apenas apontar as funções criminogênicas próprias de uma sociedade, como a um rol de estudos referentes às implicações das paixões pelo poder, fama e prestígio, podendo trazer entre outros, novos entendimentos para questões sociais inseridas em nossa realidade, o que beneficiaria tanto o campo político quanto ao filosófico (LACAN, 1998a).

Após esse breve trilhamento pela perspectiva psicanalítica, da percepção do crime e do criminoso, optou-se por evocar a máxima universal a que Lacan denomina de função privilegiada: “[...]a do recurso do sujeito ao sujeito, que inscreve nossos deveres na ordem da fraternidade eterna - sua regra é também a regra de toda ação permitida a nós” (LACAN, 1998a, p. 151).

³⁰ ANEXO A: FABRIS, Z. O crime das irmãs Papin: o tempo do espelho www.rubedo.psc.br/Artigos/crimepap.htm! Acesso em julho de 2003.

³¹ Denegação ou negação: Processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um dos seus desejos, pensamentos ou sentimentos, até aí recalcado, continua a defender-se dele negando que lhe pertença. (LAPLANCHE; PONTALIS, 1983, p. 373).

Enfatizaremos a seguir, os conteúdos geográficos e demográficos, com a finalidade de se ter uma visão da diversidade espacial com que se apresentam os municípios mineiros e o Estado como um todo, em relação ao problema em estudo.

2.3 Contextualização do espaço histórico-geográfico de Minas Gerais, 1990 e 2000

“Minas são muitas, são pelo menos várias”.
Guimarães Rosa

O Estado de Minas Gerais situa-se na Região Sudeste, ocupando sua parte centro-norte, limitando-se com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, a Leste; com a Bahia, ao Norte; com o Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul, a Oeste; e com São Paulo, ao Sul. Segundo o Censo Demográfico do Brasil - 2000 do IBGE, o Estado chega ao século XXI com uma população de 17.891.494 habitantes, equivalente a 24,7 % da população da Região Sudeste e a 7 % da população brasileira, dispersa em 586.648 km², área que corresponde a 10,5 % do território nacional. O Estado é o segundo mais populoso do País, em seguida a São Paulo, e é o quarto em extensão, após o Amazonas, o Pará e o Mato Grosso. Além do mais, Minas Gerais é o Estado brasileiro com o maior número de municípios, compreendendo um total de 853 municípios desde 1997 (PRATES, 2002).

Apesar do Estado fazer parte da Região brasileira mais populosa e densamente povoada, percebe-se que sua população se encontra distribuída de forma heterogênea, com densidades que superam os 2.000 habitantes por km² na Capital, e em outras áreas, com

densidades inferiores a 10 habitantes por km², situadas no noroeste e o norte do Estado (BEATO FILHO, 2001). De modo geral, configura-se como um Estado constituído por um complexo multifacetado de realidades caracterizadas por suas enormes diferenças geográficas econômicas, sociais e culturais.

Quanto ao desenvolvimento econômico, o Estado vem sendo marcado, nas últimas décadas, pelos grandes movimentos que vêm caracterizando o cenário político nacional. No período da ditadura e centralização do planejamento estatal, Minas Gerais apresentou acelerado crescimento econômico, condizente com o milagre econômico dos anos 70. Na primeira metade dos anos 80, instaurou-se o lento processo de redemocratização, consumando o fim da ditadura militar, com a consolidação da exclusão social, seguida de intensa concentração de renda e conseqüente aumento da pobreza. Isso se fez seguir pela estagnação do crescimento e inflação galopante, na denominada década perdida (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002). Já os anos 90 foram marcados pelo neoliberalismo e pela democratização, porém sob a égide da globalização, passando por uma época de intensificação da pobreza, crise da ética e expansão da violência sob diversas modalidades e em diferentes lugares, especificamente naqueles municípios de acentuado tamanho populacional e maior crescimento demográfico (BEATO FILHO, 2001).

De modo geral, a economia mineira assenta-se sobre o eixo das infra-estruturas, das riquezas naturais e da indústria, traduzidas pelos setores primários, secundários e terciários, com um acentuado fluxo de expansão desses setores, o que permite a circulação de produtos e dividendos a custos mais baixos, tanto em nível interestadual quanto regional. Soma-se a isso o desenvolvimento demográfico e a explosão urbana, constituindo outros dois eixos importantes do desenvolvimento estadual. Entretanto, observou-se nos anos 90, uma perda de dinamismo econômico e o declínio da importância do Estado no cenário nacional, perdendo o lugar de pólo dinâmico devido à sua baixa polarização, tanto no nível intra-

estadual quanto no regional. O Estado apresenta hoje uma economia considerada periférica ao pólo dinâmico de São Paulo (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002), clamando por planejamento e ações efetivas de revitalização de sua economia.

Para os demais aspectos da situação estadual, busca-se construir, a seguir, uma visão mais abrangente em relação à temática deste trabalho, incluindo-se aí desde os aspectos da urbanização e infra-estruturas até os fatores demográficos e socioeconômicos. Essa descrição agrega um conjunto de conteúdos apoiados em indicadores socioeconômicos, sociais e demográficos, que permitem obter um painel mais amplo da situação estadual, na qual emergem a violência e o homicídio. Pode-se, dessa forma, obter uma maior expressão dos dados trabalhados pela compreensão da conjuntura em que se referenciam, de modo a se poderem estabelecer relações espaciais e temporais, conforme os objetivos aqui perseguidos.

2.3.1 Urbanização do Estado de Minas Gerais

Preliminarmente, faz-se necessária uma breve digressão sobre o conceito de urbano, destacando a trajetória de domínio social pelo qual passa tal conceito, principalmente a partir dos trabalhos de Manuel Castells (*apud* SOMARRIBA, 1984), entre outros, quando este, então, ultrapassa as fronteiras de um conceito estritamente geográfico-espacial, para um “[...] local por excelência de acumulação capitalista, com ênfase na reprodução ampliada da força de trabalho” (SOMARRIBA et al., 1984, p. 16). Nessa visão,

[...] o crescimento urbano é encarado como condição e decorrência da própria expansão capitalista, que se traduz na concentração dos meios de produção, das

unidades de gestão e dos trabalhadores em cidades e áreas metropolitanas cada vez maiores (SOMARRIBA et al., 1984, p. 16).

Esse fenômeno pressupõe a concentração da expansão da estrutura urbana, tanto no que se refere aos bens e serviços de consumo individual, quanto aos bens e serviços coletivos de consumo, educação, moradia, transporte, saúde, lazer, etc (SOMARRIBA et al., 1984).

O Brasil, pela característica de desenvolvimento industrial tardio, apresenta uma disjunção entre o processo de urbanização e o processo de industrialização. Assim, a implantação do desenvolvimento industrial do País seria o resultado, no que se refere à urbanização,

[...] de três fatores básicos nem sempre coexistentes no tempo: o papel fundamental desempenhado pela cidade como 'locus' da intermediação comercial e financeira da organização econômica agro-exportadora, que prevaleceu no Brasil até as primeiras décadas deste século; o fluxo crescente das migrações internas, devidas às sucessivas crises e à parcial modernização da economia agrária; e as taxas progressivas de crescimento vegetativo apresentadas pela população brasileira até recentemente (SOMARRIBA et al., 1984, p. 25).

Já a industrialização é apontada, desde os primórdios, pela baixa capacidade de absorção de mão-de-obra, importando tecnologia de países mais avançados e com sua produção destinando-se a um mercado interno restrito. Isso resulta inicialmente na concentração de renda alicerçada pelo atraso agrário da época, responsável pela exclusão da maioria da população dos mercados de bens industrializados (SOMARRIBA et al., 1984). Em contrapartida, surge a grande expansão do setor terciário, destacando-se no cenário urbano o crescente número de desempregados e subempregados, afetando, ao longo do tempo, a vigência de baixos salários também no setor industrial (SOMARRIBA et al., 1984). Sem dúvida, essas questões que se arrastam desde o início do século XX, são os desafios deste novo século, e, como seqüela, apresentam-se atreladas às questões sociais, em cujo bojo emerge a violência como o grande mal-estar da sociedade, apresentando-se nos diversos níveis, nacional, estadual e metropolitano.

Na concepção da vertente geográfico-espacial, a “[...] urbanização e o sistema urbano sintetizam os processos de mudança ocorridos no território [...] focadas na definição da hierarquia e da conformação da rede urbana” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 189) fio este condutor da presente exposição.

Nessa perspectiva, observa-se o crescente avanço do Estado na configuração urbana, a partir da obrigatoriedade, advinda da Constituição de 1988, de planos diretores globais para as cidades acima de 20.000 habitantes, de modo a se poder ter maior ingerência sobre o uso e a ocupação do solo urbano, como também no processo de crescimento das cidades. Dessa forma, o uso e a ocupação do solo urbano sintetizariam todas as funções básicas da metrópole, “[...] refletindo sua dinâmica interfuncional, as conexões e fluxos operados entre os diversos mercados assentados no espaço urbano” (MATOS, 1988, p. 1).

Vale destacar o papel do Estado, nos estudos sobre as configurações estruturais das cidades e, sobretudo na atualidade, quando as intervenções dos agentes públicos ganham maior complexidade, concentrando-se principalmente nos chamados meios de consumo coletivo (transporte, telecomunicações, saneamento, energia), através de um planejamento urbanístico em que a dimensão ideológica enseja “[...] uma espécie de resposta bem elaborada do capitalismo contemporâneo às necessidades inerentes de socialização das forças produtivas da sociedade” (MATOS, 1988, p. 2).

Nessa composição, surge tanto o aglomerado metropolitano quanto o aglomerado urbano, apresentando uma estrutura urbana que pode ser entendida

[...] como uma coleção de grandes corpos físicos dentro do tecido urbano, tais como bairros, as áreas verdes ou os grandes equipamentos coletivos, integralizando o conjunto das inúmeras implantações realizadas sobre o espaço urbano (MATOS, 1988, p. 5).

No caso de Belo Horizonte, por exemplo, o processo de expansão urbana traduz a evidência de uma trajetória de crescimento industrial ao longo do século XX, denunciando

um agravamento da condição de habitação principalmente na periferia urbana, com acentuado crescimento populacional face ao “[...] incremento de migração campo-cidade, atuação erosiva da especulação imobiliária, e ausência de tradição de controle e planejamento urbano eficaz e criterioso” (MATOS, 1988, p. 11).

Na esfera dos fenômenos comuns às cidades contemporâneas, a degradação urbana e a difusão espacial vêm ganhando a atenção dos estudiosos (MATOS, 1988). “A degradação urbana estaria avançando mais rapidamente que os esforços para eliminá-la” (THOMPSON, 1971 *apud* MATOS, 1988, p. 2); as áreas deterioradas, comumente de alta densidade, estariam entre as que produzem mais renda, o que equivaleria a medidas antieconômicas em ações de remodelação e saneamento. Em contrapartida, a dispersão espacial tem ameaçado os objetivos dos administradores e planejadores públicos, pelos efeitos e pelas conseqüências da ociosidade das redes de infra-estrutura, transporte e comunicação, “[...] provocando ineficácia funcional e deseconomias externa e de escala” (THOMPSON, 1971 *apud* MATOS, 1988, p. 2).

A legislação urbana

[...] não desconhece os graves problemas geradores de deseconomias que vêm a elevar o custo das localizações vis a vis o incremento da demanda destes espaços (incidindo no custo dos serviços urbanos, beneficiando poucos e penalizando muitos) provocando com isto a deterioração e degradação ambiental (MATOS, 1988, p. 80).

A legislação urbana leva em conta que a cidade é, sobretudo, “[...] a projeção da sociedade sobre o espaço de modo dinâmico e multiforme” (MATOS, 1988, p. 80).

No caso de Minas Gerais, a urbanização e o sistema urbano constituem não apenas o “[...] processo síntese de sua diversidade física e socioeconômica, mas também refletem dinâmicas diferenciadas na configuração do espaço e na forma como o sistema urbano

integraliza as transformações espaciais da economia” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 189).

Tomando-se como referência as sedes dos municípios, e adotando-se a classificação segundo o tamanho da população, nota-se inicialmente que 645 delas, correspondendo a 76 %, apresentam uma população inferior a 10.000 habitantes, e que apenas 15 cidades apresentam uma população superior a 100.000 habitantes, correspondendo a 18 %. Tal fato “[...] não representaria em si um problema caso houvessem indicadores mais adequados de condições urbanas e de bem-estar social, o que não ocorre neste caso” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 208). Ainda assim, o tamanho da população constitui

[...] um parâmetro importante porque define, em princípio, o mercado para a emergência de funções com diferentes graus de complexidade, mas insuficiente para definir uma hierarquia funcional e a qualidade de vida nelas existentes (ARRUDA, AMORIM FILHO, 2002, p. 208).

Apesar do destaque de alguns centros urbanos melhor posicionados nesse *ranking*, afirma-se que,

[...] a rede urbana do Estado de Minas Gerais resulta de um processo histórico de ocupação e integração a centros urbanos externos ao seu território e, hoje, têm baixo significado na rede do Sudeste do país: baixo nível de condições urbanas em quase todas as microrregiões geográficas (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 240).

Isso porque esse sistema apresenta lacunas, em face à extensão e às indefinições das relações de toda ordem para um grande número de subsistemas, que não se inter-relacionam entre si diretamente, quebrando dessa forma o dinamismo, despolarizando e enfraquecendo

as articulações em cadeia, ou com baixo grau de integração³², (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002). Ou seja, o “[...] caráter insipiente da organização e de modernização das atividades produtivas e de infra-estrutura explica a extensão da área de influência e o caráter pouco formalizado e difuso dos fluxos de qualquer natureza” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 221), como é, por exemplo, o sistema metropolitano de Belo Horizonte.

Por isso, destacam-se no Estado, quatro áreas de influência por vizinhança e uma central:

[...] a localização geográfica relativamente próxima às metrópoles mundiais de São Paulo e Rio de Janeiro e à aglomeração metropolitana de Brasília define áreas de influência desses centros no Estado, com uma conformação [...] e com limites relativamente estáveis a partir da década de 80.³³. [...] O da aglomeração metropolitana de Vitória (ES) – integrada ao sistema do Rio de Janeiro – mesmo reconhecendo ser sua influência mais visível nos municípios próximos à fronteira estadual. Para o restante do território constata-se a influência do sistema de Belo Horizonte (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 218).

2.3.1.1 O panorama mineiro nas quatro últimas décadas

Uma melhor compreensão dessa situação pode ser obtida através de um rápido apanhado histórico das quatro últimas décadas. A criação de Brasília, na década de 60, evidentemente influenciou a ampliação e a modernização na rede rodoviária de Minas, apesar dos baixos níveis de conexão dos sistemas mineiros. Como nos coloca Abreu, et al.

³² Na década de 60 a polarização tradicional do Rio de Janeiro com ampliação pelo Leste e Nordeste de Minas, deu-se em virtude ao asfaltamento da rodovia Rio-Bahia. Já a do Sul de Minas e do Triângulo Mineiro, considerados preponderantes nesta polarização, “[...] deveu-se aos eixos rodoviários importantes da rodovia São Paulo-Belo Horizonte e a de São Paulo-Brasília” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 193). Já a influência de Belo Horizonte é tanto mais difusa e disseminada, quanto mais nos afastamos para o Norte, abrangendo a área do Jequitinhonha/Mucuri.

³³ Brasília, com influência de caráter Regional.

(2002a, p. 31), “[...] os níveis de interação e de conexão dos subsistemas urbanos mineiros permanecem ainda relativamente baixos, tanto na estrutura quanto na organicidade”, e, ao que tudo indica, tais problemas já persistiam desde os anos de 60.

A década de 70, marcada pelo surgimento de áreas polarizadas e a emergência das cidades médias, a posição de Belo Horizonte se destaca e passa a “[...] ser categorizada como Metrópole Regional, com ligações diretas por ônibus com 147 cidades do Estado, todas menores que ela” (ARRUDA, AMORIM FILHO, 2002, p. 195), afetando inclusive as áreas polarizadas³⁴.

Na década de 80, o Centro de Estudos Regionais da FJP publicou um valioso estudo sobre a estrutura espacial de Minas Gerais, com base na organização de suas redes de cidades, através da identificação da hierarquia das cidades e dos sistemas e subsistemas de polarização urbana, fundamentada na Teoria das Localidades Centrais, de W. Christaller e pela utilização do *modelo potencial* já aplicado em 1971 por Ferreira (ARRUDA, AMORIM FILHO, 2002, p.199-200).

Destaca-se, neste estudo, a ampliação de influência exercida por Belo Horizonte, paralela à perda de espaço de polarização por parte do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo, em que alguns centros urbanos passaram a ter mais autonomia, desenvolvendo suas próprias zonas de influência, como o caso de Juiz de Fora em Minas, Campos e Volta Redonda no Estado do Rio, e o caso de Vitória no Estado do Espírito Santo. Esse trabalho ainda aponta que a influência de Brasília vai se consolidando e ampliando no Noroeste de Minas, bem como a de Goiânia, voltada tanto para o Noroeste, quanto para o Triângulo³⁵. A ampliação

³⁴ Cidades médias ou capitais regionais, “nível este em que as redes urbanas estão mais hierarquizadas e assim, são mais eficientes e equilibradas” (ARRUDA, AMORIM FILHO, 2002, p. 197).

³⁵ Neste ponto os autores (ARRUDA, AMORIM FILHO, 2002, p. 200), destacam que a relação entre Goiânia e a Capital Nacional deva ser tomada no sentido de complementaridade (desde os anos 80) e não de subordinação.

desta influência e a influência de São Paulo são desempenhadas pelos grandes centros regionais, como Ribeirão Preto, Uberlândia, São José do Rio Preto e Uberaba e pelas cidades intermediárias, como Poços de Caldas, Pouso Alegre, Passos, etc. Quanto a Belo Horizonte, ampliou as tendências já desenvolvidas nas duas últimas décadas, expandindo sua zona de polarização em direção ao Sudeste do Estado, incluindo cidades como Barbacena e São João Del Rei, entre outras, e ampliação de relações indiretas intermediadas por centros regionais ou por numerosas cidades médias (ARRUDA, AMORIM FILHO, 2002).

Já na década de 90, dois estudos recentes, produzidos no âmbito do programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, da PUC Minas, focam dois importantes níveis da hierarquia urbana de Minas Gerais:

- cidades médias e tecnópoles potenciais em Minas Gerais, ou seja, aquelas “[...] regiões de Minas com maior potencial para o desenvolvimento de parques tecnológicos e, finalmente, nessas áreas, quais as cidades médias e os centros urbanos emergentes com maior vocação para se tornar tecnólopes no futuro” (ARRUDA, AMORIM FILHO, 2002, p. 202);
- estudos realizados com 80 cidades mineiras (centros urbanos emergentes de Minas Gerais), cuja população variava de 5.000 à 50.000 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística – IBGE (1996), e com exclusão dos componentes da RMBH (SÁ, 2001 *apud* ARRUDA, AMORIM FILHO, 2002).

Outros estudos de semelhante importância contemplaram a presente década. Elege-se, entretanto, fazer uma breve digressão pela RMBH e Capital do Estado no sentido de uma maior apreensão de aspectos que possam ter alguma articulação com a distribuição, evolução e dinâmica do processo de urbanização e com a questão ora em estudo, a violência e suas possíveis causas.

2.3.1.2 *O sistema metropolitano (RMBH) e a Capital do Estado*

Neste ponto, vale ressaltar a influência da Capital e da RMBH no contexto estadual, caracterizando um sistema metropolitano vinculado a RMBH e incorporando as aglomerações urbanas da Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA) e de Itabira/João Monlevade, além de alguns “centros urbanos e de sub-regionais” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 221) sem maior expressão no contexto Regional. Entretanto esses centros e sub-regiões apresentam importância local como centros de comercialização e serviços, contando também com um certo índice de industrialização. O sistema metropolitano incorpora também o restante do Estado, muito embora essas relações sejam marcadas por indefinições e pelo caráter pouco formalizado em virtude da insipiência das articulações e integrações dos fluxos (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002).

Vale, entretanto, ressaltar a conexão de Belo Horizonte com vários subsistemas urbanos coordenados por grandes centros regionais, como Uberlândia e Juiz de Fora, ou por centros intermediários de nível superior, como Uberaba, Montes Claros, RMVA, Governador Valadares, Barbacena, Divinópolis, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Itajubá, Varginha, entre outros (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002).

A RMBH foi criada em 18/06/1973, pela Lei Federal nº. 14, envolvendo 14 municípios inicialmente, cuja meta era de revigorar e diversificar e as funções produtivas, tornando-se um pólo distinto de organização de rede urbana, paralelo ao de São Paulo e Rio (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002), ou seja, com a clara intenção “[...] de sediar a capital administrativa de um Estado” (MATOS, 1988, p. 7).

A RMBH hoje conta com a metrópole e mais 33 municípios, segundo dados do IBGE em 2000, que, somados ao “Colar Metropolitano” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p.

223), representam a maior área urbanizada contínua do Estado, destacando-se na mineração e na agropecuária, após inclusão de mais quatro municípios, reforçando ainda mais esse mercado. É importante ressaltar o processo de *periferização*, marcado pelo fato de que as populações das cidades vizinhas estão crescendo mais que a população da capital ano após ano. A RMBH atinge o ano 2000 com uma população de 4.357.942 habitantes, segundo dados do Censo 2000/IBGE, representando cerca de 24,28 % da população do Estado.

Entretanto a localização de BH e da RMBH,

[...] coincide, na maioria dos casos, com áreas fisicamente inadequadas para a ocupação humana e que acabaram por ser ocupados pelos segmentos mais pobres da população da Capital, em função do forte processo de favelização que aí se verifica desde os primórdios da cidade (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 232).

Também o Estado lida com “[...] uma topografia acidentada e diferenciada, associada ao traçado da rede hidrográfica, aos tipos de substratos geológicos, às condições climáticas e, de maneira considerável, à ação antrópica” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 231). Estas características explicam, em grande parte, os problemas ambientais da metrópole de Belo Horizonte. Ao que tudo indica, há uma crise e crescente perda de dinamismo de seu hipercentro, com agravantes conseqüências para a arrecadação pública, com queda desde 1997, possivelmente acentuada pela crescente onda de violência, cujo desfecho tem privilegiado o crime contra o patrimônio, o que gera insegurança na população consumidora e desestímulo nos comerciantes e prestadores de serviços locais (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002). Como efeito cascata, tem-se asseverado a concorrência entre o trabalho formal e informal, cuja base de sustentação está nas altas taxas de desemprego e despreparo da mão-de-obra. Faz-se marcar que o apontado tem conseqüências muito mais amplas e já denunciadas em outras partes deste texto.

Por outro lado, é bastante nítida a relação entre a urbanização acelerada experimentada nas últimas décadas e o desenvolvimento industrial da RMBH, coroando de certa forma os anseios desenvolvimentistas dos fundadores de Belo Horizonte (MATOS, 1988). Entretanto, a RMBH tem enfrentado o problema de favelização galopante: em 1996, segundo dados do Censo/IBGE, Belo Horizonte possuía 145 favelas, para em 2000, segundo Kowarick (2002), 185 favelas. Tais dados denunciam os bolsões de pobres em áreas de risco, a má distribuição de renda e o despreparo de mão de obra, que gera o trabalho informal, em meio ao aumento e à intensidade com que a violência vai se espalhando, corroendo a seguridade, o equilíbrio e mesmo o futuro da metrópole (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002).

Os problemas apontados delineiam a complexidade do aumento desgovernado da população, e, contraditoriamente, ao lado de sinais seguros de seu dinamismo, o acirramento das questões sociais, em face do desemprego, da má distribuição de renda, da ocupação desordenada do espaço, do assoreamento dos mananciais de água, “[...] e como exemplo, na própria Capital, temos o assoreamento da Pampulha, ponto turístico da cidade e da descaracterização gradativa da Serra do Curral” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 233).

Conclui-se, portanto, que as aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas revelam não produzirem influências significativas no contexto da Região Sudeste, com exceção da RMBH, não se podendo falar de uma rede urbana de Minas Gerais no sentido estrito, no dizer de Arruda; Amorim Filho (2002), já anteriormente comentado. Cabe destacar o papel de ligação desempenhado pelas cidades médias, ou municípios mineiros, cuja ordem de importância está sujeita às posições geográficas. É relevante ainda “[...] o combate aos desequilíbrios regionais, com a identificação do potencial de

desenvolvimento dos inúmeros pequenos municípios, gerando-se renda regional e circulação de riqueza” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 236).

Dados do Centro Estatístico da FJP e do Centro de Estatística da Informação (CEI), num estudo abrangendo as décadas de 70, 80, 90 e ano 2000, apontam para um crescimento significativo do grau de urbanização do Estado que alcançou 74,9 % em 1991, e, os 82,0 % em 2000, o que colocou Minas no grupo de Estados brasileiros com maior grau de urbanização, ou seja, 14,7 milhões de mineiros ocupando a área urbana (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002).

Nesse sentido, presencia-se a explosão dos grandes centros urbanos e o conseqüente agravamento das questões sociais, cuja decorrência redundava no agravamento da violência social, principalmente nos centros com maior volume populacional. A década de 90 apresenta um crescimento relativamente estável da população do Estado, a uma média de 1,4 % entre 1991 a 2000, superior ao crescimento médio do Brasil. Minas Gerais é o segundo Estado, após São Paulo, que mais aumenta a população (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002).

Nos últimos 15 anos, tem ocorrido ainda uma mudança nas tendências dos fluxos migratórios, ocorrendo “[...] maior migração intra-regional e de curta distância; redução dos deslocamentos em direção às fronteiras agrícolas e às áreas metropolitanas e maior seletividade de migrantes”. (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 189). Entretanto, no que se refere à integração social, “[...] os mercados urbanos vêm apresentando baixo dinamismo, com surgimento de novas formas de marginalidade” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 189).

Segundo Singer, a migração é vista como fenômeno social. Singer entende a migração como parte de um processo de urbanização globalizador, pois,

[...] a problemática urbana só pode ser suavizada como parte de um processo mais amplo de mudança estrutural, que afeta tanto a cidade como o campo, e não se esgota em seus aspectos ecológicos e demográficos (SINGER, 1978, p. 28).

Para ele, está claro que “[...] o migrante nem sempre se insere na economia urbana. Por isso muitas vezes a migração é vista como uma das maiores responsáveis pela marginalidade presente nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos [...]” (SINGER, 1978, p. 49).

Nesse sentido, Rigotti enfatiza que nada impede que o “[...] o enfoque histórico-estrutural seja adotado para compreender as migrações num processo global de mudanças” (RIGOTTI, 1994, p. 16). Cita, como exemplo, a situação da RMBH, onde as cidades menores alimentam o crescimento dos grandes centros urbanos. Ressalta, ainda, a necessidade de se desmistificar a visão ideológica de eleger o migrante como culpado “[...] pelos distúrbios sociais dos grandes centros urbanos [...] causadores de uma crescente marginalidade urbana” (RIGOTTI, 1994, p. 17). Ao contrário, defende o ponto de vista de “[...] como as desigualdades estruturais funcionam como motor que gera os fluxos populacionais, tomando como referência a experiência metropolitana belo-horizontina” (RIGOTTI, 1994, p. 17), tema desenvolvido e defendido em sua dissertação.

Em razão da concentração de atividades econômicas que têm impulsionado os movimentos migratórios, vale mencionar, como exemplo, a consolidação de uma área conurbada, abrangendo os municípios de Timóteo, Coronel Fabriciano, Ipatinga e Santana do Paraíso, da RMVA, que hoje abrange cerca de 400.000 pessoas, conforme dados do último Censo/2.000 (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 234).

2.3.1.3 Problemas da RMBH

A RMBH e principalmente a cidade-sede, Belo Horizonte, têm convivido com um acentuado número de problemas nos últimos dez anos. Entre eles, destacam-se o sítio e o ambiente natural, os bolsões de pobreza e o aumento da favelização, a segurança pública, a área central da aglomeração, a economia municipal e a saúde pública.

A acidentada topografia agregada ao traçado da rede hidráulica, “[...] aos tipos de substrato geológico, às condições climáticas e, de maneira considerável, à ação antrópica” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 231) explicam grande parte dos problemas que a cidade enfrenta.

Constata-se “[...] o quanto é complexa e contraditória a situação das maiores aglomerações de Minas Gerais ao lado de sinais seguros de dinamismos” (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 233), sinalizados pelo desenvolvimento dos serviços de educação, saúde, lazer e turismo, crescimento das indústrias de porte e de alta tecnologia. Percebe-se, ainda, um considerável aumento, nos últimos dez anos, das relações externas, em escalas regionais, nacionais e internacionais, colocando o desafio de rever em bases sólidas uma escala de planejamento e desenvolvimento, visando, entre outras coisas, dar coberturas diferenciadas às necessidades que se avolumaram ao longo do tempo.

Retomando as questões de ordem estruturais, Arruda e Amorim Filho (2002) acrescentam que:

[...] dado o quadro de baixas condições urbanas, de organização produtiva, de competitividade e de infra-estrutura tornam-se prementes, mudanças e padrões tecnológicos e de gestão envolvendo todos os setores econômicos e sociais num esforço planejado e coordenado visando aproveitamento mais racional dos recursos (técnicos, financeiros, organizacionais) disponíveis, com uma visão de

médio e longo prazo que garanta resultados e benefícios mais bem distribuídos (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 241).

2.3.1.4 Bases da economia mineira

A RMBH é a área de maior concentração econômica e de grande diversificação do Estado de Minas Gerais, embora possua um espaço geográfico de pequena dimensão, quando comparado aos amplos espaços do restante do Estado (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002).

Em uma panorâmica da diversidade espacial da economia da RMBH (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002), faz-se um rápido exame do Produto Interno Bruto – PIB, gerado em seus municípios. Em 1999, o Centro de Estatística e Informação (CEI) da FJP relata que a RMBH gerou 35,21 % do PIB estadual, concentrando-se apenas em três municípios, Belo Horizonte, Betim e Contagem (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002), que, em conjunto, respondem por cerca de 86,43 % da produção da RMBH. Os autores sugerem que a concentração de recursos e desenvolvimento dessa tríade seja também examinada por outro ângulo, deve-se

[...] a grande desigualdade entre os municípios da RMBH vem criando problemas nas cidades vizinhas. Estas passam a funcionar como cidades-dormitório, caso particularmente grave de Ribeirão das Neves (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 226).³⁶

Vale estabelecer um paralelo do PIB mineiro com o nacional, nos anos da década de 1990. Percebe-se que, nessa, a evolução desse PIB seguiu a trajetória do PIB nacional,

³⁶ Ver classificação PLAMBEL, em Arruda; Amorim Filho (2002, p. 228).

apresentando taxas de crescimento mais baixas na primeira metade da década e mais elevadas no período de 1995 a 1999. Com uma população de aproximadamente 18 milhões de habitantes, estudos e levantamentos estatísticos apontam que a geração de riquezas em Minas Gerais ainda insatisfatória para atender a população aqui residente, mesmo que a referência seja o Brasil, pois Minas Gerais ocupa tão somente a 10ª posição em termos da média do PIB nacional (ARRUDA, AMORIM FILHO, 2002).

Desta forma,

[...] trata-se na verdade de uma economia periférica ao centro dinâmico sediado em São Paulo e cujo desempenho, nos últimos anos têm-lhe retirado a condição de competitividade frente aos demais estados da porção centro-sul do país (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 231).

Minas Gerais expressa grandes disparidades regionais traduzidas na desigual distribuição da riqueza gerada. Enquanto “[...] a Região Central segue consolidando sua hegemonia ao concentrar 50 % do PIB, regiões como Noroeste ou Jequitinhonha/Mucuri têm participação inexpressivas no PIB estadual, restringindo-se a 2,0 % individualmente” (BDMG, 2002, p. 9).

No comércio atacadista, destacam-se os municípios mineiros de Uberlândia, Juiz de Fora e Montes Claros, cabendo, especialmente a Belo Horizonte e aos municípios próximos da Capital, a primazia do comércio varejista, principalmente nos últimos 30 anos, com o aparecimento de vários subcentros metropolitanos, com a implantação de cinco grandes *shoppings centers*, e outros estabelecimentos menores, de um bom número de hipermercados, seguidos pela indústria de base, de equipamento de bens e consumo e de alta tecnologia, mineração, dentre outras, especialmente em Belo Horizonte e nos municípios próximos da Capital (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002).

Minas Gerais precisa lograr um planejamento envolvendo todos os setores econômicos e sociais para se que viabilizem a racionalização dos recursos técnicos, financeiros e organizacionais, a renovação e a exploração dos recursos hídricos, de riquezas minerais, tecnológicas, e, prioritariamente, precisa canalizar os investimentos nos recursos humanos, seu maior construtor e igualmente dilapidador das suas riquezas. Logo, investir no humano é investir no seu grande patrimônio. A miséria humana é voraz, pois mata e destrói mais que guerras ou epidemias, pois sacrifica populações inteiras pela negligência, espalhando doenças e violência.

2.3.2 Infraestrutura urbana

Sob a ótica espacial, Abreu et al.(2002a) constata e denuncia as grandes disparidades regionais relacionadas à infra-estrutura das categorias econômicas tradicionais, como saneamento básico, transportes, telecomunicações e energia.

Com relação ao saneamento, compreendendo, neste caso, o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e coleta de lixo, observa-se que sua distribuição encerra grandes desigualdades, com os menores índices de cobertura correspondendo às áreas mais pobres, normalmente em periferias urbanas e áreas rurais, ou mesmo em centros de economia de pequeno porte, com impactos diretos sobre o meio ambiente e a saúde. Em contrapartida, os menores níveis de carência estão nas áreas mais dinâmicas (ABREU et al., 2002a), quase todas situadas na parte sul do Estado.

Percebe-se que esta é uma área amplamente dependente de políticas e de investimentos governamentais, cujos efeitos negativos sobrecarregam diretamente a área da

saúde e do meio ambiente, ocasionando a degradação principalmente dos recursos hídricos, pela utilização e ocupação indevidas das margens dos rios ou das nascentes. Além do mais, essas áreas servem, na maioria das vezes, para a evacuação de resíduos de diversas naturezas, que contribuem ainda mais para a degradação dos cursos d'água e de seu entorno, além de queimadas para consumo domiciliar ou para plantios domésticos, sem nenhum domínio de orientação ou prescrição adequadas para proteção desses recursos. Agrega-se a isso a atividade mineradora, causadora da poluição das águas e destruidora da fauna e da flora desse meio.

Apesar dos avanços verificados na década de 90, a cobertura ainda se faz insuficiente, sendo que em 2000, tais déficits correspondiam a 17 % (811.662) para abastecimento de água, 31,8 % (1.515.945) para esgotamento sanitário e 21,6 % (1.031.593) para coleta de lixo, acrescido de acentuada carência com relação à drenagem urbana. Conclui-se que essa pontuação reflete a falta de articulação e de integração do setor (HELLER; NASCIMENTO; PAIVA; 2002).

Já nas categorias da economia tradicional na área de transporte, dados confirmam que persistem graves limitações à eficiência logística, devido ao déficit de uma visão integrada e multimodal, com sérios reflexos na conexão interna e externa, privilegiando as áreas de maior dinamismo econômico e desigual distribuição na produção de riquezas geradas (ABREU et al., 2002a).

Segundo a Confederação Nacional dos Transportes, aproximadamente 76 % das rodovias estaduais e federais do território mineiro estão deficientes. A precariedade de nossas rodovias impõe custos a um setor produtivo dela muito dependente e em consequência afasta novos investimentos do Estado (CÉSAR et al., 2002).

Já o setor das telecomunicações também é marcado por fortes desequilíbrios regionais, destacando-se a Região Central e, especificamente, a Região Metropolitana de

Belo Horizonte (RMBH) apresentando também, nas áreas rurais, sérias dificuldades de acesso, principalmente no eixo noroeste, norte e nordeste (ABREU et al., 2002a). Atualmente, à exceção da área rural, é possível obter acesso aos serviços de telefonia em praticamente todo o Estado, tendo alcançado 41 % dos domicílios mineiros em 2001 (ABREU et al., 2002a). Faz-se necessária, entretanto, a atuação do governo estadual no sentido de viabilizar a inclusão digital, universalizando os serviços essenciais de telecomunicações, principalmente nas áreas carentes. Viabilizar programas e fomento é investir na redução da exclusão e desigualdade que comprometem o desenvolvimento do Estado e de seu capital social.

No setor energético, se por um lado Minas possui a maior capacitação no setor dos mananciais de água, tem como desafio primordial a busca e a implementação de um novo modelo setorial, pela imposição de um perfil mais concorrencial (ABREU et al., 2002a).

Nota-se, no conjunto, que “[...] as grandes disparidades regionais [...] têm sido historicamente mantidas e intensificadas na última década” (ABREU et al., 2002a, p. 50), sendo preciso integralizar ações que privilegiem a qualidade de vida em geral, o meio ambiente e o próprio desenvolvimento das regiões mais carentes do Estado. As grandes disparidades regionais correspondem a “[...] uma estrutura caracterizada pelo ‘eixo de clivagem noroeste-sudeste’, dividindo o Estado em duas porções distintas, uma a sudoeste, com coberturas mais amplas, e outra a nordeste, com menores coberturas” (ABREU et al., 2002a, p. 50). Tais desigualdades clamam por uma via política mais “[...] consistente e integrada para a solução dos graves problemas logísticos que afetam o Estado” (ABREU et al., 2002a, p. 37).

As políticas urbanas, ao direcionar recursos públicos para programas de habitação, transporte, saneamento e renovação urbana possibilitam a função e a circulação dos bens

materiais, abrindo oportunidades para novos investimentos, beneficiando direta ou indiretamente diversos segmentos produtivos.

Vale refletir sobre o modelo econômico adotado gerando sérios efeitos negativos em virtude da concentração de renda e riqueza, culminando na marginalização dos setores de baixa renda com conseqüente exclusão do consumo de bens e serviços produzidos na área urbana.

Se, por um lado, Minas Gerais expressa diversidade na estrutura física, na economia, entre outras, por outro lado estas se fazem acompanhar de outras diversidades expressas na rede circular de demandas, estratégias e soluções, penalizadas, na década em estudo, pelo gargalo de sua economia e de rotinas viciadas de ações. Minas Gerais clama por novas sensibilidades, novas roupagens para desvelar recursos e sutilezas nos aplicativos, além de gestões participativas mais integradas às demandas locais.

2.3.3 Aspectos demográficos do espaço mineiro, Estado de grandes dimensões

Minas Gerais chega ao século XXI com uma população de aproximadamente 18 milhões de habitantes, tendo um crescimento populacional, em média, na década de 90, de 1,4 % ao ano, abaixo das taxas registradas pela Região Sudeste de 1,62 % ao ano, e pelo Brasil, de 1,64 % ao ano³⁷. Numa análise desagregada do crescimento urbano e rural da população, constata-se uma situação semelhante à que acontece com o Brasil e o mundo, ou

³⁷ O Estado apresentou segundo dados do Censo/2000, 645 centros urbanos, ou 75,62 % de municípios com menos de 10 mil habitantes, acima de 10 mil e menor que 100 mil, 193 municípios ou 22,6 %; acima de 100 mil temos 15 centros urbanos, ou seja, 1,76 % acima de 100 mil habitantes (ARRUDA; AMORIM FILHO, 2002, p. 208); IBGE (2000).

seja, há duas tendências em sentido oposto. Enquanto a população urbana alcançou um crescimento de 2,5 % ao ano, nos dois últimos decênios a população rural teve uma diminuição que oscilou de (- 1,0 %) ao ano de 1980 e 1991, voltando a aprofundar-se com os (- 2,3 %) anuais na última década do século XX (PRATES et al., 2002). Sintetizando, em 2000, tem-se uma população urbana de 14.671.828 e uma rural de 3.219.666.

Os dados a seguir contribuem para uma melhor compreensão. Segundo Prates (2002), o ritmo de crescimento da população é resultado do comportamento dos três componentes de dinâmica demográfica: a fecundidade, a mortalidade e a migração.

Percebe-se que, em 1970, “[...] a evolução da *taxa de fecundidade* se encontrava na média alta de 6,3 filhos por mulher durante seu período fecundo” (RIGOTTI; AMORIM FILHO, 2002, p. 96), aproximando Minas Gerais dos Estados brasileiros com maior taxa de fecundidade. Esta veio decrescendo entre 1991 e 2000, quando então atinge “[...] os índices de 2,5 e 2,2 respectivamente, colocando a fecundidade atual bastante próxima do índice de reposição” (RIGOTTI; AMORIM FILHO, 2002, p. 96), localizando Minas na categoria dos Estados brasileiros com baixas taxas de fecundidade, tendência esta generalizada no mundo contemporâneo.

Quanto aos indicadores de mortalidade, o Brasil já apresentava, a partir da década de 70, queda gradual das taxas de mortalidade e elevação da esperança de vida ao nascer, a exemplo do que ocorre também nas outras unidades da Federação. Isso é marcado pela queda da taxa de mortalidade infantil nos anos 70 e 80, e pela estabilidade na queda nos anos 90, “[...] apresentando, em 1999, 26,3 mortes por 1.000 crianças nascidas vivas, e inferior aos maiores índices apresentados no País, que atingiram a 29,6 em 2000” (PRATES, 2002, p. 142). Entretanto, Minas Gerais apresenta ainda as mais altas taxas de mortalidade infantil entre os Estados da região Sudeste e Sul do País.

Resultados do último Censo Demográfico, em 2000, ao gerar um levantamento por microrregião em Minas Gerais (SIMÕES, 1999, *apud* RIGOTTI, AMORIM FILHO, 2002), constata-se que houve queda de 35 mortes para cada mil crianças com menos de um ano de idade, em 1991, para 26,3 por mil em 2000. Por outro lado, as mesmas taxas apontam para as marcantes e persistentes desigualdades regionais, apresentando cidades com perfis próximos às cidades bem sucedidas do sul, enquanto outras, reproduzindo o eixo noroeste-sudeste, apontam para grandes carências. Se, no geral, houve uma queda no índice de mortalidade em 1991, este se sustenta em 2000, sob o cenário das desigualdades regionais, praticamente similar ao de 1991 (RIGOTTI; AMORIM FILHO, 2002).

Assistimos à presença das desigualdades intra-estaduais, o que reflete, em parte, as diferenças de nível de desenvolvimento observadas no interior do Estado, e, em parte, desigualdades no acesso aos serviços de saúde. Algumas regiões, como o Norte do Estado, apresentam taxas de mortalidade de 50 mortes para cada 1.000 nascidos vivos próximos aos indicadores dos piores Estados brasileiros, enquanto regiões, como as de Divinópolis, São Lourenço, Pará de Minas possuem indicadores próximos dos observados na região Sul do Brasil (RIGOTTI, 1994).

Em decorrência “[...] a esperança de vida ao nascer experimentou processo contínuo de elevação ao longo das últimas décadas [...] sendo os indicadores mineiros melhores que os brasileiros” (PRATES, 2002, p. 143) e, segundo o IBGE, superando inclusive o Estado de São Paulo, durante a última década.

Tudo indica que as oscilações dos fluxos populacionais do Estado de Minas Gerais nos anos 80 sugerem que o fenômeno migratório está relacionado à conjuntura econômica, pois “[...] parte da emigração rural se dirige, pelo menos numa primeira etapa migratória, para a área urbana do próprio município [...], ocasionando as perdas rurais, a partir de 1980” (RIGOTTI; AMORIM FILHO, 2002, p. 93). Constata-se, ainda, que o fluxo migratório afeta

diretamente o processo de urbanização e, preferencialmente, a RMBH, por exercer seu papel como pólo atrativo de emigrantes.

Após essa rápida exposição, percebe-se que “[...] a conjugação dos componentes demográficos, como conseqüência, ditam o ritmo de crescimento e moldam o perfil e a evolução de estrutura etária da população” (PRATES, 2002, p. 140).

Se nos anos de 70 o Brasil tinha por perfil uma população jovem, com grande parcela na faixa de 0 a 15 anos, em função das elevadas taxas de mortalidade e fecundidade, houve certamente, nas últimas décadas, “[...] um rápido declínio desses indicadores, principalmente pela queda da fecundidade” (PRATES, 2002, p. 143), passando o país a experimentar, a modelo do que vem ocorrendo nos países mais desenvolvidos, um processo de envelhecimento em um ritmo acelerado e num tempo menor (PRATES, 2002).

Observa-se assim uma diminuição substancial da população em idades mais jovens e do crescimento da população nas faixas acima dos 20 anos de idade, principalmente na faixa acima dos 70 anos. Ou seja, enquanto a população jovem com menos de 30 anos foi acrescida apenas de 112 mil pessoas, atingindo um montante de 5.075.513 pessoas com idade inferior a 15 anos em 2000, a população de mais de 60 anos passa de 549.418 em 1970, para 1.624.481 em 2000, significando um acréscimo de mais de um milhão de pessoas, enquanto a população na faixa produtiva compreende, em 2000, 11.191.000 pessoas, ou seja, 5,2 milhões a mais que em 1970. “A queda da fecundidade explica esse fenômeno, que vem acompanhado de profundas mudanças na estrutura etária, aferido pelo processo de envelhecimento populacional” (PRATES, 2002, p. 145). Isto gera sérias conseqüências para o setor previdenciário, a saúde e o despreparo do País e do Estado para absorver essa modalidade e garantir-lhe acesso aos bens de saúde, lazer, cultura e sobrevivência, entre outros, em um clima de maior equidade e bem-estar (BDMG, 2002).

Se na década de 90, ocorre uma melhoria geral dos indicadores sociais em continuidade ao avanço alcançado nas décadas anteriores, o acentuado aumento da violência, acompanhado de questões como, pobreza, analfabetismo funcional, desigualdades de renda *per capita*, acesso a condições adequadas de saneamento, déficit habitacional, são preocupantes e clamam pelo olhar de políticas públicas e acionamento de recursos para investimento em áreas de saneamento e de garantia de melhoria de qualidade da população. Minas Gerais ainda tem grandes desafios a vencer (PRATES, 2002).

Não se pretende, nesta rápida visão, esgotar todo o elenco de questões do Estado, mas sim filtrar aquelas pertinentes ao objeto desse trabalho. Nas três últimas décadas Minas Gerais passou por transformações significativas em seu crescimento populacional, atingindo um acentuado decréscimo nos anos 90, fruto da queda da fecundidade, indicativo de que está perdendo menos população que nos períodos anteriores, tendência esta que também deve prosseguir na atual década.

Minas Gerais possui, ainda, extensas áreas marcadas por sofrível desenvolvimento socioeconômico, outras em transição, e, fugindo a esse impasse, tem-se a RMBH. Entretanto a Capital vem, há algum tempo, tendo perda líquida de população, enquanto cidades do entorno, como Ribeirão das Neves e Esmeralda, têm tido suas taxas acrescidas.

As áreas mais dinâmicas do Estado têm coincidido com as de menores taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil. Entretanto, principalmente na última década, face à violência na RMBH, cada vez mais jovens e adultos, primordialmente do sexo masculino, estão expostos aos riscos de violência dos grandes centros urbanos (RIGOTTI; AMORIM FILHO, 2002).

Finalmente, o caminho para superar as questões que afetam os indicadores demográficos, é longo, exigindo grandes esforços das políticas públicas, de investimento e redirecionamento para ações eficazes de saneamento das desigualdades, distribuição de

renda, erradicação do analfabetismo, acesso aos meios legítimos de qualidade de vida, saneamento, educação e saúde, maior atenção às áreas estagnadas e rurais e redução das causas de fomento da violência junto ao jovem adolescente e adulto. Logo, necessárias se fazem a apropriação de recursos e de sua aplicação através de ações que possibilitem o preparo eficaz de mão de obra, o aumento de emprego, a distribuição das riquezas, a socialização dos bens sociais e das condições saudáveis de lazer, entre outras. Esses investimentos pressupõem ações globais, efetivas, essenciais e improrrogáveis.

Nesta breve exposição, pretendeu-se dar uma visão do cenário em que esta violência se realiza. Resta a necessidade de implementação de um maior número de pesquisas, bem como o entrelaçamento entre os diferentes campos de pesquisa na busca do desvelamento e do desmantelamento da situação da violência e do homicídio que, por ora, ainda se encontra fora de controle. Faz-se seguir o capítulo de metodologia.

3. METODOLOGIA

Para se trabalhar com a classe de *óbitos por homicídios* contamos em Minas Gerais com dois sistemas de classificação de crimes violentos utilizados pelas Polícias Militares Estaduais e pelas Polícias Cíveis.

A Polícia Civil tem como função, o exercício da decisão policial de processar a informação como instância de dolo cometido, fazendo o registro após várias horas ou dias da ocorrência do crime como resultado de um inquérito policial, não sendo, portanto, esses resultados o objeto do presente trabalho (BEATO FILHO, 1998).

O Centro de Operações da Polícia Militar de Minas Gerais (COPOM) utiliza em sua classificação de registro, crimes contra a pessoa e crimes contra o patrimônio, contando hoje com uma base de dados informatizada e estendida a todo o Estado, com melhoria da qualidade e com fidelidade dos registros criminais. Essa é uma fonte de dados rica para aprofundamentos para a própria polícia, para o Estado e para a sociedade científica.

Entretanto, por ser esse sistema construído numa escala orientada e restrita ao Estado de Minas Gerais, não permite uma análise comparativa com outros Estados, Regiões, ou País. Isto põe em resalto a importante questão, apontada por Paixão (1983) entre outros, sobre a gravidade dos conflitos políticos e ideológicos, que acabam por mascarar questões mais graves, como o desconhecimento sobre o comportamento histórico das taxas de criminalidade no Brasil.

Dessa forma, os dados disponibilizados sobre crimes e criminosos, dificilmente, permitem a construção de séries temporais e comparações inter e intra-regionais. Agrega-se a isso a inexistência de um sistema nacional único de estatísticas criminais afetando negativamente a pesquisa na área. Esse fato vem sonogando informações de que a sociedade

necessita para avaliar realisticamente os riscos de vitimização que enfrenta em seu cotidiano e os níveis de eficiência das organizações de combate ao crime (IBGE, 1985).

Outra dificuldade encontrada é que o sistema de classificação do COPOM para o Estado de Minas Gerais tem sua prevalência a partir de 1986 e dentro dos limites já pontuados, impossibilitando retroagir a pesquisa para períodos anteriores.

Tais considerações remetem à busca de uma terceira fonte de classificação, disponibilizada pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério de Saúde-SIM/MS (DATASUS). Essa fonte constitui-se de um sistema de base estatística universal, usada internacionalmente, conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID), 9ª revisão, e a partir de 1996, dos dados da 10ª revisão, criando então condições de comparabilidade (ZALUAR, 1996; SOUZA, 1996 *apud* BEATO FILHO, 2001). Além do mais, é uma base de dados sistematizados com a maior série histórica disponível para o Brasil, implantada em 1975, consolidando os dados das declarações de óbitos (DO) com preenchimento legal (SAPORI; BATITUCCI, 2000, p. 83). Esse sistema reúne todo o elenco de *causas mortis*, abrangendo desde as doenças geradas pelas epidemias, cardiopatias, neoplasias até às do grupo “causas externas” (que reúne dados de acidentes de trânsito, suicídios, homicídios, acidentes de trabalho e acidentes em geral), que constitui o núcleo de informações de interesse deste trabalho. Concluiu-se, portanto, pela utilização desta base de dados, face às características apresentadas.

A classe de homicídios é uma classe de eventos de reconhecimento imediato, por não envolver diferenças de ordem legal em sua classificação, o que torna sua definição mais acurada do que outros tipos de delitos. Vale, entretanto, ressaltar, que a forma usual para a contabilização dos homicídios no DATASUS é através das ocorrências registradas no atestado de óbito com os códigos E960.0 – E969.0 (homicídios e lesões provocadas intencionalmente por outras pessoas).

Uma vez definido o âmbito e a abrangência da presente pesquisa, passou-se à etapa de construção do Banco de Dados Georreferenciados para 1990, 1991, 1992 e 1997, 1998, 1999 oriundos do DATASUS, e aliados às variáveis suscitadas no decorrer das discussões e da revisão bibliográfica, extraídas dos Censos de 1991 e 2000/IBGE, segundo cotejo das variáveis destacadas.

3.1 Etapas do trabalho

O processo de construção dessa caracterização envolve a composição de um Banco de Dados das ocorrências de homicídios nos municípios mineiros referentes anos de 1991 e 1998, com informações oriundas do DATASUS; a decisão por este último ano deve-se ao fato de que os últimos dados disponibilizados pelo sistema cobrem até o ano de 1999, por ocasião do levantamento de dados. O Banco de Dados é então composto por um conjunto de variáveis relacionadas com a situação de óbitos por homicídios. Desta forma, a caracterização procurou traduzir o caráter próprio e original de operacionalização do dado conceitual (classificação em “Causas Externas”, do DATASUS, dados de “Homicídios”, 1990, 1991, 1992 e 1997, 1998, 1999; Censos de 1991 e 2000/IBGE), de modo a permitir sua conjugação com uma base informacional, na qual os municípios mineiros pudessem ser caracterizados, através de um volume maior de variáveis.

Assim, foram selecionadas as variáveis relativas aos homicídios, bem como um elenco de variáveis complementares relativas a diversos outros aspectos relacionados às ocorrências, conforme o marco teórico trabalhado e que servem como bases para as

correlações. A estas variáveis foram acrescentadas outras duas relativas à identificação (código e nome do município), sendo que o conjunto pode ser visto no QUADRO 01.

Com base na visão conceitual construída no marco teórico, partiu-se para a compilação, a ordenação e a classificação dos dados, bem como a aplicação de recursos estatísticos que permitem lidar com o leque das variáveis, sem diluir ou mascarar as realidades que circundam e caracterizam o dado em si, permitindo avançar nas análises e interpretações. Para tanto, elegeu-se a análise de correlação para tratamento dos dados e compreensão de como essas variáveis se comportam frente aos aspectos centrais deste trabalho, ou seja, a situação dos homicídios no Estado.

Os dados classificam-se, segundo sua natureza, em alfanuméricos, para as 35 variáveis selecionadas em formas de tabelas, e espaciais, referentes à base espacial adotada. As variáveis destacadas, por sua vez, encontram-se organizadas em onze classes, relativas a identificação, óbitos, educação, renda, saúde, IDH, idade, população, raça, densidade e área, sendo os dados provenientes de quatro fontes:

- Censos Demográficos do IBGE relativos a 1991 e 2000, tendo sido os dados obtidos junto à Coordenação da Pós-Graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial da PUC-Minas, relativos a código e nome do município; população total; população por faixa etária; população por faixa etária e sexo de 15-39 anos; população urbana e rural por município; total de homens e mulheres por município; população por raça; densidade populacional do município; densidade da população por cômodo e por dormitório; e área do município, totalizando 21 variáveis;

- DATASUS³⁸, obtidos junto à Coordenação da Pós-Graduação em Geografia/ Tratamento da Informação Espacial da PUC-Minas, relativos ao número de óbitos por homicídio, segundo o município;
- do CEI/FJP os dados relativos a renda *per capita* dos municípios; esperança de vida ao nascer; e o IDH- Índice de Desenvolvimento Humano;
- os demais dados foram obtidos através de cálculos e padronização direta, executadas no Laboratório de Tratamento da Informação Espacial, TIE/PUC-Minas, cuja descrição consta dos item 3.1.1 a 3.1.3.1;
- a base cartográfica adotada foi fornecida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial da PUC-Minas, com a área de estudo delimitada e correspondendo ao Estado de Minas Gerais com seu conjunto de municípios.

Os procedimentos incluem o tratamento dos dados obtidos, de modo a compatibilizá-los e georeferenciá-los, armazenando-os, em seguida, em planilhas eletrônicas Excel. Os dados relativos aos Censos/IBGE de 1991 e 2000 foram tratados através do programa SPSS, sendo, em seguida, convertidos para o Excel. Quanto aos dados de óbitos do DATASUS, esses foram selecionados, recuperados e salvos em tabelas no formato CSV, convertidos, em seguida, para o Excel e compatibilizados, com a inclusão dos municípios sem registro de ocorrências (classe O).

Nessa etapa, após a revisão teórica e com base nos dados dos Censos de 1991 e de 2000, agregou-se aos dados de identificação, aqueles correspondentes do DATASUS e as demais variáveis selecionadas, completando a constituição do Banco de Dados, para fins de se estabelecer tratamentos estatísticos e georeferenciados nos termos problematizados. Em

³⁸ <http://www.datasus.gov.br> Estatísticas Vitais-Mortalidade e Nascidos vivos/Mortalidade Geral/MG.

seguida, foram efetuados os cálculos das taxas média anual de crescimento (r), da razão de dependência (Rz-DEP), da taxa bruta de homicídios (TBH) e da taxa padronizada de homicídios (TBHs), completando a composição do conjunto das variáveis, com base nas quais procedeu-se à geração cartográfica, bem como aos cálculos das correlações da TBH e da TBHs com as demais variáveis selecionadas.

3.1.1 Descrição das taxas

O cálculo das taxas bruta e padronizada de homicídios compreende inicialmente a determinação da Taxa Média Anual de Crescimento (r) e a Razão de Dependência (Rz-DEP). Assim, os nascimentos e as mortes de um determinado período são obtidos considerando-se uma população fechada, ou seja, a população inicial e final do período são totalmente explicadas pelas mortes e nascimentos ocorridos no período (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998),

$$Q_n = Q_o + N_t - O_t \quad (1)$$

onde:

Q_n → População num determinado momento

Q_o → População inicial;

N_t → Nascimento no período t ;

O_t → Mortes no período t

3.1.1.1 Taxa de crescimento (r)

Por outro lado, supondo que a população tenha crescimento em progressão geométrica, para os períodos: t_o e t_n , este crescimento pode ser calculado da seguinte forma (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998):

$$Q_n = Q_o(1+r)^t \quad (2)$$

onde:

$r \rightarrow$ taxa de crescimento por unidade de tempo;

$t \rightarrow$ período, em unidades de tempo, decorrido entre o e n .

Para calcular-se o r , único valor desconhecido faz-se:

$$\frac{Q_n}{Q_o} = (1+r)^t \quad (3)$$

ou

$$r = \left(\sqrt[t]{\frac{Q_n}{Q_o}} - 1 \right) \times 100 \quad (4)$$

onde:

$r \rightarrow$ taxa de crescimento por unidade de tempo;

$Q_n \rightarrow$ população num instante;

$Q_0 \rightarrow$ população inicial, instante o ;

$t \rightarrow$ período, em unidades de tempo, durante n e o .

3.1.2 Mortalidade

3.1.2.1 Taxa bruta de mortalidade por homicídios: TBH ³⁹

Para calcular a TBH , toma-se o total de óbitos ocorridos, no decorrer dos anos-calendários, isto porque a relação entre o total de óbitos, sobre a população total representa o risco que tem uma pessoa dessa população de morrer no decorrer desse ano (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998).

$$TBH = \frac{O_j}{Q_j} \times 1000 \quad (5)$$

Onde: $O_j =$ Óbito no J

$Q_j =$ População total no J

$J =$ Ano calendário

³⁹ Ao invés de TBM (taxa bruta de mortalidade) será considerada neste trabalho para cálculo como TBH (taxa bruta de homicídios) em virtude da base de cálculos ser homicídios.

Por outro lado, devido à população total mudar a todo instante, pode-se considerar, neste caso, apenas os efeitos de óbitos e nascimento no decorrer do ano. Assim sendo, como a TBH é uma medida de risco, tem-se de ter no denominador todas as pessoas submetidas a esse risco. Ou seja, ao considerar-se a população no início do ano, os nascimentos e os óbitos ocorridos durante o ano em curso não estarão incluídos. Para isto realizar, há de se considerar que, ao final do ano-calendário, todo indivíduo presente no início e no fim do ano deveria ser contado como uma pessoa-ano. As pessoas que nasceram ou que morreram durante o ano deveriam ser contadas como uma fração, correspondente ao período efetivamente vivido. Dadas as dificuldades de tais cálculos, adotou-se a estimativa de população total no meio do ano, tendo por pressuposto que os nascimentos e óbitos da população ocorram uniformemente no decorrer do ano, por se tratar de um período curto (12 meses), o que não gera distorções significativas (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998).

Portanto, para se calcular a TBH de Minas Gerais para o ano de 1991 e 1998, por exemplo, isso se realiza conforme dados da população residente em 1º/09/1991 do Censo Demográfico daquele ano. Para o cálculo da TBH de 1998, faz-se necessário estimar a população para 1º/07/1998, através da média de crescimento anual do período de 1991 a 2000 (datas dos respectivos censos demográficos).

O nível da TBH dependerá dos óbitos em cada faixa etária (em face dos diferentes riscos de morte em determinada idade, mais do que em outras) e da distribuição etária proporcional da população, ou seja, há que se levar em conta o maior e o menor peso dos diversos grupos etários, que é a razão de dependência (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998).

3.1.2.2 Taxa específica de mortalidade: TEM

A taxa específica de mortalidade TEM se refere ao risco de morte em cada idade ou em cada grupo etário, correspondendo ao quociente entre o total de óbitos, num determinado ano, em cada idade ou grupo etário e a população correspondente no meio do ano. Isso implica considerarmos x a idade limite inferior do grupo etário, n a amplitude do intervalo do grupo e j ao ano em questão.

Logo, “a TBH é a média ponderada das taxas específicas de mortalidade, cujos pesos são dados pela população em cada idade ou grupo etário” (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998, p. 12), ou seja, a TBH depende da intensidade e da distribuição etária proporcional, representada pela fórmula:

$$TBM_j = \sum_n TEM_{x, j} \frac{nQ_{x, j}}{\sum_x nQ_{x, j}} \quad (6)$$

Do exposto, conclui-se que duas populações com a mesma TEM podem gerar TBHs distintas, uma vez que tem distribuição etária proporcional diferente, donde se conclui que as TBH “[...] não são bons indicadores para analisar diferenciais de níveis de mortalidade entre populações diferentes” (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998, p. 12), ressaltando-se, entretanto, os casos em que as populações possuem

distribuições etárias proporcionais iguais⁴⁰, ou seja, quando se faz a padronização, conforme se passa a examinar.

3.1.3 Padronização

A padronização se faz freqüentemente necessária na análise comparativa de indicadores brutos, em que se enquadra o presente trabalho.

Não se pode comparar diferenciais de níveis TBM ou TBH no caso de mortalidade a partir de taxas brutas, devido a esses níveis dependerem muito de distribuição etária da população a que se referem. Logo, podem se comparar diferenciais de níveis através de indicadores-síntese de diversos países, ou regiões, municípios, ou ainda da mesma área, entre períodos distintos. Segundo Carvalho; Sawyer; Rodrigues (1998), uma das maneiras seria pela padronização. Ou seja, isto se realiza, eliminando o efeito da composição etária sobre os indicadores que se deseja comparar, ajustando-os segundo uma mesma distribuição etária padrão; ou através da chamada padronização direta ou indireta, dependendo das informações disponíveis e do conjunto de taxas específicas da variável em estudo. A padronização pode ser feita por sexo, ou pela padronização simultânea de idade e sexo, ou por renda, ou estado civil, etc.

Nesse trabalho fez-se a padronização por padrão etário, pois, como aponta (RIGOTTI; AMORIM FILHO, 2002, p. 118):

⁴⁰ Este cálculo pode ser estudado com outras variáveis que influenciam o risco de morrer, como sexo, estado civil, grupo socioeconômico, etc (Carvalho, Sawyer, Rodrigues 1998, p. 12).

[...] torna-se fundamental considerar o padrão etário em uma análise dos níveis de mortalidade por homicídios nos diversos municípios do Estado; caso contrário estaríamos comparando populações muito diferentes, o que poderia mascarar o peso desses tipos de óbitos nas localidades com grande proporção de crianças e/ou idosos. Por esse motivo, foi realizada uma padronização direta, tomando como padrão a estrutura etária do Estado de Minas Gerais no ano de 1991.

Dessa forma, utilizou-se a padronização direta para estabelecer a TBHs, uma vez que se tem o total de eventos distribuídos por grupos de idade e pela distribuição etária das populações em estudo⁴¹.

Esta escolha é necessária para se poder “[...] controlar ou isolar o efeito de determinadas características que estejam afetando a comparação, através de medidas-síntese, dos níveis de uma variável entre populações diferentes” (CARVALHO, SAWYER, RODRIGUES, 1998, p. 43).

3.1.3.1 *Padronização direta*

Neste trabalho, utiliza-se a padronização direta para estabelecer-se a TBHs, pois se tem o total de eventos (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998), distribuídos por grupos de idade e pela distribuição etária das populações em estudo. A partir dessas informações, passou-se a estimar taxas específicas por idade, que, aplicadas a primeira distribuição etária padrão fornecerão taxas brutas padronizadas, que permitem ser comparadas para análise de diferencial de níveis entre várias populações em dois períodos

⁴¹ Como no caso da TBH (TBM) utilizaremos TBHs (com a mesma base de cálculo da TBMs).

(1991 e 1998). Neste trabalho, adotou-se como padrão a estrutura etária de Minas Gerais em 1991.

Pode-se, então, sintetizar, da seguinte forma, as colocações acima: - “Uma vez adotada a estrutura padrão 1991, a taxa padronizada por idade pelo método direto (TB p. d.) é dada por” (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998, p. 43) :

$$TB_{p.d.} = \frac{\sum_x m_{x,v} \cdot Q_{x,s}}{\sum_x Q_{x,s}} \quad (7)$$

Onde:

$m_{x,v}$ → representa as taxas específicas, por idade x , da variável da população u ;

$Q_{x,s}$ → corresponde ao número ou proporção de pessoas de idade x , na população adotada como padrão (s), no caso de, Minas Gerais em 1991.

Concluindo,

[...] se a função da variável em cada população é aplicada à mesma estrutura etária padrão podemos comparar as taxas brutas obtidas para concluir sobre diferenciais de nível da variável em estudo, já que elas estão refletindo apenas as diferenças reais nas taxas específicas da variável nas populações analisadas (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998, p. 43).

Ou seja, comparam-se as taxas brutas das várias populações como se elas tivessem exatamente a mesma distribuição etária, mas cada uma mantendo suas próprias taxas específicas, cujo real sentido é para efeito de comparação com outras taxas padronizadas, através dos quocientes entre elas.

Cabe destacar que as TBHs padronizadas só têm sentido para efeito de comparação com outra TBHs padronizada segundo a mesma distribuição etária, e que, para a população padrão, a taxa padronizada é sua própria TBH.

Vale lembrar que pode-se comparar, ainda, taxas brutas de várias populações usando como padrão a distribuição etária de uma outra população que não esteja incluída entre aquelas em estudo. É importante observar que o fato de duas ou mais populações apresentarem a mesma TBH, não significa que a mortalidade seja a mesma.

Como no Estado de Minas Gerais há muitos municípios com pequena população e, conseqüentemente, com poucos homicídios (um evento raro), pode haver significativa oscilação no número desses eventos de um ano para outro. Para amenizar esse problema, utiliza-se a média aritmética de homicídios de três anos consecutivos (1990, 1991; 1992 e 1997; 1998; 1999), porque o último ano com dados de homicídios disponíveis foi 1999, passando a considerar por ano base da presente pesquisa, para a geração cartográfica, os anos de 1991 e 1998 como resultado das médias (1990, 1991, 1992 e 1997, 1998, 1999).

3.2 Descrição da análise de correlações

Para Levin (1987), variáveis são características que variam de um respondente para outro, cujo objetivo é estabelecer a presença e a ausência da relação entre duas variáveis quaisquer, que chamaremos de X e Y.

Neste trabalho estabelece-se a existência ou a ausência de correlação entre as variáveis descritas, bem como seu sentido e sua intensidade. A seguir são apresentados os QUADROS 01 e 02:

- VARIÁVEIS E SUB-CATEGORIAS;
- MATRIZ DE DADOS DA RMBH/2000.

QUADRO 01: VARIÁVEIS E SUB-CATEGORIAS

VARIÁVEIS			COD.SPSS	FONTE	
CLASSE	Nº	DESCRIÇÃO			
01	IDENTIFICAÇÃO	01	Código do Município	COD.MUM	IBGE/Censo 91-00
		02	Nome do Município	MUN	IBGE/Censo 91-00
02	ÓBITOS	03	Número de óbitos por Homic.	OBITOS	TIE/PUC-MINAS
		04	Taxa bruta de homicídios	TBH	TIE/PUC-MINAS
		05	Taxa padronizada de homicídios	TBHS	TIE/PUC-MINAS
03	EDUCAÇÃO	06	Média de Escolaridade das Mães	ESC-MÃES	TIE/PUC-MINAS
		07	Média de Escolaridade da Pop.	ESC-POP	TIE/PUC-MINAS
04	RENDA	08	Renda <i>per capita</i>	REN-CAP	FJP 91/00
05	SAÚDE	09	Esperança de vida ao nascer	ESP VIDA	FJP 91/00
06	IDH	10	Índice do Desenvil. Humano	IDH	FJP 91/00
07	IDADE	11	População menor de 15 anos	MENOR 15	IBGE/Censo 91-00
		12	População de 15 a 64 anos	DE15A64	IBGE/Censo 91-00
		13	População acima de 65 anos	POP65MA	IBGE/Censo 91-00
		14	Homens de 15-39 anos	H15-39	IBGE/Censo 91-00
		15	Mulheres de 15-39 anos	M15-39	IBGE/Censo 91-00
		16	%Homens de 15-39 anos	%H15-39	TIE/PUC-MINAS
		17	%Mulheres de 15-39 anos	%M15-39	TIE/PUC-MINAS
		18	Média de idade das Mães	IDM-MAES	TIE/PUC-MINAS
		19	Média de idade da População	IDM-POP	TIE/PUC-MINAS
08	POPULAÇÃO	20	População Total	POP-TOT	IBGE/Censo 91-00
		21	Taxa Média Anual de Cresc.	R	TIE/PUC-MINAS
		22	Total de Homens	TOT_HOMEN	IBGE/Censo 91-00
		23	Total de Mulheres	TOT_MUL	IBGE/Censo 91-00
		24	População Urbana	URBANO	IBGE/Censo 91-00
		25	População Rural	RURAL	IBGE/Censo 91-00
		26	Razão de Dependência	RZ-DEP	TIE/PUC-MINAS
09	RAÇA	27	População Branca	BRANCA	IBGE/Censo 91-00
		28	População Negra	NEGRA	IBGE/Censo 91-00
		29	População Amarela	AMAR	IBGE/Censo 91-00
		30	População Parda	PARDA	IBGE/Censo 91-00
		31	População Indígena	INDÍGENA	IBGE/Censo 91-00
10	DENSIDADE	32	Densidade da pop. por dormitório	DENS-DOR	IBGE/Censo 91-00
		33	Densidade da pop. por cômodo	DENS-COM	IBGE/Censo 91-00
		34	Densidade populacional do Mun.	DENS	IBGE/Censo 91-00
11	ÁREA	35	Área do Município	AREA	IBGE/Censo 91-00

FONTE:COORDENAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL DA PUC MINAS; CENSO 1991 E 2000; DATASUS (1990;1991;1992) E (1997;1998;1999); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: 1991 E 2000; E TAXAS CALCULADAS.

QUADRO 02 – MATRIZ DE DADOS/RMBH – 2000

	Cod	Munic.	Óbitos	TBH	TBHs	Esc.- mães	Menor 15	De15 a 64	Pop 65ma	Esc. -Pop	Rz_ Dep
d1	3105004	Baldim	0,33	0,04	0,02	4,68	2.406	4.974	775	5,38	64,0
d2	3106200	Belo Horizonte	635,00	0,29	0,27	7,39	543.521	1.555.903	139.102	8,32	43,9
d3	3106705	Betim	73,00	0,26	0,25	5,52	97.225	199.412	10.038	6,32	53,8
d4	3109006	Brumadinho	3,67	0,14	0,13	5,35	7.414	17.445	1.755	6,12	52,6
d5	3110004	Caeté	5,33	0,15	0,14	5,51	9.711	24.085	2.503	6,47	50,7
d6	3112505	Capim Branco	0,00	0,00	0,00	5,37	2.317	5.058	525	5,78	56,2
d7	3117876	Confins	0,00	0,00	0,00	5,35	1.416	3.204	260	6,26	52,3
d8	3118601	Contagem	140,33	0,27	0,25	6,20	147.002	369.993	21.213	7,07	45,5
d9	3124104	Esneraldas	5,33	0,13	0,12	4,57	15.886	29.122	2.082	5,09	61,7
d10	3126000	Florestal	0,67	0,12	0,10	5,40	1.589	3.630	428	6,12	55,6
d11	3129806	Ibirité	36,00	0,30	0,28	4,89	43.750	85.631	3.663	5,69	55,4
d12	3130101	Igarapé	2,33	0,11	0,09	4,82	7.947	15.886	1.005	5,41	56,4
d13	3132206	Itaguara	0,33	0,03	0,03	4,86	2.865	7.489	948	5,22	50,9
d14	3134608	Jaboticatubas	4,00	0,31	0,31	4,25	3.931	8.470	1.129	4,71	59,7
d15	3136603	Nova União	0,00	0,00	0,00	3,97	1.577	3.490	360	4,83	55,5
d16	3136652	Juatuba	2,33	0,16	0,16	5,04	5.249	10.471	669	5,99	56,5
d17	3137601	Lagoa Santa	3,67	0,11	0,09	6,30	10.835	24.923	2.114	6,90	52,0
d18	3140159	Mário Campos	0,67	0,08	0,09	4,45	3.484	6.563	488	5,06	60,5
d19	3140704	Mateus Leme	2,67	0,12	0,12	5,02	7.102	15.671	1.371	6,06	54,1
d20	3141108	Matozinhos	2,00	0,07	0,07	5,84	8.879	19.830	1.455	6,44	52,1
d21	3144805	Nova Lima	6,00	0,10	0,09	6,39	16.706	44.181	3.500	7,27	45,7
d22	3149309	Pedro Leopoldo	3,67	0,07	0,07	5,99	15.042	35.995	2.950	6,68	49,9
d23	3153905	Raposos	1,33	0,09	0,09	5,44	4.061	9.541	687	6,57	49,8
d24	3154606	Ribeirão das Neves	35,33	0,16	0,15	4,85	78.997	160.703	7.146	5,68	53,6
d25	3154804	Rio Acima	0,33	0,04	0,04	5,32	2.277	4.921	460	5,57	55,6
d26	3155306	Rio Manso	0,33	0,07	0,08	3,69	1.225	3.050	371	4,34	52,3
d27	3156700	Sabará	8,67	0,08	0,08	5,61	34.024	76.086	5.242	6,46	51,6
d28	3157807	Santa Luzia	22,33	9,13	0,12	5,44	56.516	121.724	6.663	6,22	51,9
d29	3162922	São Joaquim de Bicas	2,67	0,17	0,17	4,45	5.907	11.407	838	5,23	59,1
d30	3162955	São José da Lapa	2,33	0,17	0,17	5,45	4.606	9.956	738	6,36	55,3
d31	3165537	Sarzedo	2,00	0,14	0,13	5,01	5.459	11.270	545	5,89	53,3
d32	3168309	Taquaraçu de Minas	0,00	0,00	0,00	4,38	1.018	2.310	201	4,66	52,8
d33	3171204	Vespasiano	10,33	0,15	0,15	5,36	23.946	49.928	2.548	6,22	53,1

QUADRO 02 – MATRIZ DE DADOS/RMBH – 2000 (Cont.)

	Cod	Munic.	Ren_Cap	Dens_Dor	Dens_Com	Idm_Pop	Idm_Mães	Branca	Negra
d1	3105004	Baldim	1,30	1,80	0,67	30,41	45,61	2.512	245
d2	3106200	Belo Horizonte	4,36	1,82	0,63	30,22	44,45	1.199.070	180.056
d3	3106705	Betim	1,71	2,10	0,79	25,74	39,31	125.319	25.272
d4	3109006	Brumadinho	2,23	1,82	0,65	29,21	43,46	15.446	2.583
d5	3110004	Caeté	2,07	1,90	0,66	29,75	44,36	13.306	2.652
d6	3112505	Capim Branco	1,40	1,86	0,69	28,9	42,83	1.681	149
d7	3117876	Confins	1,46	1,94	0,72	28,09	41,91	2.200.287	266
d8	3118601	Contagem	2,27	1,98	0,73	27,84	41,79	255.938	42.407
d9	3124104	Esmeraldas	1,59	2,21	0,83	26,09	39,52	17.874	5.576
d10	3126000	Florestal	1,72	1,77	0,58	30,15	44,61	3.410	320
d11	3129806	Ibirité	1,28	2,23	0,85	25,04	38,72	51.747	10.671
d12	3130101	Igarapé	1,67	2,08	0,77	26,6	40,27	10.210	1.079
d13	3132206	Itaguara	1,70	1,72	0,54	31,13	44,52	9.061	852
d14	3134608	Jaboticatubas	1,55	1,94	0,75	29,5	44,83	4.478	918
d15	3136603	Nova União	1,35	2,02	0,68	28,69	44,44	2.287	463
d16	3136652	Juatuba	1,57	2,15	0,79	26,55	40,4	6.723	730
d17	3137601	Lagoa Santa	2,37	1,91	0,70	28,39	42,29	18.251	3.488
d18	3140159	Mário Campos	1,43	2,15	0,79	26,12	39,92	5.796	1.032
d19	3140704	Mateus Leme	1,79	1,94	0,70	28,14	42,85	13.155	1.768
d20	3141108	Matozinhos	1,92	1,97	0,71	27,6	41,47	10.789	1.822
d21	3144805	Nova Lima	3,21	1,87	0,69	29,34	43,49	25.117	5.428
d22	3149309	Pedro Leopoldo	2,17	1,94	0,71	28,77	42,4	20.990	3.199
d23	3153905	Raposos	1,52	1,94	0,72	27,82	42,92	4.720	1.288
d24	3154606	Ribeirão das Neves	1,34	2,22	0,86	25,44	39,3	80.213	26.903
d25	3154804	Rio Acima	1,47	1,97	0,76	28,09	42,7	2.472	1.161
d26	3155306	Rio Manso	1,21	1,83	0,60	30,77	43,53	3.289	177
d27	3156700	Sabará	1,77	2,15	0,82	27,29	41,56	41.987	14.388
d28	3157807	Santa Luzia	1,60	2,15	0,82	26,44	40,5	63.563	23.383
d29	3162922	São Joaquim de Bicas	1,39	2,19	0,84	26,31	40,58	7.343	992
d30	3162955	São José da Lapa	1,75	2,02	0,76	27,07	40,69	5.865	1.868
d31	3165537	Sarzedo	1,53	2,12	0,78	25,72	39,53	5.630	1.655
d32	3168309	Taquaraçu de Minas	1,21	1,91	0,69	28,84	43,88	1.080	241
d33	3171204	Vespasiano	1,65	1,18	0,83	25,88	39,5	30.143	8.274

QUADRO 02 – MATRIZ DE DADOS/RMBH – 2000 (Cont.)

	Cod	Munic.	Amar	Parda	Indigen	Urbano	Rural	Pop. T.	Área	Dens
d1	3105004	Baldim	0	5.310	10	4.818	3.337	8,155	555,02	14,69
d2	3106200	Belo Horizonte	4.312	833.668	7.588	2.238.526		2.238.526	330,93	6.764,35
d3	3106705	Betim	418	153.569	1.231	298.304	8.371	306.675	345,80	886,86
d4	3109006	Brumadinho	85	7.992	216	19.373	7.241	26.614	632,47	42,08
d5	3110004	Caeté	23	20.165	84	31.656	4.643	36.299	514,12	67,08
d6	3112505	Capim Branco	3	6.040	5	7.146	754	7.900	94,17	83,89
d7	3117876	Confins	8	2.338	16	3.126	1.754	4.880	42,01	116,16
d8	3118601	Contagem	1.047	234.243	1.906	533.521	4.687	538.208	194,65	2.765,00
d9	3124104	Esmeraldas	82	23.098	211	38.181	8.909	47.090	909,59	51,77
d10	3126000	Florestal	0	1.891	4	3.840	1.807	5.647	194,35	29,06
d11	3129806	Ibirité	228	68.551	724	132.335	709	133.044	73,09	1.820,28
d12	3130101	Igarapé	63	13.282	137	22.977	1.861	24.838	109,95	225,90
d13	3132206	Itaguara	6	1.304	0	7.805	3.497	11.302	410,73	27,52
d14	3134608	Jaboticatubas	72	7.922	87	7.116	6.414	13.530	1.113,75	12,15
d15	3136603	Nova União	24	2.639	13	1.429	3.998	5.427	171,46	31,65
d16	3136652	Juatuba	18	8.779	12	15.929	460	16.389	96,78	169,34
d17	3137601	Lagoa Santa	108	15.588	239	35.396	2.476	37.872	232,00	163,24
d18	3140159	Mário Campos	40	3.537	21	7.952	2.583	10.535	35,16	299,63
d19	3140704	Mateus Leme	0	9.047	132	20.394	3.750	24.144	302,56	79,80
d20	3141108	Matozinhos	0	17.287	59	27.664	2.500	30.164	252,89	119,28
d21	3144805	Nova Lima	107	32.976	392	63.035	1.352	64.387	428,45	150,28
d22	3149309	Pedro Leopoldo	11	29.413	129	43.479	10.478	53.957	291,04	185,39
d23	3153905	Raposos	9	8.161	0	13.455	834	14.289	71,83	198,93
d24	3154606	Ribeirão das Neves	275	137.022	1.229	245.401	1.445	246.846	154,17	1.601,13
d25	3154804	Rio Acima	35	3.921	36	6.850	808	7.658	228,05	33,58
d26	3155306	Rio Manso	31	1.120	28	2.862	1.784	4.646	232,11	20,02
d27	3156700	Sabará	174	57.533	384	112.694	2.658	115.352	303,54	380,02
d28	3157807	Santa Luzia	419	95.944	738	184.208	695	184.903	233,75	791,03
d29	3162922	São Joaquim de Bicas	107	9.614	75	13.716	4.436	18.152	72,44	250,58
d30	3162955	São José da Lapa	53	7.005	165	8.904	6.096	15.000	48,63	308,45
d31	3165537	Sarzedo	3	9.834	10	14.738	2.536	17.274	61,88	279,15
d32	3168309	Taquaraçu de Minas	0	2.199	7	1.123	2.405	3.528	329,33	10,71
d33	3171204	Vespasiano	191	36.692	748	75.213	1.209	76.422	70,11	1.090,03

QUADRO 02 – MATRIZ DE DADOS/RMBH – 2000 (Cont.)

	Cod	Munic.	R	H15 39	M15 39	%H	%M	Esp. Vida	IDH	Tot. H.	TOT. M.
d1	3105004	Baldim	0,31	1.594	1.569	39,2	38,4	70,97	0,74	4.071	4.084
d2	3106200	Belo Horizonte	1,16	486.915	528.739	46,1	44,8	70,52	0,84	1.057.263	1.181.263
d3	3106705	Betim	6,77	70.486	71.736	46,1	46,6	71,76	0,77	152.880	153.795
d4	3109006	Brumadinho	3,66	5.841	5.804	43,7	43,8	68,78	0,77	13.359	13.255
d5	3110004	Caeté	0,99	7.780	7.956	44,0	42,7	71,69	0,79	17.678	18.621
d6	3112505	Capim Branco	2,49	1.674	1.665	42,2	42,4	70,63	0,75	3.971	3.929
d7	3117876	Confins	3,36	1.071	1.109	44,8	44,6	72,75	0,77	2.392	2.488
d8	3118601	Contagem	2,03	124.060	127.849	47,1	46,5	70,07	0,79	263.390	274.818
d9	3124104	Esmeraldas	7,70	10.114	109.203	42,3	44,0	71,00	0,75	23.895	23.195
d10	3126000	Florestal	1,25	1.175	1.154	41,0	41,5	74,76	0,79	2.863	2.784
d11	3129806	Ibirité	6,15	30.839	30.947	46,6	46,3	68,42	0,73	66.190	66.854
d12	3130101	Igarapé	5,21	5.559	5.395	44,1	44,1	69,45	0,75	12.608	12.230
d13	3132206	Itaguara	0,65	2.481	2.321	43,3	41,6	69,14	0,75	5.728	5.574
d14	3134608	Jaboticatubas	0,70	2.922	2.684	42,1	40,7	69,19	0,73	6.936	6.594
d15	3136603	Nova União	1,23	1.207	1.123	43,8	42,0	66,36	0,70	2.755	2.672
d16	3136652	Juatuba	6,36	3.581	3.588	43,5	44,0	69,87	0,75	8.233	8.156
d17	3137601	Lagoa Santa	4,22	8.344	8.428	44,5	44,1	69,11	0,78	18.767	19.105
d18	3140159	Mário Campos	7,96	2.347	2.322	43,9	44,7	64,99	0,71	5.341	5.194
d19	3140704	Mateus Leme	3,62	5.244	5.240	43,6	43,2	68,19	0,74	12.020	12.124
d20	3141108	Matozinhos	2,79	6.765	6.867	45,1	45,3	71,54	0,77	15.016	15.148
d21	3144805	Nova Lima	2,34	14.371	14.648	45,7	44,5	70,57	0,82	31.448	32.939
d22	3149309	Pedro Leopoldo	2,96	11.637	12.154	43,8	44,3	74,00	0,81	26.539	27.418
d23	3153905	Raposos	0,04	3.176	3.292	45,5	45,0	70,07	0,76	6.976	7.313
d24	3154606	Ribeirão das Neves	6,24	57.328	56.890	46,4	46,1	71,38	0,75	123.531	123.315
d25	3154804	Rio Acima	0,91	1.637	1.711	43,1	44,3	69,11	0,73	3.794	3.864
d26	3155306	Rio Manso	0,46	1.024	908	42,0	41,2	68,86	0,71	2.440	2.206
d27	3156700	Sabará	2,86	26.018	26.513	46,3	44,9	70,69	0,77	56.239	59.113
d28	3157807	Santa Luzia	3,35	41.655	42.875	45,9	45,5	69,46	0,75	90.740	94.163
d29	3162922	São Joaquim de Bicas	5,14	3.956	3.936	43,1	43,9	64,91	0,71	9.178	8.974
d30	3162955	São José da Lapa	9,14	3.288	3.407	43,7	45,5	68,19	0,75	7.519	7.481
d31	3165537	Sarzedo	7,31	4.078	4.030	46,9	46,9	70,07	0,75	8.689	8.585
d32	3168309	Taquaraçu de Minas	0,35	841	661	43,8	41,1	72,64	0,73	1.922	1.607
d33	3171204	Vespasiano	5,36	17.566	17.774	46,5	46,0	68,68	0,75	37.756	38.666

FONTE: Coordenação da Pós Graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas

3.2.1 Diagrama de dispersão

Para Levin, “as medidas de correlação podem permitir a visualização de diferenças, segundo a força de correlação, por meio de um diagrama de dispersão, que é um gráfico capaz de mostrar a maneira pela qual os valores de duas variáveis distribuem-se ao longo da faixa, dos possíveis resultados” (LEVIN, 1987, p. 284).

Um diagrama de dispersão é construído com base num sistema cartesiano de eixos ortogonais, onde a primeira variável (X) se localiza no eixo horizontal e a segunda (Y) no eixo vertical. A força de correlação entre as duas variáveis é tanto maior quanto mais os pontos se agrupam em torno de uma reta imaginária. Quanto ao sentido, a correlação pode ser positiva ou negativa; a positiva indica que a medida que a variável X cresce a variável Y também cresce, ou se X apresenta valores baixos também Y tende a apresentar valores baixos. Uma correlação negativa indica que à medida que X aumenta Y diminui, ou equivalentemente, valores altos de X tendem a estar associados a valores baixos de Y, e valores baixos de X tendem a estar associados com valores altos de Y.

Exemplos:

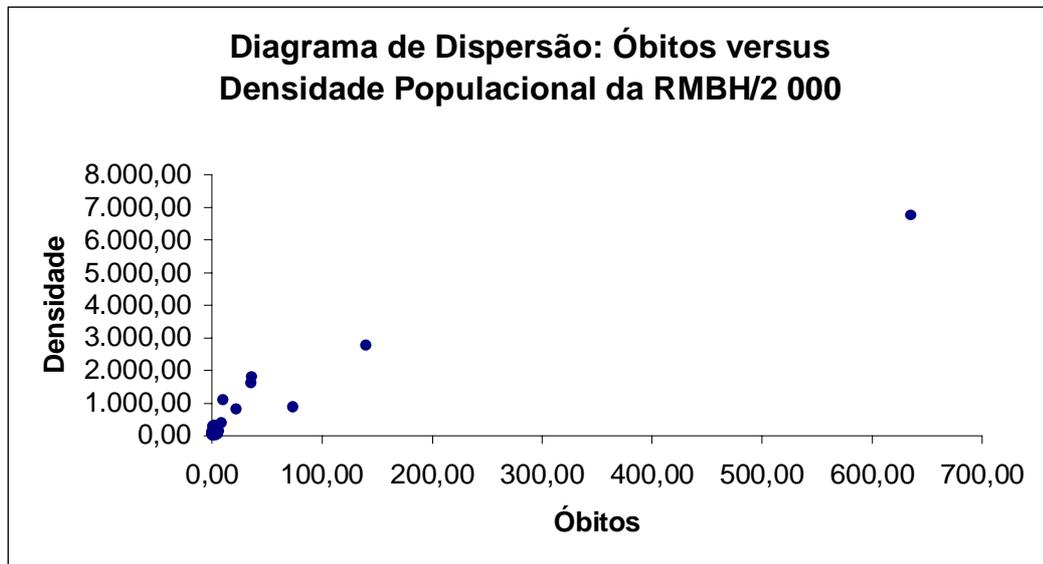


FIGURA 01: CORRELAÇÃO POSITIVA
Fonte: MATRIZ DE DADOS DA RMBH/2000

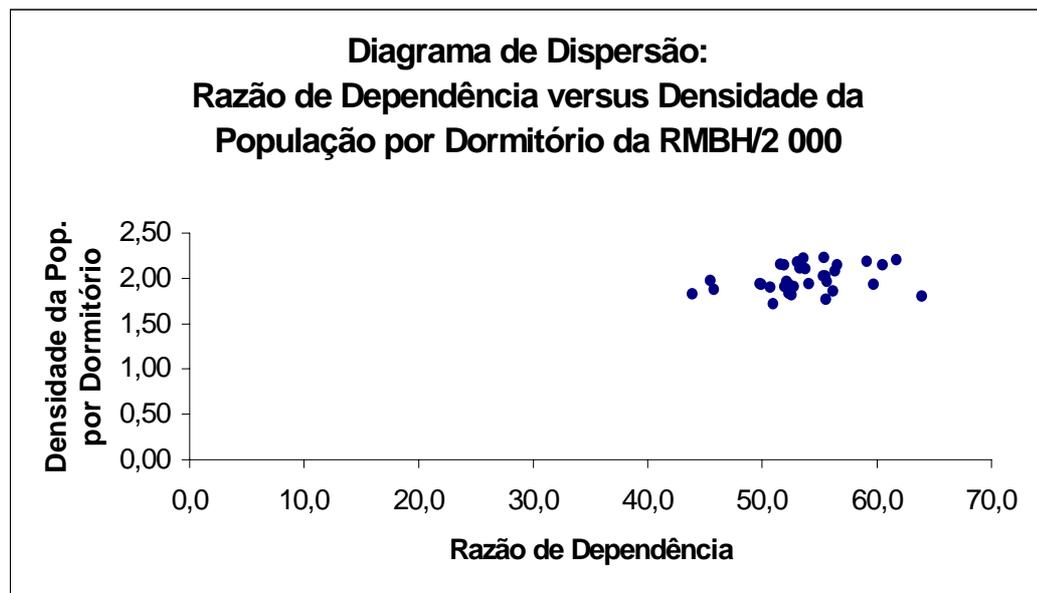
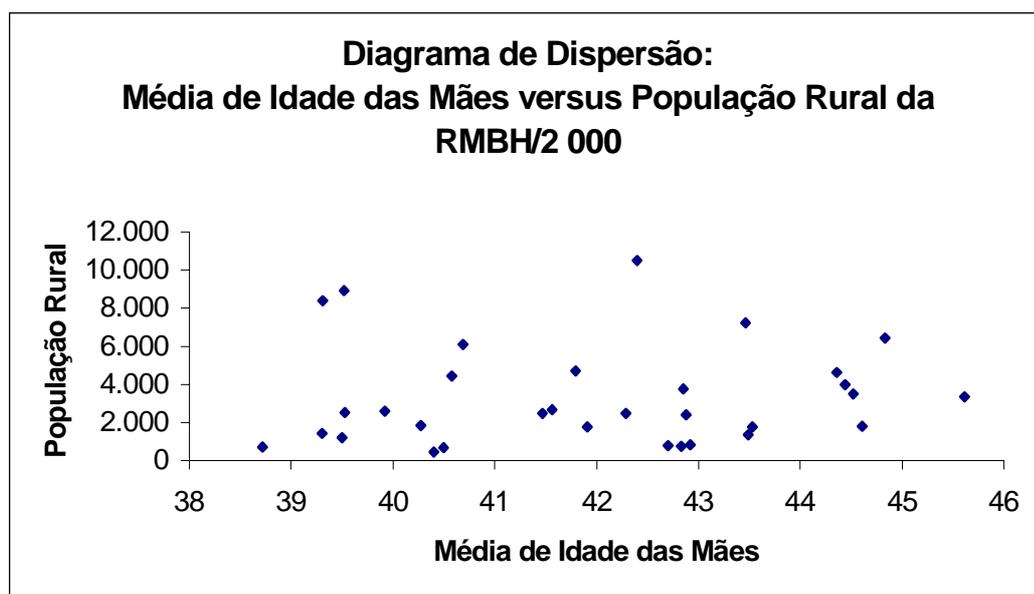


FIGURA 02: CORRELAÇÃO NEGATIVA
Fonte: MATRIZ DE DADOS DA RMBH/2000



3.2.2 Matriz de correlações

A matriz de correlações pode ser obtida por meio do algoritmo abaixo, segundo Barroso (2002, Notas de Aula):

Passo 1: Dada a matriz dos dados:

$$M=[m(i, j), i = 1, 2, \dots, n; j = 1, 2, \dots, p] \quad (8)$$

onde n é o número de observações e p o número de variáveis.

Passo2: Calculam-se as p médias das variáveis;

Passo 3: Calculam-se os p desvios-padrão das variáveis;

Passo 4: Padroniza-se a matriz M, isto é, cria-se a matriz

$$Z=[z(i,j)= (m(i,j)-m\u00e9dia(j))/desvio_padr\u00e3o(j)),i = 1,2,\dots,n; j = 1,2,\dots,p)] \quad (9)$$

onde:

media(j) é a média da j-ésima variável e desvio_padrão(j) é o desvio padrão da j-ésima variável;

Passo 5: Calcula-se a matriz Z^t transposta de Z, isto é,

$$Z^t = [z(j,i)]; \quad (10)$$

Passo 6: Calcula-se a matriz R de correlações, isto é,

$$R=(1/n)*(Z^t * Z) \quad (11)$$

O QUADRO 03, exemplifica a: MATRIZ DE CORRELAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE/2000

QUADRO 03 – MATRIZ DE CORRELAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE/2000

FONTE: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL DA PUC-MINAS.

Pode-se, segundo Barroso (2002, Notas de Aula) mostrar que cada $r(i, j)$, $i, j = 1, 2, \dots, p$ é o cosseno do ângulo formado pelas i -ésima e j -ésima variáveis.

Portanto, cada elemento $r(i, j)$, $i, j = 1, 2, \dots, p$ da matriz de correlação é tal que

$$-1 \leq r(i, j) \leq +1. \quad (11)$$

Diz-se que há correlação positiva perfeita entre duas variáveis se $r = +1$;

e correlação negativa perfeita se $r = -1$;

e que há ausência de correlação se $r = 0$.

Para $0 < r < +1$ e $-1 < r < 0$ há vários tipos de classificação.

Exemplos:

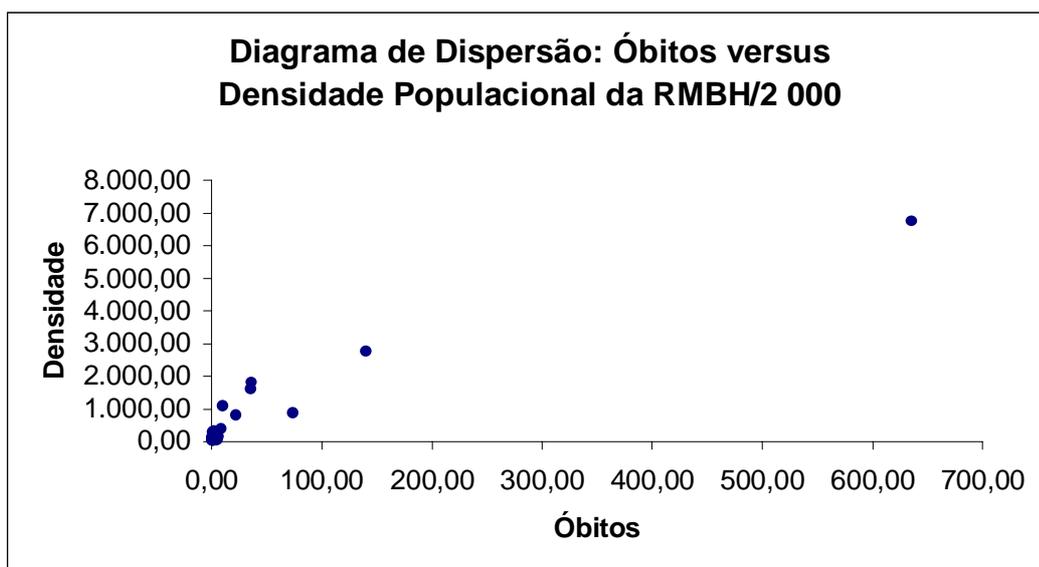


FIGURA 04: CORRELAÇÃO POSITIVA PERFEITA
Fonte: MATRIZ DE CORRELAÇÃO DA RMBH/2000

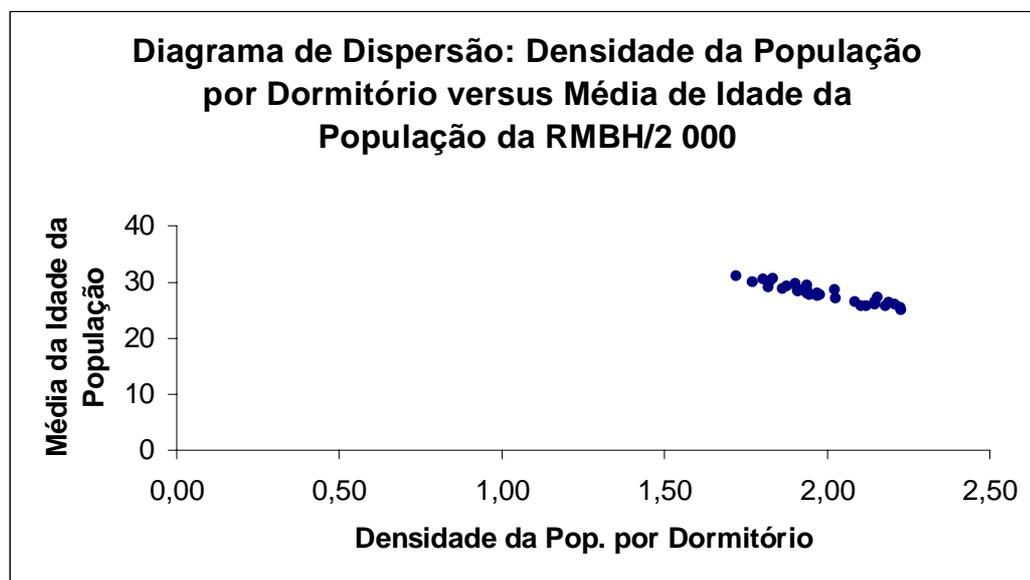


FIGURA 05: CORRELAÇÃO NEGATIVA PERFEITA
Fonte: MATRIZ DE CORRELAÇÃO DA RMBH/ 2000

3.3 Metodologia do padrão urbano

Também faz parte desse estudo, a identificação dos padrões regionais urbanos vigentes no Estado de Minas Gerais, através da utilização da “Hierarquia Urbana Mineira, parte extraída da Tipologia de Regiões” proposta por Abreu et. al.(2002b),⁴² em escala de municípios.

Com esta finalidade foram montados Bancos de Dados Georreferenciados para os anos de em questão e já descritos neste trabalho. Essas informações são trabalhadas em ambiente GIS (Sistema de Informação Geográficas), permitindo não somente o mapeamento

⁴² Ver entre outros: Ceron, 1997.

de indicadores diversos, como o aprofundamento das questões em foco e análise dos padrões espaciais.

Segundo os autores, o padrão urbano inclui os aspectos referentes à hierarquia urbana e distribuição espacial das cidades mineiras. A utilização desse padrão “permite a confecção de mapeamento univariado, cobrindo de forma completa o panorama urbano do espaço mineiro e balizando posteriormente a construção de um padrão síntese para os anos de 1 991 e 2.000” (ABREU et al.,2002b, p. 264).

3.3.1 Padrão urbano

Segundo Abreu et. al.(2002b),

[...] tendo em vista o papel primordial desempenhado pelas cidades mineiras na vida de toda a população cada vez mais urbanizada de Minas Gerais e nas economias regionais, nenhum estudo dessas regiões pode negligenciar a hierarquia de tais cidades e sua distribuição geográfica (ABREU et. al., 2002b, p. 264).

Amorim e Abreu (1998; 1999 *apud* ABREU et al., 2002b); e Abreu et. al. (2002b, p. 264), “com base em uma técnica estatístico-cartográfico multivariada, ampliada e controlada por algumas dezenas de trabalhos de campo, elaboraram uma hierarquia urbana de Minas Gerais” com ênfase em seus níveis intermediários, tendo os extremos representados pela RMBH e a base por uma miríade de Municípios. As 853 cidades-sedes foram distribuídas em seis níveis hierárquicos e homogêneos, assim descritos e sintetizados:

- Nível 1: Metrópole (RMBH) destacando-se hierarquicamente em quase todos os critérios de classificação de qualquer outra aglomeração do Estado;
- Nível 2: inclui apenas duas cidades (Juiz de Fora e Uberlândia), que “por sua polarização e economia, funcionam em Minas Gerais, como grandes centros regionais, por já terem transposto os limites teóricos que separam as cidades médias das grandes, ou seja, *tamanho e população*” (ABREU et. al. ,2002b, p. 266). De acordo com o Censo 2000 do IBGE, Uberlândia possui 488. 982 de população urbana e Juiz de Fora com 452.002.
- Nível 3: Centros regionais (cidades médias de nível superior), possuindo 17 cidades, aí incluindo a RMVA (Região Metropolitana do Vale do Aço). Trata-se de um conjunto de cidades que possuem tamanho demográfico e funcional insuficientes para exercerem um papel importante de centros regionais, ou cidades medias de nível superior” Abreu et. al.(2002b, p. 266). Em termos demográficos apresenta um leque que vai desde os 62.148 habitantes urbanos de Alfenas até os 289.183 de Montes Claros. Integram a esse nível hierárquico algumas cidades de maior dinamismo do interior de Minas. Suas funções de intermediação em vários tipos de fluxos e de indução de desenvolvimento são essenciais para as regiões a que pertencem Abreu et. al.(2002b, p. 266).
- Nível 4: É formado por 27 centros urbanos, constituído pelo grupo das mais típicas cidades médias de Minas Gerais, das quais:

[...] vinte delas possui população urbana entre 50 mil a 100 mil habitantes. Apenas Teófilo Otoni, supera ligeiramente o limiar demográfico superior do grupo, com 102.812 habitantes em 2.000. Já no limiar demográfico inferior estão as cidades com mais de 50 mil habitantes urbanos no ano 2 000. O critério decisivo desse nível não é estritamente o de caráter demográfico, mas o papel funcional que elas desempenham em seus respectivos contextos regionais, fazendo a indispensável conexão entre os níveis urbanos da hierarquia inferior e as pequenas cidades (ABREU et. al., 2002b, p. 266).

- Nível 5: O quinto nível possui 58 cidades, ou:

[...] centros urbanos emergentes podendo apresentar uma população urbana eventualmente até inferior a 20 mil habitantes, mas que raramente ultrapassam a 50 mil habitantes. Nesse grupo temos apenas Manhuaçu com 52.106 habitantes em 2000. São caracterizados por seu papel de ligação entre o mundo rural e as cidades de nível hierárquico mais elevado, em especial as cidades médias (ABREU et. al., 2002b, p. 266).

- Nível 6: Nesse limiar ficam “os demais centros urbanos de Minas Gerais, definido, demográfica e funcionalmente, como pequenas cidades”, ou seja, 715 municípios (ABREU et. al., 2002b, p. 266).

Para melhor compreensão do processo adotado segue-se o QUADRO 04, de hierarquização dos municípios com os respectivos níveis, seguidos da FIGURA 06, com a espacialização dos mesmos, da FIGURA 07, com a representação dos municípios por tamanho de população, e, da FIGURA 08 contendo o esquema da metodologia aplicada.

QUADRO 04 - HIERARQUIA URBANA DE MINAS GERAIS

Nível 01 – Metrópole: Região Metropolitana de Belo Horizonte, Baldim, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa, Taquaraçu de Minas, Vespasiano, Confins, Mario Campos, São Joaquim de Bicas e Sarzedo.

Nível 02 – Grandes Centros Regionais: Juiz de Fora, Uberlândia.

Nível 03 – Centros Regionais (Cidades Médias de Nível Superior): Alfenas, Araguari, Barbacena, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga (aglomeração), Itajubá, Ituiutaba, Lavras, Montes Claros, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Uberaba, Varginha.

Nível 04 - Cidades Médias: Araxá, Caratinga, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Formiga, Frutal, Guaxupé, Itabira, Itaúna, João Monlevade, Leopoldina, Muriaé, Ouro Preto, Paracatu, Pará de Minas, Patrocínio, Ponte Nova, Santa Rita do Sapucaí, São João Del Rei, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Três Corações, Teófilo Otoni, Ubá, Unai, Viçosa.

Nível 05 – Centros Emergentes: Abaeté, Aimorés, Além Paraíba, Almenara, Andradas, Araçuaí, Arcos, Bambuí, Barão de Cocais, Boa esperança, Bocaúva, Bom Despacho, Campo Belo, Carangola, Carlos Chagas, Carmo do Paranaíba, Caxambu, Congonhas, Conselheiro Pena, Corinto, Diamantina, Dores de Indaiá, Ibiá, Itabirito, Itambacuri, Itapeçerica, Iturama, Janaúba, Januária, Jequitinhonha, João Pinheiro, Lagoa da Prata, Machado, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Mariana, Monte Carmelo, Nanuque, Nova Era, Nova Serrana, Oliveira, Ouro Branco, Ouro Fino, Pedra Azul, Pirapora, Pium-i, Raul Soares, Resplendor, Sacramento, Salinas, Santa Bárbara, Santos Dumont, São Gonçalo do Sapucaí, São Gotardo, Três Pontas, Tupaciguara, Visconde do Rio Branco

Nível 06 – Pequenas Cidades: Todas as demais cidades do Estado.

Fonte: Modificado de Amorim Filho, O. B. e Abreu, J. F./2001 (dados de 1991, 1996, 1997)

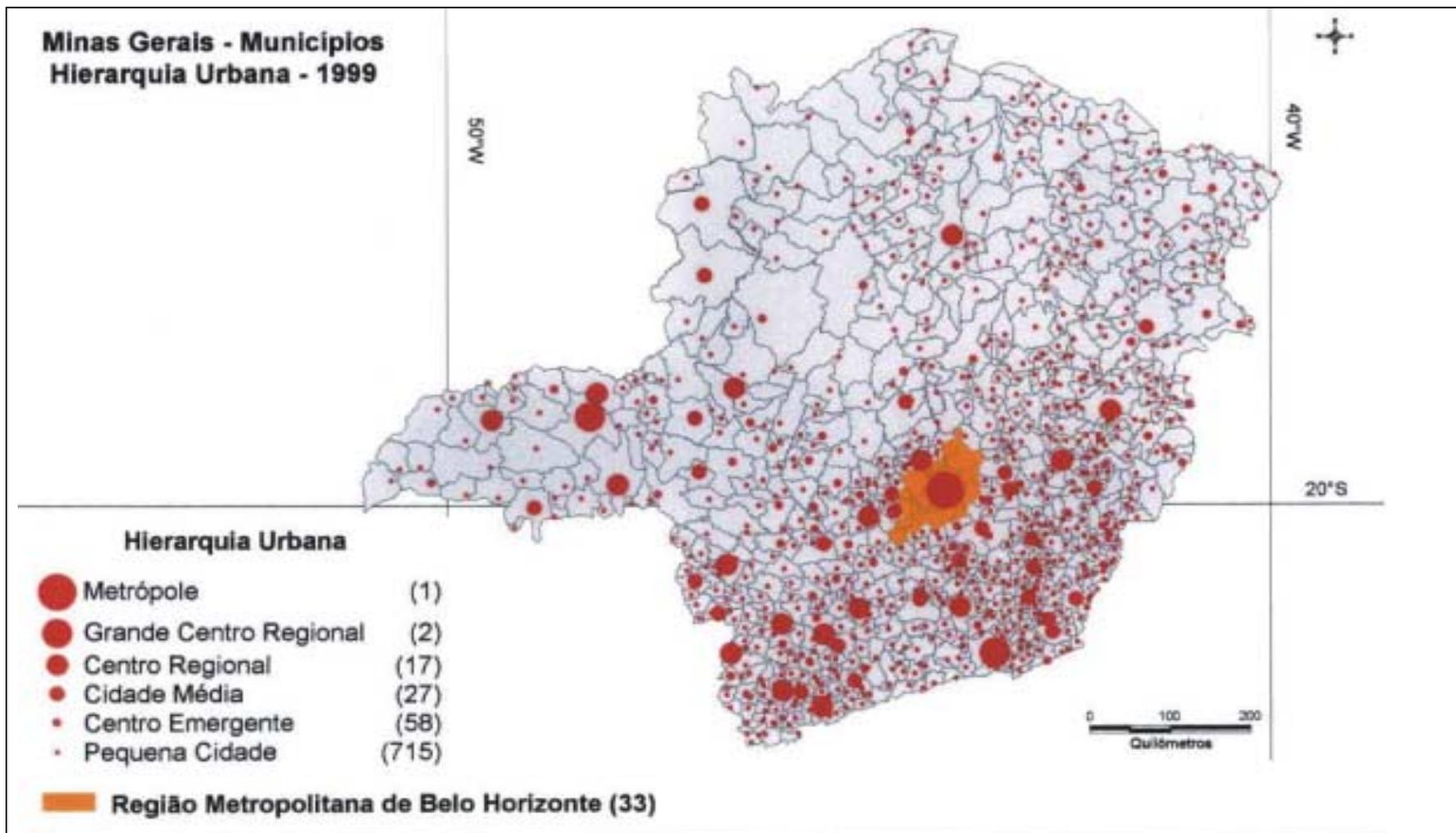


FIGURA 06 – Minas Gerais – Municípios – Hierarquia Urbana - 1999

Fonte : Adaptado de AMORIM FILHO, O. B.; ABREU, J. F.

Base cartográfica: LAB. GIS I – PUC Minas/TIE – ABREU, J. F. (2003)

Arte Final/Mapinfo: LAB GIS I – PUC Minas/TIE – CARVALHO, I. F. (2003)

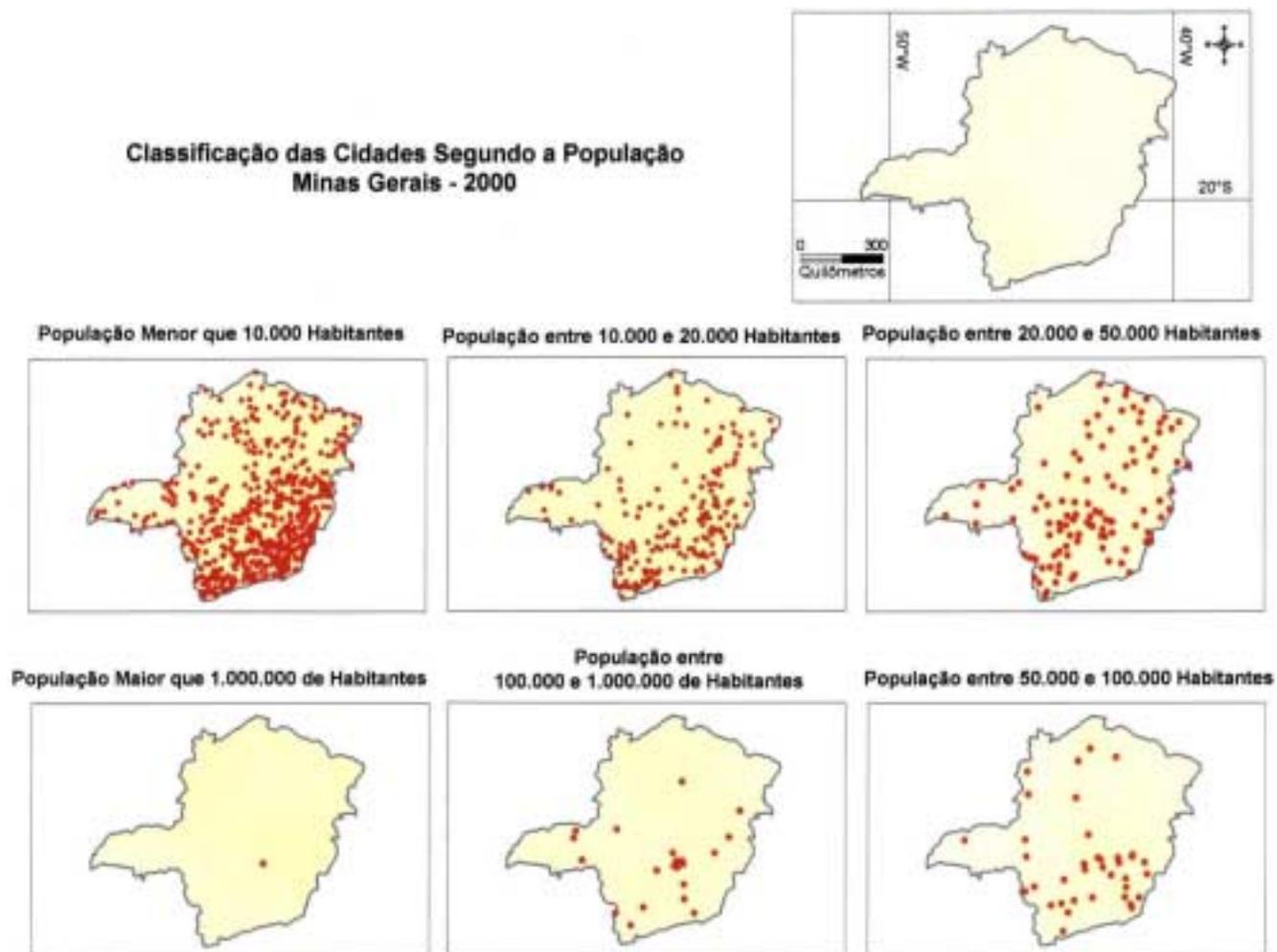


FIGURA 07 – MINAS GERAIS – REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO A POPULAÇÃO.

Fonte: IBGE/2000

Base cartográfica: LAB. GIS I – PUC Minas/TIE – ABREU, J. F. (2003)

Arte Final/Mapinfo: LAB GIS I – PUC Minas/TIE – CARVALHO, I. F. (2003)

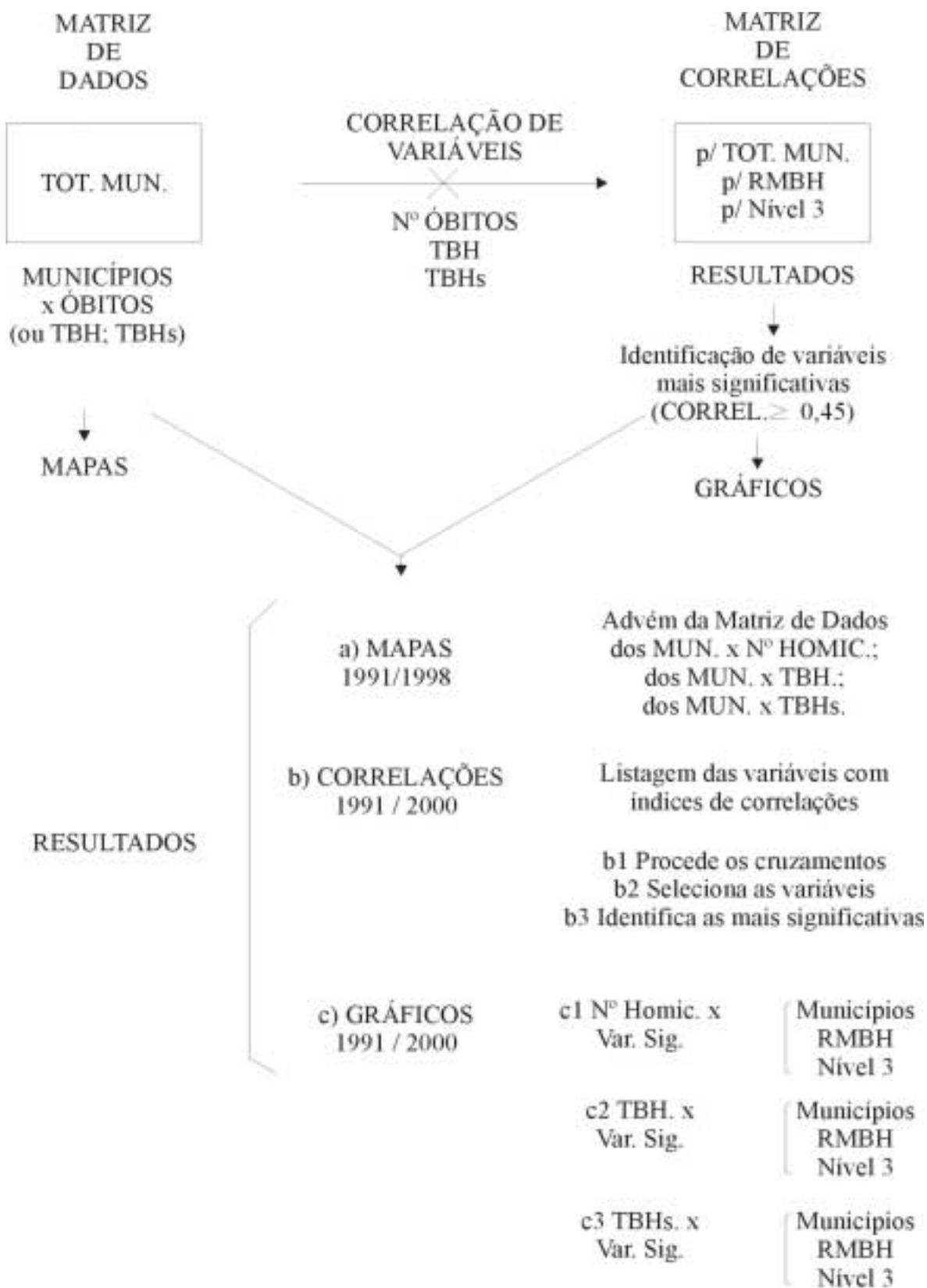


Figura 08 - Etapas do processo metodológico
Elaboração: A autora

3.3.2 Síntese do processo

Neste ponto constituiu-se o esquema acima, objetivando sintetizar os passos já pronunciados e percorridos no presente trabalho. Ou seja, após a construção da matriz de dados decorrentes das informações recolhidas no marco teórico, na demografia e nas orientações, buscou-se selecionar um grupo de variáveis, ao todo 35, elegendo as que melhor caracterizam a situação de homicídios nos municípios, e para os anos de 1991 e 2000. Uma vez que tais encaminhamentos, apesar de terem pontos em comum (variáveis, ocorrência de homicídios, TBH, TBHs), apresentam amplitudes diferenciadas, definiu-se após a montagem da matriz de dados, que eles seriam trabalhados em duas vertentes:

- na utilização do método estatístico da correlação(1991 e 2000);
- na geração cartográfica da situação de: ocorrência de homicídios, TBH e TBHs em 1991 e 1998.

Tendo-se estabelecido o banco de variáveis para os municípios nos dois momentos em questão, achou-se por bem hierarquiza-los, devido a grande heterogeneidade com que a distribuição de homicídios ocorre em diferentes municípios, como também o número de ocorrências zero ou de um evento raro, seguida de uns poucos casos com números significativamente altos de ocorrências. Desta forma, aplicou-se o padrão urbano, com os devidos ajustes às questões e propósitos desse trabalho, obtendo-se a classificação dos mesmos em seis níveis e nos termos da Tipologia do Padrão Urbano, conforme a Hierarquia de Regiões de Abreu et al. (2002b).

Uma vez obtido os seis níveis, passou-se ao pré-teste da correlação, cujos resultados obtidos geraram novas resoluções, quais foram:

- uma vez que não foram encontradas correlações com os municípios com baixo número de ocorrências (0 a 5 eventos), seus resultados não foram considerados na análise de correlação;
- optou-se ainda por desconsiderar o Nível 02 (grandes centros urbanos), por contar apenas com dois municípios, uma vez que a geografia sugere aplicar a correlação somente em situações iguais ou superior a 10 (COLE, 1972).

Dessa forma, definiu-se que aplicar o método das correlações nas variáveis relativas a RMBH e aos municípios do Nível 03, referentes aos anos de 1991 e 2000, sendo correlacionadas a:

- número de ocorrência de homicídios X variáveis);
- taxa bruta de homicídios (TBH) X variáveis);
- taxa bruta padronizada de homicídios (TBHs) X variáveis).

Isto resulta nas matrizes de correlação com vistas a caracterizar a situação de ocorrências de homicídios, de modo a explicá-las em relação ao rol de variáveis previamente selecionadas. Definiu-se ainda que o limite de confiança a ser considerado para as correlações é de 95 %, sendo os valores considerados significativos àqueles situados em $\geq 0,45$, positivo ou negativo.

A segunda vertente orienta-se para a geração dos mapas das ocorrências de homicídios, taxas brutas de homicídios e das taxas brutas padronizadas de homicídios para os anos de 1991 e 1998. Para realizá-los, contou-se inicialmente com o rigor dos cálculos para aferição das taxas. Entretanto, devido ao fato do DATASUS não ter disponibilizado até o presente momento os dados referentes a 2000, optou-se por realizar esta etapa considerando

as médias dos homicídios dos anos de 1990, 1991, 1992 e de 1997, 1998 e 1999, considerando, assim, para geração cartográfica, os anos de 1991 e 1998. Os mapas foram produzidos com base nas matrizes de dados de ocorrências de homicídios, na TBH e na TBHs, para os dois anos referidos, resultando em um total de seis mapas.

Para a geração dos cartogramas foram elaborados *rankings* com os valores em ordem decrescente, de modo a se obter listagens hierarquizadas dos municípios, com base nas quais, as classes foram estabelecidas, procurando-se, para tanto, por um conjunto de intervalos que melhor representasse as situações obtidas em termos de ocorrência de homicídios, TBH e TBHs. Para as representações espaciais adotam cartogramas coropléticos gerados utilizando-se o software MapInfo 6.0.

Tais informações foram trabalhadas em ambiente GIS (Sistema de Informação Geográficas), permitindo não somente o mapeamento de indicadores diversos, como o aprofundamento das questões em foco e a análise dos padrões espaciais (ABREU et. al., 2002b).

Esse delineamento metodológico destina-se a atender aos objetivos de caracterização dos homicídios, no que tange à discriminação das variáveis que estariam mais fortemente correlacionados com essa situação, em 1991 e em 1998.

Faz-se seguir a análise dos resultados obtidos.

4. RESULTADOS E ANÁLISES

Os resultados abrangem um conjunto de mapas relativos à situação dos municípios mineiros quanto a Óbitos por Homicídio, Taxa Bruta de Homicídios/TBH e Taxa Bruta Padronizada de Homicídios/TBHs, para os anos de 1991 e 1998, além das correlações relativas a Óbitos por Homicídio, TBH e TBHs, traduzidas em um conjunto de gráficos e respectivas listagens de variáveis significativas, neste caso para os anos de 1991 e 2000. Os mapas consideram um conjunto de classes obtidas de modo a melhor caracterizar a situação em cada ano, adotando-se os mesmos intervalos para 1991 e 1998, organizadas e numeradas em ordem decrescente, de modo que as classes superiores congregam os maiores valores, e vice-versa constituindo-se, para Óbitos por Homicídio, um total de cinco classes, enquanto para a TBH e a TBHs obteve-se um total de quatro classes.

As correlações, por sua vez, abrangem tanto o conjunto dos municípios do Estado, quanto os níveis hierárquicos adotados para esses municípios. Neste caso, foram identificadas aquelas variáveis que proporcionam um nível mais elevado de explicação da situação de homicídios em Minas Gerais. Desta forma, pode-se entender, pelos mapas, os níveis em que o homicídio se manifesta na unidade espacial, e, pelas correlações, os aspectos relacionados ao homicídio, ou seja, sua caracterização.

Quanto aos resultados das correlações, para o conjunto dos municípios de Minas Gerais, tomando-se como base as 35 variáveis selecionadas para os anos de 1991 e 2000, obteve-se, para óbitos por homicídio, um conjunto de 15 variáveis relevantes com seus respectivos níveis de correlação, respondendo por 42,85 % do total de variáveis e apresentando o mesmo elenco de variáveis para os dois anos trabalhados. No caso da RMBH, obteve-se, para óbitos por homicídio em 1991, um conjunto de 19 variáveis relevantes,

correspondendo a 54,28 % do total de variáveis, e, para o ano de 2000, um conjunto de 20 variáveis relevantes, respondendo por 57,14 % das variáveis. Com relação ao Nível 3, obteve-se, em 1991, para óbitos por homicídio um conjunto de nove variáveis relevantes, correspondendo a 25,71 % das variáveis e detectando-se, além disso, a ausência de correlações significativas ao nível fixado para o ano de 2000.

Para a TBH e a TBHs, foram consideradas também as variáveis que apresentaram correlações ≥ 45 , igualmente para os anos de 1991 e 2000, não se obtendo correlações relevantes para o conjunto dos municípios do Estado. Quanto aos resultados da TBH para a RMBH, obteve-se, para 1991, um conjunto de duas variáveis, correspondendo a 5,71 % do total e, para 2000, 14 variáveis correspondendo a 40 % do total. Com relação aos valores da TBHs para a RMBH, obteve-se, para 1991, cinco variáveis, correspondendo a 14,28 % do total, e, para 2000, 13 variáveis correspondendo a 37,14 % do total. Já para o N-3, em 1991 obteve-se ausência de variáveis significativas para a TBH. Já para a TBHs/1991 obteve-se neste caso nove variáveis, correspondendo a 25,71 % do total e ausência de variáveis significativas para o ano de 2000.

Considerou-se para análise todos os valores acima descritos e figurantes dos Quadros 5, 6, 7 e 8 e no item 4.2 (Correlações de 1991 e 2000).

Entretanto, o fato de os municípios integrantes dos níveis 4, 5 e 6 possuírem uma pequena população e, em sua grande maioria, apresentarem uma baixa ocorrência de óbitos por homicídios (permanecendo numericamente em *zero* ou em *uma* única ocorrência), isto os torna também alvo de reflexão neste trabalho, em vista do objetivo de se ampliar a compreensão de aspectos relacionados à ocorrência do homicídio. Neste sentido, tal reflexão tem por universo o panorama das ocorrências envolvendo tanto os municípios integrantes da RMBH, quanto àqueles que apresentam baixa incidência de óbitos por homicídios, que são priorizados neste caso, seguidos por aqueles municípios que apresentam níveis intermediários.

4.1 Análise dos Mapas: 1991 e 1998

4.1.1. Óbitos por homicídios

Em 1991, os municípios mineiros apresentaram uma grande variação quanto ao número de óbitos por homicídio, como pode ser visto no ANEXO B, com os *scores* variando de 359 óbitos, para o município de Belo Horizonte, a 0 (zero), para o município de Acaiaca, que é o primeiro, em ordem alfabética, de outros 196 municípios com a mesma média de óbitos.

Tais valores, vistos pela classificação adotada, resulta na composição apresentada na TABELA 01.

TABELA 01
OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS – 1991:
CLASSES E ABRANGÊNCIA

HOMICÍDIOS - 1991		Nº DE MUNICÍPIOS	%	% da POPULAÇÃO
Nº	INTERVALO			
1	20 ou mais	08	1	25
2	10 a 20	15	2	11
3	05 a 10	33	5	13
4	01 a 05	249	34	31
5	0 a 01	418	58	20

Fonte: DATASUS/ MAPA (1991)

A classe 01, englobando os municípios mais populosos, é constituída por 1 % dos municípios e 25 % da população estadual, incluindo Belo Horizonte, detentor da maior população dentre os municípios do Estado. As classes 02 e 03 apresentam, respectivamente, 2 % e 5 % da quantidade de municípios e 11 % e 13 % da população total. Segue-se a classe 04, com 34 % dos municípios e 31 % da população do Estado. A maioria dos municípios situa-se na classe 05 (58 % do total, correspondendo a 20 % da população estadual), sendo a que apresenta menor nível de ocorrências.

Observa-se, além disso, que a classe 01 engloba, entre outros, os municípios de Belo Horizonte, Contagem, Betim e Timóteo. Já na classe 02 encontram-se municípios populosos como Barbacena, Divinópolis, Itabira, Muriaé, Patrocínio, Ribeirão das Neves, Santa Luzia. Na classe 03 encontram-se os municípios de Araxá, Araguari, Cataguases, Coronel Fabriciano, Januária, Ibitité, Ipatinga, Ituiutaba, Nanuque, Nova Lima, Patos de Minas, Sabará, Santos Dumont e Várzea da Palma. Na classe 04 encontram-se os municípios de Alfenas, Bocaiúva, Bom Despacho, Brumadinho, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Curvelo, Diamantina, Esmeraldas, Igarapé, Itabirito, Itajubá, João Pinheiro, Montes Claros, Ouro Preto, Pará de Minas, Paracatu, Poços de Caldas, Ponte Nova, Rio Acima, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba. A classe 05 congrega a maioria dos municípios menos populosos, possuindo o maior número de municípios, bem como aqueles que apresentaram os menores registros de ocorrência de homicídios. Dentre eles ressaltam-se Corinto, Formiga, Frutal, Governador Valadares, Grão Mogol, Lavras, Leopoldina, Luz, Mariana, Pirapora, Pouso Alegre, São João del Rey, Três Corações, Unaí, Varginha, Viçosa. Para maiores informações ver o ANEXO H.

Na FIGURA 09, a representação espacial mostra onde e como se apresenta a situação dos homicídios no Estado.

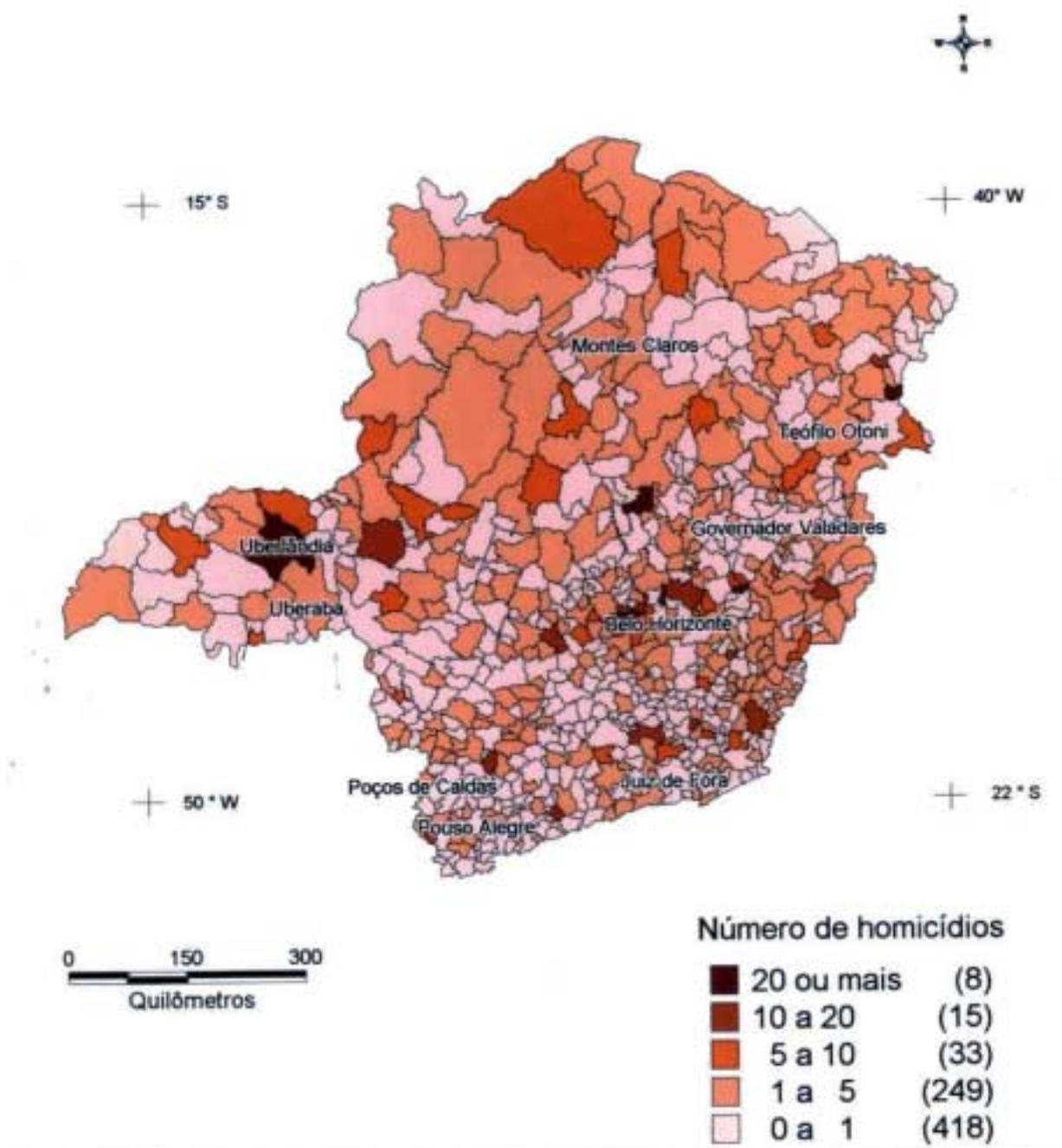


FIGURA 09 – HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS – 1991

FONTE: DATASUS – www.datasus.gov.br

Elaboração: PPGTIE – LAB 4

Para o ano de 1998, os valores indicam mais uma vez uma grande variação nos números de ocorrência de homicídios nos municípios mineiros, correspondendo o maior valor a 635, para o município de Belo Horizonte, e o menor a 0 (zero), para o município de Aguanil, o primeiro, em ordem alfabética, de um conjunto de 292 de mesma situação (ANEXO E). Os resultados estão sintetizados na TABELA 02 e mostrados no mapa da FIGURA 10.

TABELA 02
OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS – 1998:
CLASSES E ABRANGÊNCIA

HOMICÍDIOS - 1991		Nº DE MUNICÍPIOS	%	% da POPULAÇÃO
Nº	INTERVALO			
1	20 ou mais	10	1	29
2	10 a 20	11	1	7
3	05 a 10	27	3	12
4	01 a 05	217	26	27
5	0 a 01	588	69	25

Fonte: DATASUS/ MAPA (1998)

Nota-se, tal como em 1991, que a classe 01 abrange 1 % dos municípios e 29 % da população estadual, nela incluindo Belo Horizonte, detentor da maior população do Estado e apresentando o maior nível de homicídios, muito superior à dos demais municípios. A classe 02 representa 1 % dos municípios e 7 % da população estadual, enquanto a classe 03 apresenta 3 % dos municípios e 12 % da população estadual. Segue-se a classe 04 com 26 % dos municípios e 27 % da população do Estado. A maioria dos municípios, 69 % do total, correspondendo a 25 % da população estadual situa-se na classe 05, que é a que apresenta os menores números de ocorrências. O ranking dos municípios e sua respectiva população, por classe se encontra no ANEXO E.

Comparando os resultados de 1998 com 1991, verificou-se um aumento de municípios na classe 01, somando-se em 1998 dez municípios, quais sejam, Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano, na RMBH, além de Governador Valadares e Uberaba. A classe 02 engloba municípios de maior população e igualmente de maior nível de homicídios, como Araguari, Araxá, Barbacena, Itabira, Ituiutaba, Montes Claros, Patos de Minas, Patrocínio, Poços de Caldas e Pouso Alegre.

Já a classe 03 engloba, dentre outros, os municípios de Alfenas, Caeté, Divinópolis, Esmeraldas, Conselheiro Lafaiete, Frutal, Ipatinga, Itabirito, Leopoldina, Muriaé, Nova Lima, Pará de Minas, Paracatu, Sabará, Santos Dumont, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Três Corações e Unai. Na classe 04 encontram-se praticamente todas as cidades médias e centros emergentes, como Bocaiúva, Bom Despacho, Cataguases, Congonhas, Diamantina, Divinópolis, Formiga, Igarapé, Januária, João Pinheiro, Lavras, Luz, Mariana, Nanuque, Ouro Preto, Passos, Pirapora, Ponte Nova, Timóteo, Várzea da Palma e Viçosa. A classe 05, apesar de congrega municípios menos populosos, possui o maior número de municípios e os menores números de ocorrências de homicídios, destacando-se Corinto, Curvelo, Grão Mogol, e São João del Rey. Para maiores informações ver o ANEXO H.

Novamente, a maioria dos municípios do Estado encontram-se localizados nas classes inferiores, correspondendo aos níveis mais baixos de ocorrências de homicídios, enquanto que apenas alguns poucos (1 %) apresentam níveis mais elevados.

O cartograma da Figura 10 representa a situação de ocorrência de homicídios em 1998, permitindo compreender melhor a estrutura espacial dos homicídios.

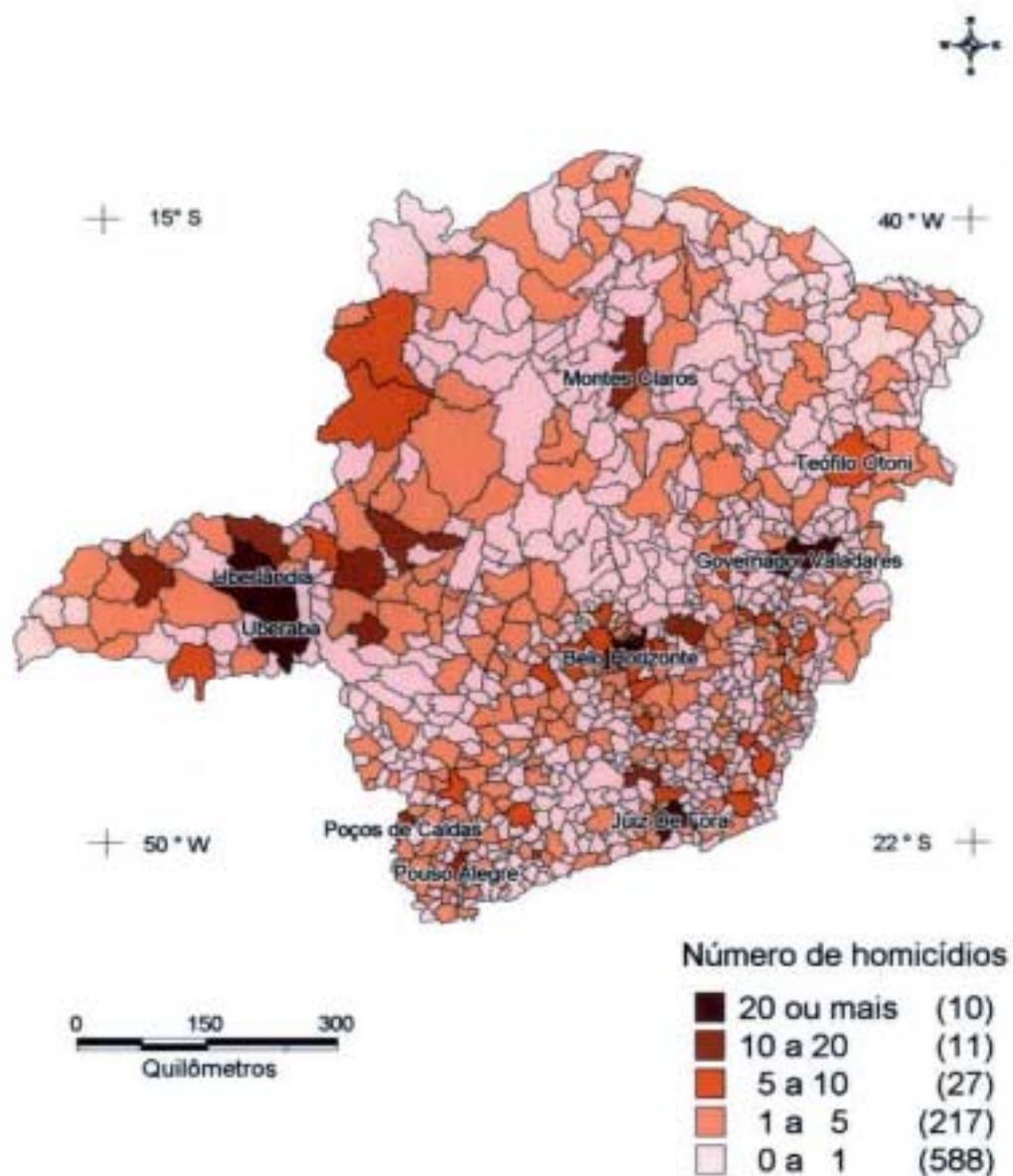


FIGURA 10 – HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS – 1998

FONTE: DATASUS – www.datasus.gov.br

Elaboração: PPGTIE – LAB 4

Observa-se que, em relação a 1991, ocorreu em 1998 uma reconfiguração da situação estadual, ocasionada por municípios que aumentaram sua participação quanto ao número de homicídios e de outros que apresentaram queda. Observa-se também um número semelhante de municípios nas duas classes superiores, com um aumento de integrantes da classe 01 (com um incremento de 25 %), enquanto que diminuem os indivíduos da classe 02 (27 %). A classe intermediária registrou uma queda no número de integrantes (18 %), o mesmo ocorrendo na classe 04 (13 %). Quanto à classe 05, observa-se um aumento expressivo do número de municípios, correspondendo a 170 novos integrantes, havendo, entretanto, que se considerar esse crescimento tanto em função da diminuição do número de ocorrências de homicídios verificados em alguns municípios (40 deles), quanto em função da criação de 130 novos municípios no Estado nesse intervalo temporal.

Entretanto, percebe-se uma alteração quanto à distribuição espacial das ocorrências, de modo que os maiores níveis, antes correspondentes a municípios da RMBH e a alguns casos dispersos pelo Estado, apresentam em 1998, um padrão onde pode ser notada uma clara divisão do Estado em duas partes, uma ao norte e outra ao sul, desenvolvendo-se o divisor desde o noroeste, de onde se orienta no sentido sudeste até o norte da RMBH, daí tomando a direção nordeste até atingir o município de Teófilo Otoni. Tal padrão já havia sido verificado anteriormente nos trabalhos de Abreu et al. (2002b), que identifica tal divisor, em relação ao desenvolvimento sócio-econômico, e o caracteriza como um “ramo de parábola”. Nessa divisão estadual, observa-se na porção norte a predominância de municípios pertencentes às classes 04 e 05, ou seja, com baixas ocorrências de homicídios, com exceção de Montes Claros, que pertence à classe 02. Na porção sul concentram-se os maiores níveis de ocorrência, destacando-se quatro aglomerações em que predominam municípios pertencentes às classes 01 e 02, localizados na RMBH, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no Sul de Minas e no sul da Zona da Mata (Juiz de Fora e entorno); além desses, verifica-se também

níveis de ocorrência mais elevados nos municípios de Governador Valadares e Itabira, estes no limite da divisão.

De modo geral, os municípios com níveis intermediários, classe 03, são encontrados no noroeste (Unai e Paracatu) e sudeste (Vale do Aço e Zona da Mata) do Estado, além do município de Teófilo Otoni. O restante do Estado apresenta níveis mais baixos, com maiores ocorrências de municípios correspondentes à classe 04 a oeste, sudoeste, leste e nordeste, enquanto que a classe 05 apresenta-se distribuída por todo o território estadual, com maiores concentrações de municípios na parte central e a oeste, sul, leste, noroeste e nordeste do Estado.

Com relação a 1991 e 1998, pode-se concluir que os municípios da RMBH, constituídos por Belo Horizonte, Betim e Contagem, como também outros centros como, Juiz de Fora, Governador Valadares, Uberaba, Teófilo Otoni, e Uberlândia concentram juntos mais de 70 % de todas as ocorrências do Estado e 23,2 % da população estadual em 1998. Logo, com relação à distribuição espacial, pode-se dizer que os homicídios se concentram principalmente na RMBH, no Triângulo Mineiro e em algumas das outras cidades mais populosas do Estado.

4.1.2 Taxa bruta de homicídios (TBH)

Para o ano de 1991, os valores correspondentes a cada município podem ser vistos no ANEXO C. De modo geral, constata-se uma grande variação entre os municípios mineiros, com os maiores valores correspondendo ao município de Passos (55), e o menor valor (0) correspondendo ao município de Acaiaca, bem como a outros 196 municípios.

Percebe-se que as variações das taxas são significativas, de modo que procurou-se com os intervalos adotados representar melhor tal variação, resultando em um conjunto de 04 (quatro) classes, organizadas e numeradas de modo decrescente, de maneira a representar igualmente os níveis das taxas de homicídios, ou seja, quanto mais elevada a taxa, maior o nível de homicídios verificado, e vice-versa. Tal composição encontra-se discriminada na TABELA 03.

Nota-se também uma considerável alteração na hierarquia dos homicídios, quando se compara o número de óbitos com a TBH. Isto significa que, apesar dos homicídios se concentrarem nos municípios mais populosos, o risco de ocorrência deste tipo de óbitos não segue necessariamente, este padrão.

TABELA 03
TAXA BRUTA DE HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS – 1991:
CLASSES E ABRANGÊNCIA

TBH (por 100 mil)		Nº DE MUNICÍPIOS	%	% da POPULAÇÃO
Nº	INTERVALO			
1	20 ou mais	55	8	8,3
2	10 a 20	188	26	36,9
3	05 a 10	189	26	23,6
4	01 a 05	291	40	30,7

Fonte: DATASUS/MAPA (1991)

A classe 01, constituída pelas maiores taxas, congrega 8 % dos municípios, correspondendo a 8,3 % da população do Estado. No conjunto da situação estadual, percebe-se que as taxas mais elevadas correspondem a um número pequeno de municípios, enquanto que as menores taxas se relacionam a um número significativo de municípios do Estado. As classes 02 e 03, correspondendo aos níveis intermediários, englobam quantidades

equivalentes de municípios (cerca de 26 %), correspondendo, respectivamente, a 36,9 % e a 23,6 % da população do Estado. A maioria dos municípios (cerca de 40 % do total, correspondendo a 30,7 % da população estadual) situa-se na classe 04, que representa o menor nível de TBH.

Com relação ao conjunto dos municípios, destacam-se na classe 01, Contagem, Nanuque, Nova Lima, Pará de Minas, Patos de Minas, Ponte Nova, Sete Lagoas e Três Corações; na classe 02, Barbacena, Belo Horizonte, Betim, Barbacena, Brumadinho, Cataguases, Divinópolis, Esmeraldas, Frutal, Ibirité, Itabira, Januária, João Pinheiro, Luz, Mateus Leme, Muriaé, Poços de Caldas, Santa Luzia, Timóteo, Várzea da Palma, Vespasiano e Viçosa; na classe 03, encontram-se praticamente todas as cidades médias e centros emergentes como, Alfenas, Araxá, Araguari, Bocaiúva, Caeté, Congonhas, Diamantina, Formiga, Igarapé, Itabirito, Leopoldina, Montes Claros, Ouro Preto, Passos, Patrocínio e Unai.; na classe 04, Bom Despacho, Conselheiro Lafaiete, Corinto, Curvelo, Governador Valadares, Grão Mogol, Ipatinga, Lavras, Mariana, Paracatu, Pirapora, Pouso Alegre, Sabará, Santos Dumont, São João del Rey, Uberaba. Para maiores informações ver o ANEXO H. Na FIGURA 11, a representação espacial da TBH mostra onde e como tais taxas se apresentam.

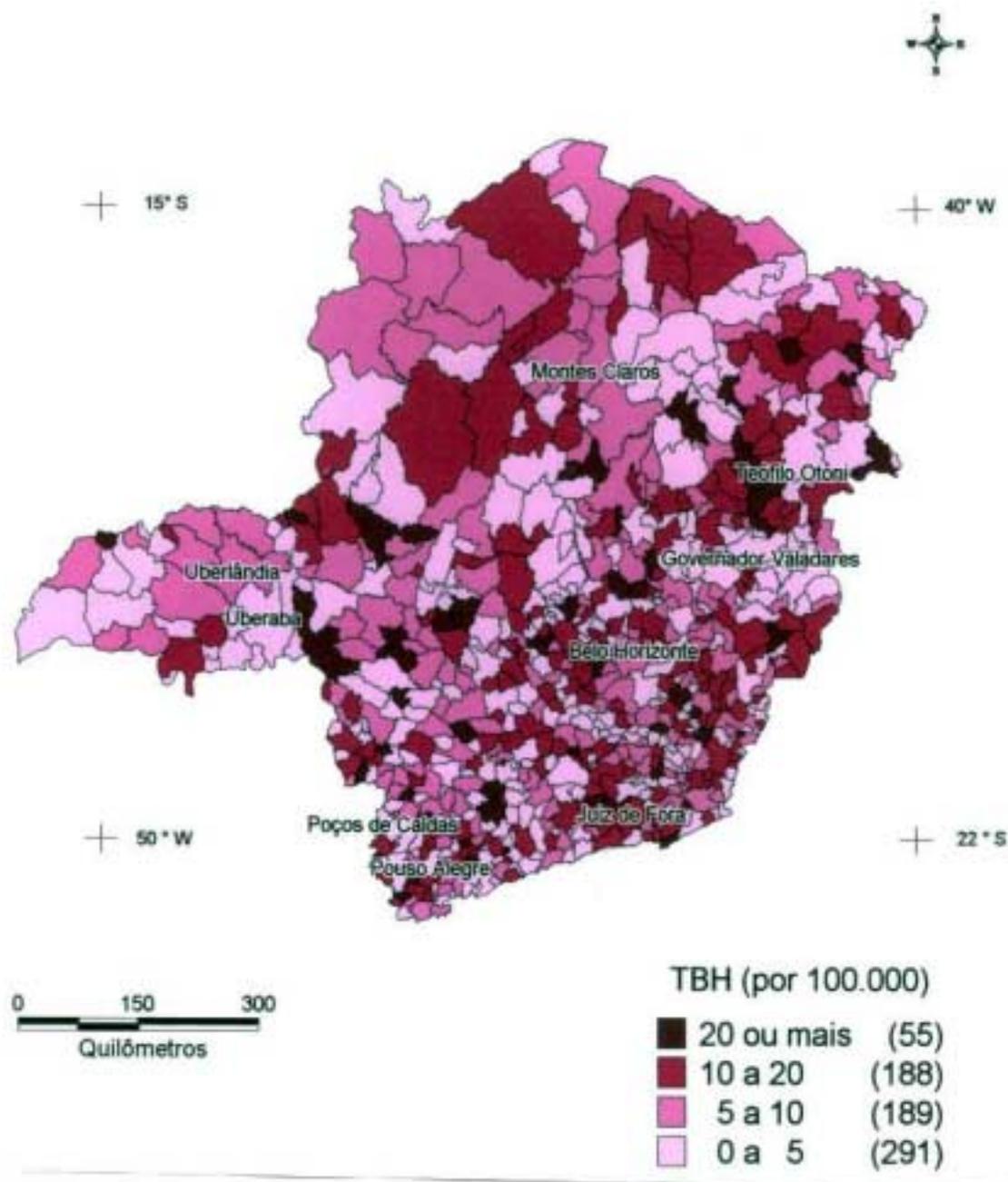


FIGURA 11 – TAXA BRUTA DE HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS – 1991

FONTE: DATASUS – www.datasus.gov.br

Elaboração: PPGTIE – LAB 4

Ressalta-se, neste caso, uma situação pouco homogênea, com os níveis mais elevados ocorrendo preponderantemente numa larga faixa que vai do Alto Paranaíba até o Jequitinhonha-Mucuri e que envolve toda a porção sul do Estado, sendo que as diversas classes se apresentam em conjuntos relativamente uniformes de municípios, disseminados por todo o Estado. Nesses conjuntos, as maiores taxas ocorrem preponderantemente na RMBH e entorno, vale do Jequitinhonha, Teófilo Otoni e entorno, Caratinga e entorno, norte da Zona da Mata, Juiz de Fora e entorno, Lavras e extremo sul de Minas, Passos e entorno, Bom Despacho e entorno, Patos de Minas e entorno. Os valores intermediários encontram-se igualmente disseminados por todo o Estado, notadamente em Unai e entorno, Uberlândia e entorno, Alfenas e entorno, Ouro Preto e entorno, Montes Claros e entorno. Já as menores taxas são encontradas em Grão Mogol e entorno, Corinto e entorno, Governador Valadares e entorno, Paracatu e entorno, Uberaba e entorno, Iturama e entorno, Itaguara e entorno, São João del Rey e entorno.

Também para 1998, são calculados os valores representativos dos níveis ou intensidades da TBH para cada município, que podem ser vistos no ANEXO F. De modo geral, os valores relativos às taxas de homicídios indicam uma grande variação entre os municípios mineiros, com os resultados variando de 97,53, obtido para Pedro Teixeira, a 0,00, verificado para o município de Aguanil e outros 292 municípios. Com base nesse *ranking* foi feita a divisão das classes, assim como em 1991, de modo que as classes superiores representam níveis maiores de homicídios e vice-versa, de acordo com a gradação estabelecida, resultando em um conjunto de quatro classes, organizadas e numeradas de modo decrescente. Tal composição encontra-se discriminada na TABELA 04.

TABELA 04
TAXA BRUTA DE HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS – 1998:
CLASSES E ABRANGÊNCIA

TBH (por 100 mil)		Nº DE MUNICÍPIOS	%	% da POPULAÇÃO
Nº	INTERVALO			
1	20 ou mais	37	4,3	20,6
2	10 a 20	165	19,3	22,4
3	05 a 10	213	25	27,2
4	01 a 05	438	51,3	29,8

FONTE: DATASUS/MAPA (1998)

Nota-se, neste ano, que 20,6 % da população do Estado, correspondente a 37 municípios (4,3 %), vive situações onde a TBH é elevada, indicando maior probabilidade de sofrer vitimização do que todas as demais que residem nos outros municípios. À classe 02, ainda que apresentando taxas elevadas, embora inferiores às da classe 01, corresponde a 22,4 % da população estadual, residente em 165 municípios (19,3 %), enquanto que na classe 03 encontra-se 27,2 % da população, distribuída em 213 municípios (25 %). Já a classe 04, que é a de menor nível, congrega a maioria dos municípios do Estado (cerca de 51,3 % do total), correspondendo a 29,8 % da sua população.

Quanto à localização, destacam-se na classe 01 os municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibirité, Governador Valadares, Luz. A classe 02 engloba municípios de maior população e igualmente de maior nível de TBH por municípios como, Alfenas, Araguari, Araxá, Barbacena, Brumadinho, Caeté, Esmeralda, Frutal, Igarapé, Itabira, Itabirito, Ituiutaba, Leopoldina, Pará de Minas, Patos de Minas, Patrocínio, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Santos Dumont, Uberaba, Várzea da Palma e Vespasiano. Portanto, é notório o aumento do risco de morte na RMBH e em vários pólos regionais, relativamente populosos.

Na classe 03, encontram-se quase todas as cidades médias e centros emergentes, correspondendo a baixas taxas brutas de homicídios, destacando-se os municípios de Bom Despacho, Divinópolis, Januária, João Pinheiro, Mariana, Montes Claros, Muriaé, Nova Lima, Paracatu, Poços de Caldas, Sabará; Teófilo Otoni, Três Corações, Unai e Viçosa; na classe 04 encontram-se praticamente todas as menores cidades, congregando o maior número de municípios com menores níveis de TBH, destacando-se Cataguases, Corinto, Curvelo, Diamantina, Formiga, Grão Mogol, Lavras, Nanuque, Ouro Preto, Pirapora, Ponte Nova, Rio Acima e São João del Rey, Sete Lagoas. Para maiores informações ver o ANEXO H.

A distribuição espacial da TBH é apresentada na FIGURA 12, representando o Estado com o conjunto de seus municípios.

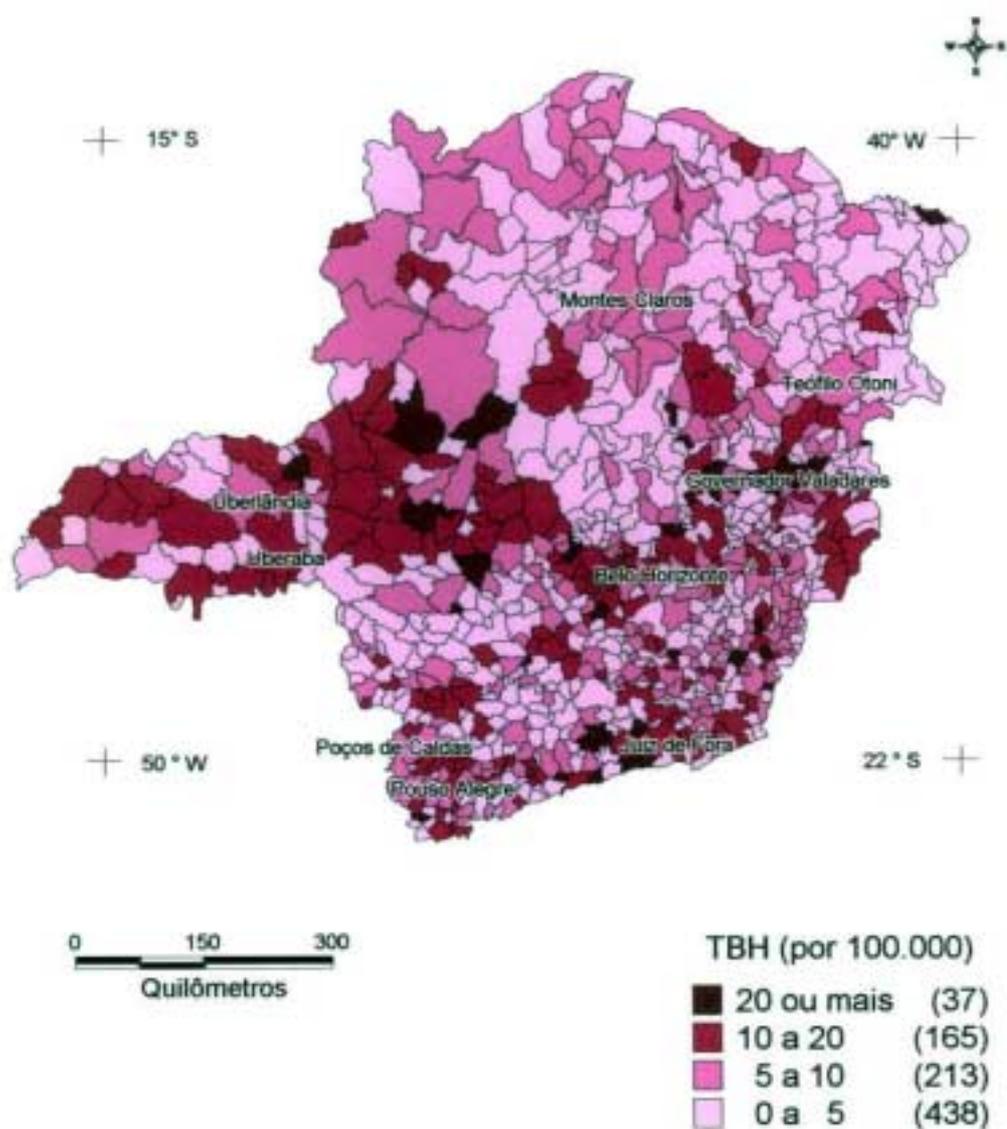


FIGURA 12 – TAXA BRUTA DE HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS – 1998
FONTE: DATASUS – www.datasus.gov.br
Elaboração: PPGTIE – LAB 4

Comparando-se os dois momentos, 1991 e 1998, verifica-se uma grande alteração nos padrões espaciais, configurando o Estado em 1998 uma realidade diferente. Neste caso, ressalta, primeiramente, os baixos níveis apresentados pelos municípios do norte do Estado, enquanto os maiores valores encontram-se nos municípios do sul, ou seja, verifica-se desde já a citada divisão estadual em duas realidades distintas, conforme descrito anteriormente.

Pode-se também verificar uma faixa bem definida formada por municípios integrantes das classes 01 e 02, ao longo do eixo W-E, indo do Triângulo Mineiro ao Rio Doce e passando pela RMBH. Verificam-se também outros padrões de ocorrências, formado por aglomerados de municípios, no alto Jequitinhonha, Manhuaçu e entorno, parte leste da Zona da Mata, Juiz de Fora e entorno, Oliveira e entorno, Alfenas e entorno, entorno de Pouso Alegre e extremo sul de Minas. Os municípios da classe 03 encontram-se disseminados por todo o Estado, o mesmo acontecendo com os da classe 04, destacando-se, neste caso, faixas correspondentes ao vale do Jequitinhonha, parte central do Estado, Pirapora e municípios a noroeste, Sul do Rio Doce, Lavras e entorno, além de uma faixa a sudoeste, desde São Sebastião do Paraíso até Itapeçerica.

Comparando-se a situação da TBH em 1991 e 1998, pode-se dizer que:

- houve uma reorganização na distribuição da TBH no Estado, verificando-se em 1998 configurações segundo uma divisão norte-sul, com o norte apresentando valores mais baixos e o sul valores mais elevados, bem como a presença de uma faixa E-W com valores mais elevados;
- houve um decréscimo da TBH no norte do Estado e vale do Jequitinhonha, Ponte Nova e entorno, Lavras e entorno, e também na faixa que vai de Itapeçerica a São Sebastião do Paraíso, segundo o eixo Belo Horizonte-Ribeirão Preto;
- houve uma elevação dos níveis da TBH no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e Governador Valadares e entorno, como também no Sul de Minas;

- houve um aumento de índices elevados na RMBH e em Juiz de Fora e entorno. Por isso é que é mais importante analisar a população nas classes e não o número de municípios.

Entretanto, sabe-se que regiões pouco desenvolvidas são menos atrativas devido aos baixos níveis de desenvolvimento e carências em infra-estrutura, educação e saúde, apresentando renda *per capita* baixa, falta de emprego e de mão de obra especializada, dentre outras, gerando condições muitas vezes adversas quanto às condições de vida da população. Pontua-se ainda, que, para as comparações desta taxa, é necessário manter as devidas reservas, uma vez que, ao serem calculadas, não leva em conta as faixas etárias dos dois extremos (crianças e longevos), como se verá no caso da TBHs.

4.1.3 Taxa bruta padronizada de homicídios (TBHs)

Para a TBHs em 1991, são calculados os valores representativos dos níveis de óbitos por homicídios para cada município, que podem ser vistos no ANEXO D. De modo geral, os valores relativos às taxas de homicídios indicam uma grande variação entre os municípios mineiros, de modo que, foram hierarquizados em ordem decrescente. Neste caso, os resultados variam de 48,13, para o município de Passa Vinte, a 0,00, para Abre Campo e outros 260 municípios com o mesmo valor. Percebe-se que as variações das taxas são significativas, procurando-se, com os intervalos de classe, representar melhor tal variação, resultando em um conjunto de quatro classes, organizadas e numeradas de modo decrescente, de maneira a representar igualmente os níveis das taxas de homicídios, ou seja, quanto mais

elevada a taxa maior o nível de homicídios verificado, e vice-versa. Tal composição encontra-se discriminada na TABELA 05.

TABELA 05
TAXA BRUTA PADRONIZADA DE HOMICÍDIOS EM MINAS GERAIS – 1991:
CLASSES E ABRANGÊNCIA

TBH (por 100 mil)		Nº DE MUNICÍPIOS	%	% da POPULAÇÃO
Nº	INTERVALO			
1	20 ou mais	31	4,3	3
2	10 a 20	111	15,4	30
3	05 a 10	173	23,9	25
4	01 a 05	408	56,4	42

FONTE: DATASUS/MAPAS (1991)

A classe 01 corresponde às maiores taxas e congrega 4,3 % dos municípios e 3 % da população estadual, seguida pela classe 02, que engloba 15,4 % dos municípios e 30 % da população do Estado. A classe 03, por sua vez, responde por 23,9 % dos municípios e 25 % da população estadual. A maioria dos municípios, 56,4 % do total, situa-se na classe 04, que é a que apresenta os menores níveis da TBHs, abrangendo uma população correspondente a 42 % do conjunto estadual.

Quanto aos municípios, observou-se na classe 01, Passos. Na classe 02, encontra-se a maioria dos municípios mais populosos, como Belo Horizonte, Betim, Contagem, Frutal, Ipatinga, Ibité, Itabira, Luz, Mariana, Nanuque, Pirapora, Ponte Nova, Ribeirão das Neves, Sabará, Santos Dumont, Santa Luzia e Sete Lagoas. Na classe 3, encontram-se praticamente todas as cidades médias e centros emergentes, destacando-se Barbacena, Caeté, Esmeraldas, Cataguases, Congonhas, Formiga, Itabirito, João Pinheiro, Montes Claros, Muriaé, Nova Lima, Ouro Preto, Paracatu, Patrocínio, Rio Acima, Teófilo Otoni e Viçosa. Na classe 4

encontram-se praticamente todos os municípios de menor população, destacando-se Alfenas, Araguari, Araxá, Bocaiúva, Bom Despacho, Brumadinho, Conselheiro Lafaiete, Corinto, Curvelo, Divinópolis, Governador Valadares, Grão Mogol, Ituiutaba, Lavras, Leopoldina, Ouro Preto, Pará de Minas, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São João del Rey, Três Corações, Uberaba e Unaí. Para maiores informações ver o ANEXO H.

A distribuição espacial da situação da TBHs pode ser melhor vista na FIGURA 13.

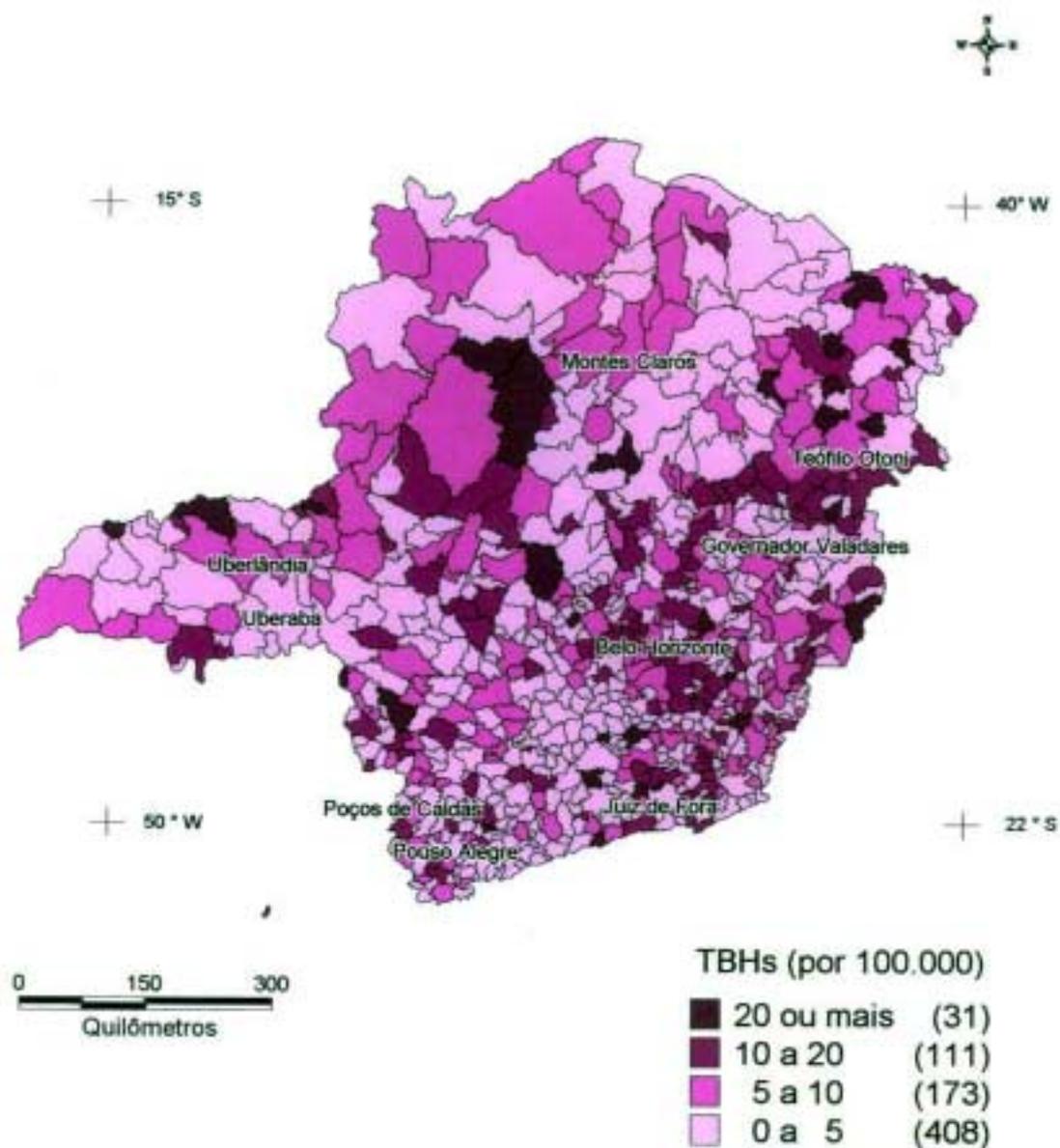


FIGURA 13- TAXA BRUTA HOMICÍDIOS PADRONIZADA NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS - 1991

FONTE: DATASUS - www.datasus.gov.br

ELABORAÇÃO: PPGTIE - LAB 4

Em 1991, pode-se verificar que os valores mais elevados, referentes às classes 01 e 02, correspondem a uma faixa contínua de municípios que abrange toda a porção leste do Estado, estendendo-se desde o sul da Zona da Mata, seguindo na direção norte através de Viçosa, Ponte Nova e Mariana e atingindo a RMBH, Itabira e João Monlevade, daí seguindo por Guanhães e norte do Rio Doce até o vale do Jequitinhonha. Apesar de congregarem valores mais elevados, observa-se nessa faixa que municípios mais populosos, como Juiz de Fora e Governador Valadares, apresentam níveis inferiores, correspondentes à classe 04; mesmo o Vale do Aço apresenta-se também na mesma classe, à exceção de Ipatinga, pertencente à classe 02. Além dessa grande faixa, valores mais elevados são também encontrados em uma faixa de municípios a noroeste, onde se destacam Buritizeiro, Pirapora, Pompéu e Bom Despacho, como também alguns municípios nas vizinhanças de Passos, no Sul de Minas e Triângulo Mineiro. Os municípios correspondentes à classe 03 encontram-se disseminados por todo o Estado, formando principalmente agrupamentos periféricos àqueles de maiores taxas. Quanto à classe 04, podem ser notadas grandes áreas no norte, Triângulo Mineiro, centro-sul (mancha que vai de Divinópolis a São João Del Rey), Sul de Minas, além do extremo noroeste e das já citadas áreas de Governador Valadares e entorno e de Juiz de Fora e sul da Zona da Mata; nesta classe encontram-se praticamente todos os municípios de menor população, enquanto Governador Valadares destaca-se por ser uma exceção.

Já com relação a 1998, são calculados os valores da TBHs para cada município, que podem ser vistos no ANEXO G. De modo geral, tais valores indicam uma grande variação entre os municípios mineiros, com resultados que vão de 91,82, para Pequerí, a 0,00, para Aguanil e outros 298 municípios, de modo que as classes superiores representam níveis maiores de homicídios e vice-versa, de acordo com a gradação estabelecida. Procurou-se novamente representar as classes por intervalos mais significativos e em consonância com o

ano de 1991, o que resultou em um conjunto de quatro classes, organizadas e numeradas de modo decrescente, conforme pode ser visto na TABELA 06.

TABELA 06
TAXA BRUTA PADRONIZADA DE HOMICÍDIOS DE MINAS GERAIS – 1998:
CLASSES E ABRANGÊNCIA

TBH (por 100 mil)		Nº DE MUNICÍPIOS	%	% da POPULAÇÃO
Nº	INTERVALO			
1	20 ou mais	26	3	21
2	10 a 20	154	18	18
3	05 a 10	211	25	23
4	01 a 05	462	54	38

FONTE: DATASUS/MAPA (1998)

A classe 01, constituída pelas maiores taxas, corresponde a 3 % dos municípios e a 21 % da população estadual. Já a classe 02 engloba 18 % dos municípios e 18 % da população do Estado. A classe 03 contém 25 % dos municípios do Estado, congregando 23 % da população. A maioria dos municípios (54 %), correspondendo a 38 % da população estadual, situa-se na classe 04, que é a que apresenta os menores níveis de TBHs. Nota-se que 21 % da população estadual reside nos 26 municípios onde a TBHs é mais alta, indicando maior risco de vitimização que aquela que reside nos demais municípios do Estado, o que afeta diretamente a esperança de vida ao nascer desses municípios de maior risco, uma vez que os ganhos relativos aos primeiros anos de vida que vêm ocorrendo no decorrer do tempo, são consumidos pelas altas taxas de homicídio verificadas na faixa da população jovem, o que dificulta parcelas significativas da população de atingirem faixas superiores de idade.

As maiores taxas padronizadas ocorrem principalmente em municípios da RMBH e em alguns pólos, como Governador Valadares, Uberlândia, o que significa que o impacto dos

homicídios no nível geral de mortalidade é maior nos locais onde há maior contingente populacional. Exceção, nesse caso, são os municípios de Uberaba e Juiz de Fora que apesar de apresentarem ligeiro crescimento, mantiveram-se nos patamares mais baixos.

Quanto aos municípios, destacam-se, na classe 01 Belo Horizonte, Betim, Contagem, Esmeraldas, Governador Valadares, Ibitiré, Passos. Na classe 02, destacam-se os municípios de Alfenas, Araxá, Brumadinho, Frutal, Itabirito, Ituiutaba, Luz, Mariana, Paracatu, Pará de Minas, Patrocínio, Ponte Nova, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Santos Dumont e Viçosa. Na classe 03 destacam-se os municípios de Araguari, Barbacena, Divinópolis Barbacena, Bocaiúva, Bom Despacho, Igarapé, Januária, João Pinheiro, Muriaé, Nova Lima, Poços de Caldas, Sabará, Teófilo Otoni, Timóteo, Uberaba. Na classe 04 encontra-se a maioria dos municípios de menor população, destacando-se Caeté, Cataguases, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Corinto, Curvelo, Diamantina, Formiga, Grão Mogol, Ipatinga, Lavras, Leopoldina, Montes Claros, Nanuque, Ouro Preto, Patos de Minas, Pirapora, Pouso Alegre, Rio Acima, São João del Rey, Sete Lagoas, Três Corações, Unai, Várzea da Palma e Vespasiano. Para maiores informações ver o ANEXO H.

A representação espacial da FIGURA 14 mostra a situação da TBHs no Estado, privilegiando o conjunto dos municípios.

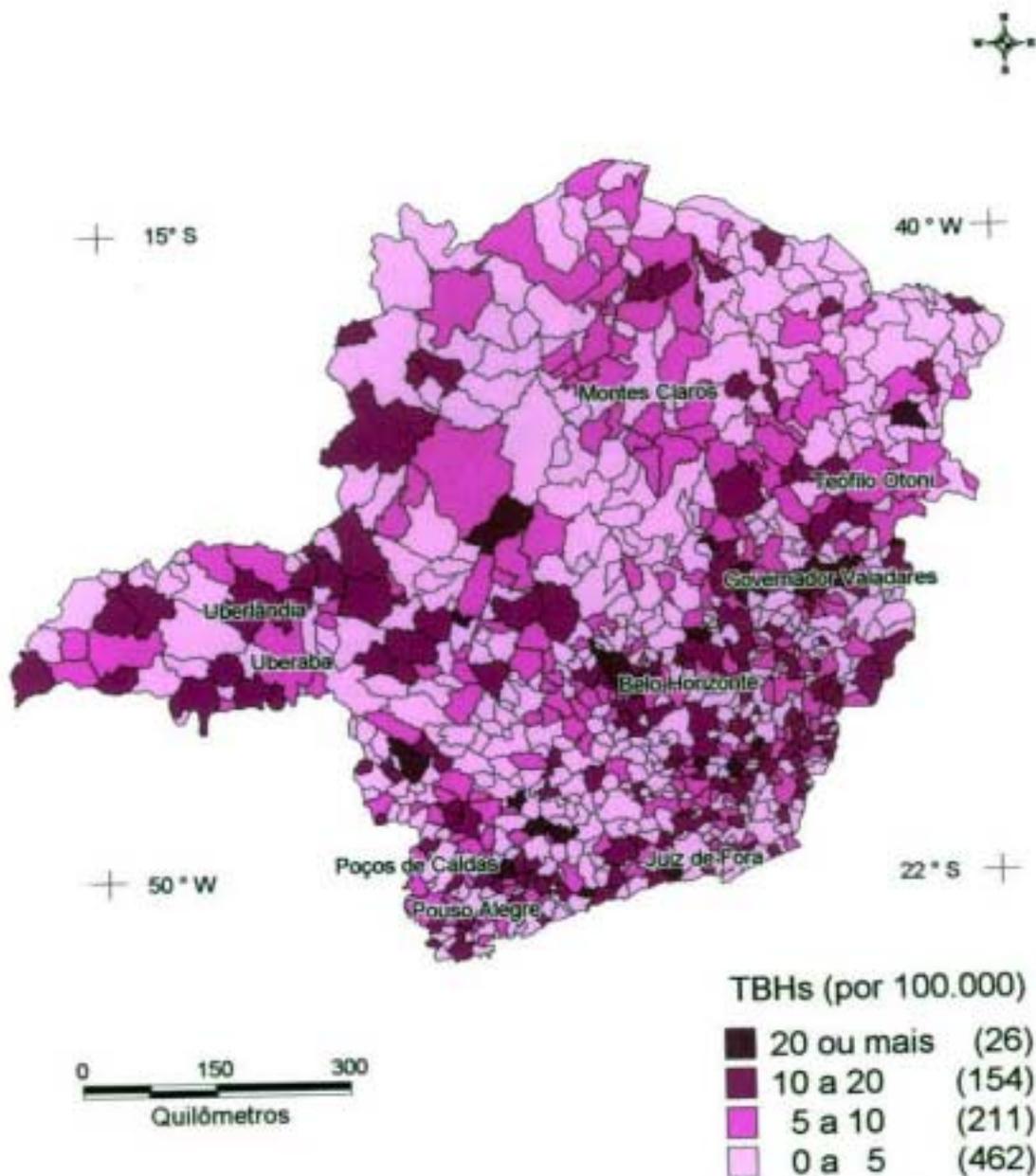


FIGURA 14- TAXA BRUTA DE HOMICÍDIOS PADRONIZADA NOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS - 1998

FONTE: DATASUS - www.datasus.gov.br

ELABORAÇÃO: PPGTIE - LAB 4

Inicialmente, percebe-se uma mudança significativa em 1998, com a reconfiguração da distribuição da TBHs, traduzida pela divisão do Estado em dois blocos, norte e sul, também verificadas nos casos precedentes neste mesmo ano, predominando ao norte municípios com taxas mais baixas, principalmente aqueles situados na classe 04, enquanto que o bloco sul congrega a quase totalidade dos municípios situados nas classes 01 e 02.

Com relação a estas classes, são notadas três grandes áreas, situando-se a maior delas no centro-leste, indo desde a Zona da Mata até a circunvizinhança de Teófilo Otoni e abrangendo igualmente a RMBH; verifica-se ainda um aglomerado significativo a sudoeste, abrangendo desde o entorno de Passos às vizinhanças de Juiz de Fora, até o extremo sul do Estado, como também um outro aglomerado correspondente ao Triângulo Mineiro. Encontram-se ainda, alguns casos isolados a noroeste, norte e nordeste do Estado.

Quanto à classe 03, observa-se a ocorrência de municípios tanto mesclados nas três áreas de maiores valores já descritas, como, além dessas, uma grande área no norte do Estado, correspondendo ao entorno do município de Montes Claros, e alguns municípios no extremo norte. Já com relação à classe 04, observa-se três grandes áreas de predominância, correspondendo a primeira ao nordeste do Estado, englobando o vale do Jequitinhonha e parte do Norte de Minas, a segunda a uma faixa com direção SE-NW estendendo-se desde o norte da RMBH até Unaí, e a terceira, igualmente na mesma direção, estendendo-se de São João del Rei às circunvizinhanças de Uberaba.

Na análise do conjunto da TBHs nos municípios, percebe-se que uma pequena maioria congrega as maiores taxas (ou seja, cerca de 3 %) enquanto os restantes possuem um montante diluído em taxas menores, correspondendo aos municípios com *uma* ocorrência ou com *zero* ocorrência de homicídios. Em seguida observa-se que os níveis mais altos e os mais baixos concentram-se em blocos distintos, com os primeiros concentrando-se nas grandes áreas a leste, sul e oeste (Triângulo), enquanto os últimos caracterizam áreas a nordeste,

centro e sudeste. Quanto aos demais, encontram-se espalhados ao norte, leste, centro e sul, em faixas onde predomina o eixo NW-SE, diluindo-se na direção oeste (Triângulo).

É de se ressaltar a situação de um conjunto de municípios do Triângulo e Alto Paranaíba, no eixo Uberlândia-Patrocínio (incluindo estes) que passaram da classe 03 para a classe 02 no período, indicando a formação de um bolsão de violência nessa região. O mesmo é observado com Governador Valadares, que passa da classe 04, em 1991, para a classe 01, em 1998, indicando um aumento substancial da violência nessa área e com Teófilo Otoni, que passa da classe 03, em 1991, para a classe 02, em 1998.

De modo geral, ao se comparar os anos de 1991 e 1998, pode-se dizer, quanto a TBHs:

- houve uma mudança quanto à organização da distribuição dos níveis, verificando-se em 1998 uma divisão do Estado em dois blocos, norte e sul, com o norte apresentando valores mais baixos, o sul com valores mais elevados, destacando-se três grandes áreas onde predominam valores mais elevados;
- houve um decréscimo dos níveis nos municípios do centro e norte do Estado, vale do Jequitinhonha e Alto Paranaíba;
- houve um acréscimo dos níveis do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Sul de Minas, parte norte da Zona da Mata, RMBH e Governador Valadares e entorno;
- houve a manutenção de índices mais baixos na faixa que vai de São João Del Rey à circunvizinhança de Uberaba, como também em Juiz de Fora e entorno;
- em suma, a análise por número de ocorrências, TBH e TBHs mostram que o número de homicídios está diretamente relacionado ao tamanho da população, como era de se esperar, sendo que o risco de vitimização segue exatamente este padrão. Quanto aos níveis de mortalidade causada por homicídios chama a atenção o agravamento da violência na RMBH e pólos regionais, inclusive com impacto na esperança de vida ao nascer, como pode ser inferido a partir da análise das TBHs.

4.2 Correlações de 1991 e 2000

O primeiro conjunto de correlações refere-se aos municípios/MG, para o ano de 1991, cujos resultados se encontram sumarizados no QUADRO 05.

QUADRO 05: CORRELAÇÕES ALTAS X OCORRÊNCIA DE ÓBITOS POR MUNICÍPIO – MINAS GERAIS - 1991/2000

Número da Variável	Descrição da Variável	Valor 1991	Valor 2000
VAR 29	Densidade populac. do Mun.	0,917	0,875
VAR 07	População de 15 a 64 anos	0,979	0,961
VAR 06	População Menor de 15 anos	0,969	0,945
VAR 09	Homens de 15-39 anos	0,883	0,958
VAR 10	Mulheres de 15-39 anos	0,889	0,961
VAR 17	Total de Homens	0,975	0,955
VAR 18	Total de Mulheres	0,978	0,961
VAR 19	População Urbana	0,891	0,962
VAR 08	População acima de 65 anos	0,968	0,96
VAR 15	População Total	0,977	0,958
VAR 24	População Amarela	0,813	0,907
VAR 22	População Branca	0,865	0,943
VAR 26	População Indígena	0,799	0,854
VAR 25	População Parda	0,874	0,95
VAR 23	População Negra	0,848	0,947

FONTE: Correlações das variáveis/Programa da Pós-graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas

Nas correlações obtidas para o ano de 1991, relacionadas ao conjunto dos municípios do Estado, obteve-se 15 variáveis significativas, sendo uma relativa à densidade da população e 14 (quatorze) referentes a sexo, raça, renda, escolaridade e razão de dependência,

apresentando a maioria delas níveis altos de correlação com óbitos por homicídios. Entretanto, com relação à TBH e TBHs, estas variáveis apresentam baixos níveis de correlação, com variação de 0,21 a 0,27 de modo que, apesar dos altos índices de correlação obtidos para óbitos por homicídios, esses valores, para fins comparativos, guardam certas reservas, uma vez que as taxas que balizam os resultados, no que diz respeito ao fornecimento de parâmetros de confiabilidade, encontram-se aquém do nível mínimo fixado ($\geq 0,45$) ou mesmo do apontado estatisticamente. Tais resultados podem ser melhor verificados na FIGURA 15.

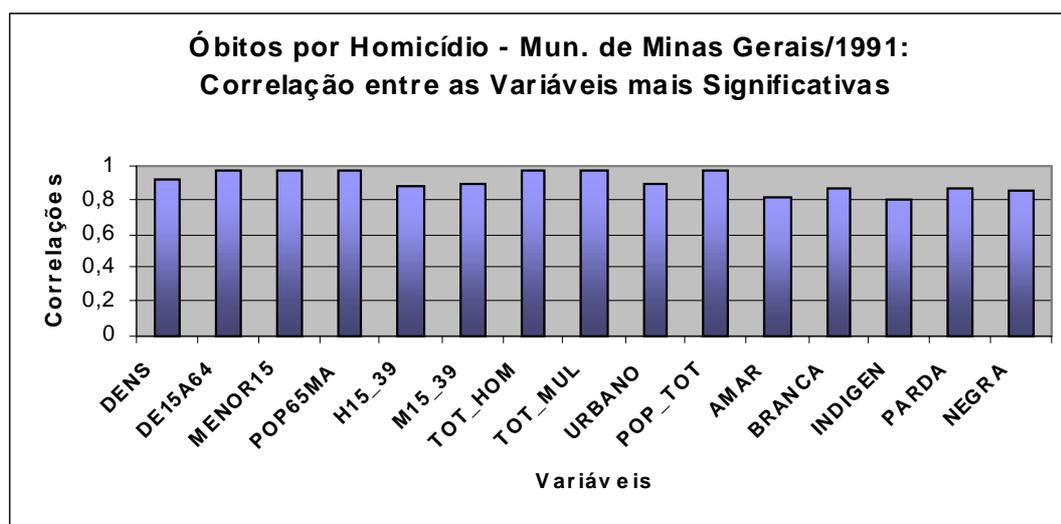


FIGURA 15 - MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS/1991 - ÓBITOS POR HOMICÍDIOS
Fonte: TIE-PUCMINAS

Assim sendo, das 35 variáveis correlacionadas em 1991, destacam-se 15 variáveis que obtiveram correlações altas com óbitos por homicídios, assim descritas. A população na faixa etária de 15 a 64 anos apresentam uma correlação alta ao nível de 97,9 %, ou seja, considerando o nível de confiança de $\geq 0,95$, em cada 100 casos, apenas 5 (cinco) não

encontraram correlações significativas, com a ocorrência de homicídios. Isto se faz seguir da correlação⁴³ com a faixa etária menor de 15 anos, que se apresenta também alta, correspondendo a 96,9 %, bem como para a faixa etária acima de 65 anos, correspondendo a 96,8 %.

Percebe-se que as variáveis por sexo na faixa entre 15-39 anos apresentam 88,3 % para os homens e 88,9 % para as mulheres, valores esses, que não discriminam o grupo masculino do feminino⁴⁴. Quanto à população urbana, esta apresenta um índice de 89,1 % de correlação com homicídios; já para a população total do município encontrou-se a correlação de 97,7 %, o que caracteriza uma alta correlação. Quanto às raças, estas apresentam as correlações mais baixas dentre as 15 variáveis significativas, situando-se entre 87,4 % a 79,9 % e correspondendo ao nível médio superior de correlação em relação aos homicídios, sendo que a população parda atingiu uma correlação de 87,4 %, seguida pela branca com 86,5 %, pela negra com 84,8 %, pela amarela com 81,3 % e pela indígena com 79,9 %.

Estas mesmas variáveis foram verificadas em 2000 (FIGURA 16), obtendo-se em oito delas, correlações mais altas, referentes à população, sexo, faixa etária e raça. Os índices de correlação obtidos em 2000 variaram de 85,4 % a 96,2 %, enquanto os de 1991 os índices variaram de 79,9 % a 97,9 %. Para maiores esclarecimentos, ver o QUADRO 05.

⁴³ Estes resultados corroboram dados semelhantes encontrados por Jorge (2002), ou seja, da alta correlação entre óbitos e faixa etária. Entretanto, na presente pesquisa, o alto índice contemplou genericamente todas três faixas consideradas, e não distinguiu a faixa de 15 a 64 anos como seria de se esperar (ver dados de pesquisa similar, citada no marco teórico).

⁴⁴ Como é corrente em resultados já comprovados em outras pesquisas (Pochmann, 2002; Beato Filho, 2001).

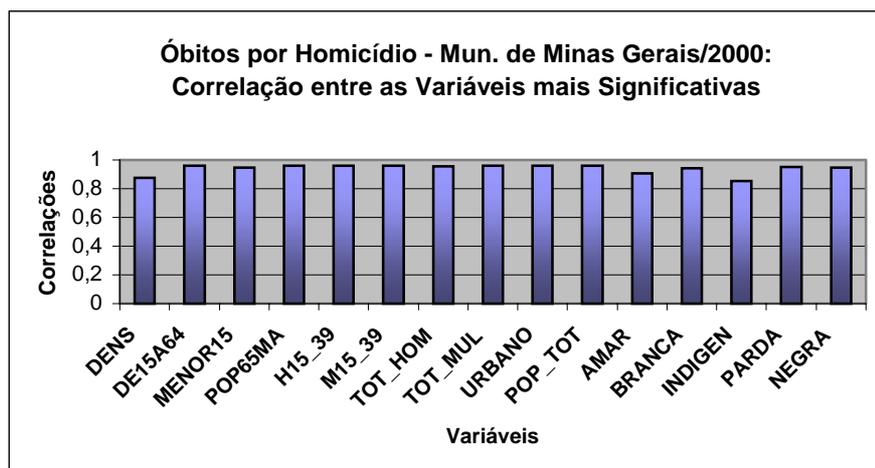


FIGURA 16 - MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS/2000 – ÓBITOS POR HOMICÍDIOS
Fonte: TIE-PUCMINAS

Dentre as correlações com óbitos por homicídio obtidas em 2000, encontrou-se os seguintes resultados significativos: variáveis de população, correspondendo a “população urbana” com 96,2 %, a “população total” com 95,8 %, e “densidade da população”, com 87,5 %. Quanto ao sexo e faixa etária os valores foram todos altos e oscilaram entre 95,5 % a 96,1 %. Quanto às 05 raças obteve-se a variação entre 85,4 % “população indígena” a 95 % “população parda”.

Percebe-se, neste rol de correlações, que os dois conjuntos reforçam ser os resultados de 2000 diferentes dos de 1991, e, mais ainda, que, em 2000, não apenas houve um aumento geral dos níveis de correlação, como também uma elevação dos níveis daquelas oito variáveis (população urbana; homens de 15 a 39 anos e mulheres de 15 a 39 anos; raças: população branca, negra, parda, amarela e indígena) que apresentaram índices mais altos nos dois momentos. Assim, pode-se notar que tais variáveis apresentam uma relação significativa para com os óbitos por homicídios. Por outro lado, ambos os conjuntos marcam suas diferenças dentro do rol comum de variáveis específicas e próprias de cada ano. Logo, com relação a estas variáveis e nos dois momentos, verifica-se em 2000 que os resultados alcançados foram

mais altos e, portanto mais significativos, sendo que tais níveis reforçam as diferenças de caracterização dos óbitos por homicídio nos dois anos trabalhados e explicando melhor a situação dos homicídios, neste último. Ou seja, os valores obtidos marcam não apenas a correlação alta, mas a significativa relação com estas variáveis tanto para 1991, quanto para 2000, no que tange aos homicídios.

Quanto aos resultados da TBH para os anos de 1991 e 2000, as correlações apresentam valores abaixo daquele previamente fixado, variando (- 2,5 %) a 33 % em 1991 e (- 19 %) a 40,6 % em 2000. Isto se faz acompanhar pelos baixos resultados da TBHs, os quais variam de (- 18,9 %) a 33,8 % em 1991 e (- 6,2 %) a 40,6 % em 2000, sendo, portanto, desconsiderados.

O segundo conjunto de correlações refere-se à RMBH, para o ano de 1991, cujos resultados se encontram sumarizados no QUADRO 06.

**QUADRO 06: CORRELAÇÕES ALTAS X OCORRÊNCIA DE ÓBITOS,
TBH E TBHs DA RMBH/MINAS GERAIS - 1991**

Número da Variável	Descrição da Variável	Valor Óbitos	Valor TBH	Valor TBHs
VAR 29	Densidade populacional do Mun.	0,987		
VAR 07	População de 15 a 64 anos	0,998		
VAR 06	População Menor de 15 anos	0,997		
VAR 09	Homens de 15-39 anos	0,964		
VAR 10	Mulheres de 15-39 anos	0,965		
VAR 17	Total de Homens	0,998		
VAR 18	Total de Mulheres	0,998		
VAR 19	População Urbana	0,966		
VAR 08	População acima de 65 anos	0,99		
VAR 15	População Total	0,998		
VAR 24	População Amarela	0,966		
VAR 22	População Branca	0,967		
VAR 26	População Indígena	0,966		
VAR 25	População Parda	0,959		
VAR 23	População Negra	0,964		
VAR 03	Renda <i>per capita</i> /Mun. M. Gerais	0,819		
VAR 02	Média de Escolaridade da População	0,62	0,497	
VAR 01	Média de Escolaridade das Mães	0,584	0,483	
VAR 21	Razão de Dependência	-0,488		
VAR 13	Média de Idade das Mães			-0,592
VAR 14	Média de Idade de População			-0,556
VAR 27	Densidade da pop. por dormitório			0,556
VAR 28	Densidade da pop. por cômodo			0,582
VAR 16	Taxa Média Anual de Crescimento			0,673

FONTE: Correlações das variáveis / Programa da Pós-graduação em Geografia / Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas

Estes resultados apresentam-se distintos em relação ao restante do Estado, face à magnitude dos valores relativos, tanto ao número de ocorrências de óbitos por homicídios, quanto às taxas brutas e padronizadas. As correlações para o conjunto de homicídios da

RMBH/1991 compõem-se de um rol de 19 variáveis, localizadas entre $(- 48,8 \%)$ e $99,8 \%$ ⁴⁵, as quais encontram-se assim configuradas (FIGURA 17).

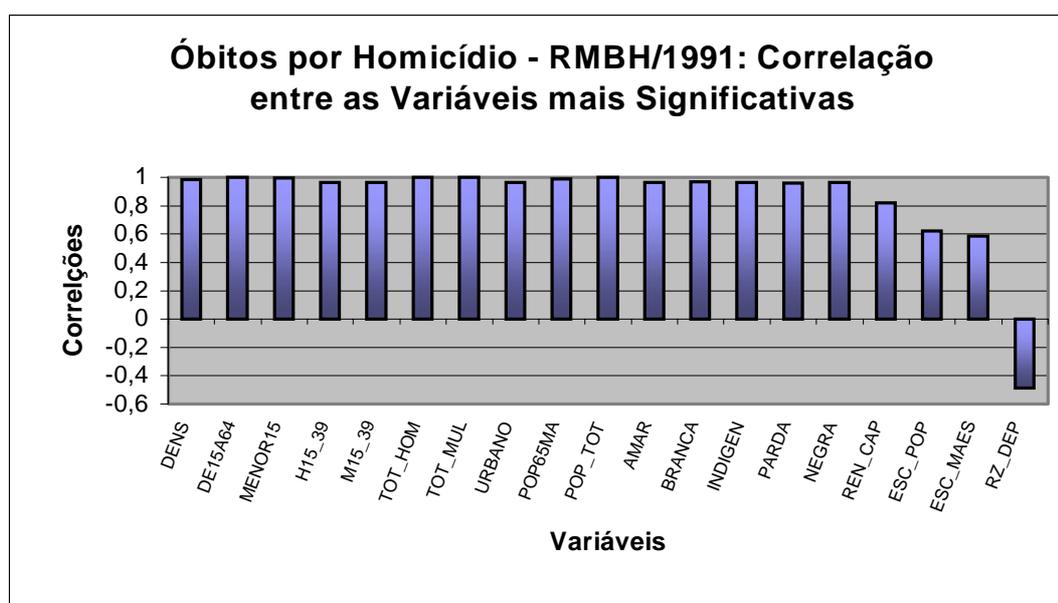


FIGURA 17 - RMBH/1991: OCORRÊNCIA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIOS
Fonte: TIE-PUCMINAS

Nesse ano, obteve-se a correlação de 99 % para a população maior que 65 anos e 99,8 % para a população total. Quanto à distribuição por faixa etária da população masculina de 15 a 39 anos o resultado corresponde a 96,4 %, enquanto a população feminina na faixa de 15 a 39 anos encontra-se 96,5 %. Em relação à população urbana o valor obtido é de 96,6 %. Para as raças, configuradas em cinco variações, obteve-se para a “população

⁴⁵ Ressalva-se ainda que as primeiras 15 variáveis são semelhantes ao já apresentado para o conjunto de 1991 e 2000.

amarela” um percentual de 96,6 %; para “população branca” 96,7 %; para “população indígena” 96,6 %; para “população parda” 95,9 % e para “população negra” 96,4 %.

Para renda *per capita* obteve-se um nível médio superior de correlação de 81,9 %. Quanto à média de escolaridade da população total encontrou-se um percentual de 62 %, o que se fez seguir da média de escolaridade das mães, com 58,4 %, e razão de dependência, com (- 48,8 %). Destaca-se essa última, pois, apesar de ser negativa, é também significativa, pois, não só possui intensidade, como a razão de dependência é exercida em sentido inverso ao das correlações positivas.

O terceiro conjunto de correlações referentes a RMBH/2000 encontra-se sumarizado no QUADRO 07.

**QUADRO 07: CORRELAÇÕES ALTAS X OCORRÊNCIA DE ÓBITOS, TBH E TBHs
DA RMBH/MINAS GERAIS - 2000**

Número da Variável	Descrição da Variável	Valor Óbitos	Valor TBH	Valor TBHS
VAR 29	Densidade populacional do Mun.	0,951	0,575	0,552
VAR 07	População de 15 a 64 anos	0,998	0,473	0,45
VAR 06	População Menor de 15 anos	0,992	0,503	0,479
VAR 09	Homens de 15-39 anos	0,996	0,485	0,461
VAR 10	Mulheres de 15-39 anos	0,997	0,478	0,454
VAR 17	Total de Homens	0,997	0,483	0,459
VAR 18	Total de Mulheres	0,998	0,474	0,45
VAR 19	População Urbana	0,997	0,477	0,453
VAR 08	População acima de 65 anos	0,995		
VAR 15	População Total	0,997	0,478	0,454
VAR 24	População Amarela	0,997	0,474	0,451
VAR 22	População Branca	0,999	0,456	
VAR 26	População Indígena	0,989	0,511	0,487
VAR 25	População Parda	0,989	0,507	0,482
VAR 23	População Negra	0,991	0,479	0,455
VAR 03	Renda <i>per capita</i> /Mun. M. Gerais	0,759		
VAR 02	Média de Escolaridade da População	0,564		
VAR 01	Média de Escolaridade das Mães	0,572		
VAR 21	Razão de Dependência	-0,474		
VAR 05	Índice do Desenvolvimento Humano	0,498		

FONTE: Correlações das variáveis/Programa da Pós-graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas

Em 2000 percebe-se também a presença de quatro variáveis (escolaridade da população; escolaridade das mães; renda *per capita* e razão de dependência), porém apresentando um decréscimo nos valores de correlação, em relação a 1991, significando que estes fatores podem estar afetando, ou tendo um peso menor no conjunto das variáveis correlacionadas aos homicídios. Entretanto, no rol de variáveis relativas a 2000 insere-se o IDH/Índice Municipal do Desenvolvimento Humano, com 49,8 %, atingindo um nível médio inferior de significação. Os resultados, em geral, apontam para uma correlação mais alta,

quanto ao conjunto dessas variáveis, com a abrangência das ressalvas já pontuadas anteriormente.

Para o ano 2000 apresentou-se o mesmo número de 20 (em 35) variáveis com correlações altas para homicídios. Entretanto, os resultados guardam diferenças próprias e para cada ano analisado, o que será refletido tanto na análise, quanto na seqüência de sua pontuação. Este conjunto de correlações apresentou uma variação de 99,9 % a (- 47,4 %), assim configurados (FIGURA 18).

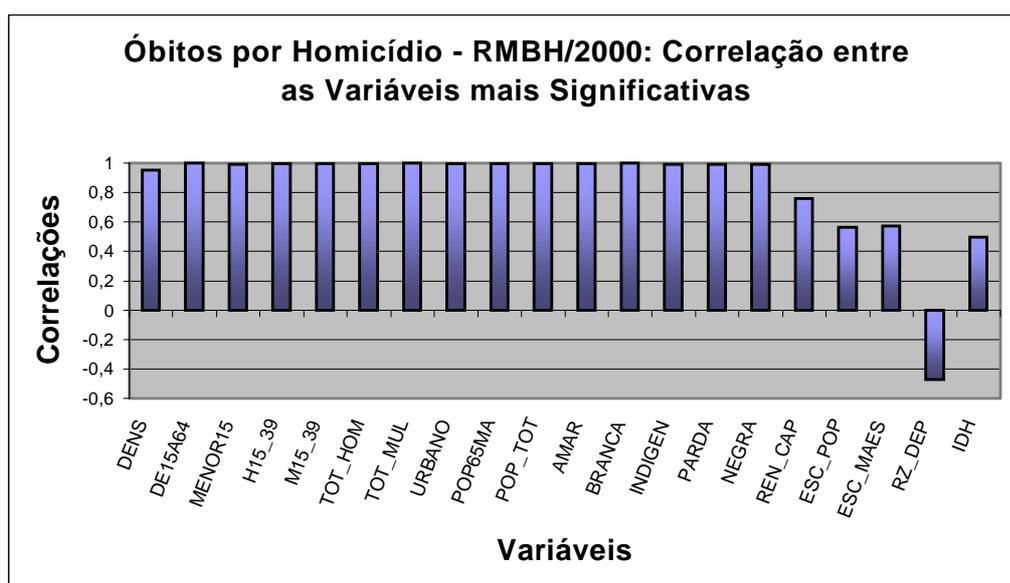


FIGURA 18 - RMBH/2000: OCORRÊNCIA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIOS
Fonte: TIE-PUCMINAS

Com relação às taxas, as análises se desenvolveram considerando inicialmente as correlações da TBH e da TBHs para 1991 e, em seguida, para 2000, em virtude de se poder melhor verificar a situação relativa a essas informações. Considerando a correlação da TBH em 1991, têm-se duas variáveis com nível médio baixo, relacionadas à média da escolaridade

da população total e a média da escolaridade das mães, sendo a primeira com 49,7 % e a segunda com 48,3 %. Logo, há possibilidade de que a taxa de escolaridade tenha correlação pertinente na faixa relacionada à presença de homicídios na RMBH.

Entretanto, a TBHs em 1991 (FIGURA 19) apresentou um rol distinto da TBH e dos dados de óbitos, variando entre o nível médio e o médio alto, e do negativo ao positivo. Ou seja, a taxa anual de crescimento (R), apresentou uma correlação média alta de 67,3 %. Já as correlações relativas à média de idade das mães e a média de idade da população apresentaram resultados, respectivamente, no limiar médio superior e na média negativa, ou no sentido inverso aos outros dois dados também na média. Quanto à densidade da população por dormitório encontrou-se 55,6 % e densidade por cômodo, 58,2 %. Tais resultados caracterizam apenas o ano de 1991, não sendo possível generalizá-los para o ano de 2000.

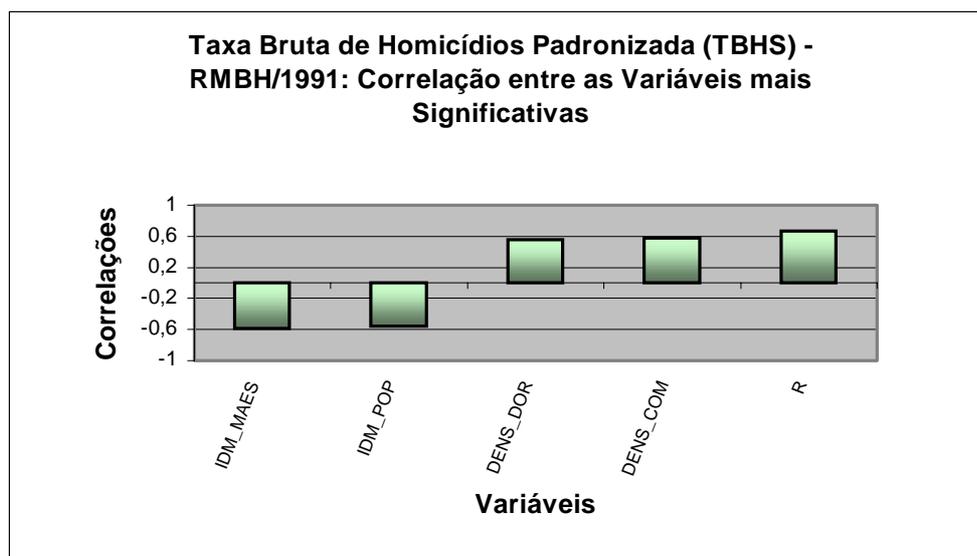


FIGURA 19 - RMBH/1991: TBHs
Fonte: TIE-PUCMINAS

Já com relação à situação da TBH e da TBHs em 2000, observam-se taxas extremamente singulares e pertinentes ao ano em questão variando a TBH de 45,6 % a 57,5 %, enquanto a TBHs também oferece um demonstrativo de 13 variáveis igualmente significativas e, segundo as correlações obtidas, variando de 45 % a 55,2 %, ou seja, do nível médio baixo ao nível médio. Em síntese, o índice de porcentagem mais alto é relativo à densidade populacional do município, ou que a variável densidade explica a 55,2 % da variabilidade da TBH.

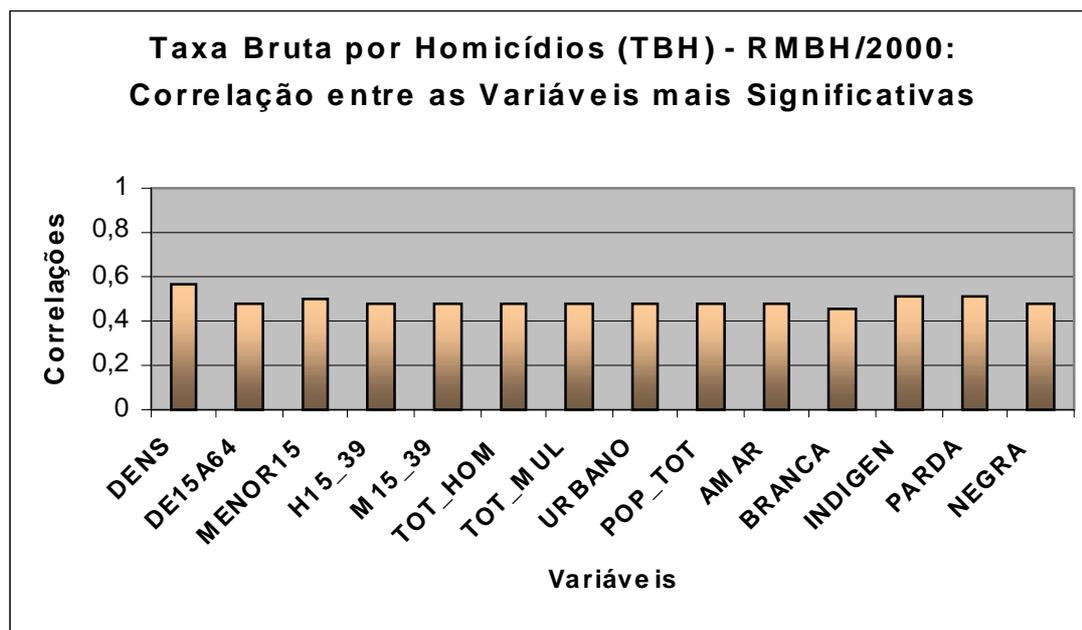


FIGURA 20 - RMBH/2000: TBH
Fonte: TIE-PUCMINAS

Quanto a TBH para a RMBH/2000 (FIGURA 20), obteve-se os seguintes resultados: o grupo de variáveis relacionado à faixa etária, apresenta o valor de 50,3 % para a faixa menor de 15 anos, 48,5 % para a população masculina na faixa de 15 a 39 anos e ligeiramente mais alta do que a população feminina nessa faixa, com 47,8 %, configurando, assim, uma tendência na direção da discriminação entre homens e mulheres. Isto se confirma ainda quanto à taxa obtida para população masculina, de 48,3 %, que apresenta também uma diferença similar quando comparada com a de população feminina, de 47,4 %. Quanto à população urbana, essa atingiu 47,7 %, e a população total, 47,8 %, tendência esta também significativa para explicar os dados de homicídios. Quanto à correlação entre as raças, a população indígena apresentou um valor de 51,1 %, a parda de 50,7 %, a negra de 47,9 %, a amarela de 47,4 % e a branca de 45,6 %, ou seja a de menor índice. Tais índices permitem fazer uma análise a nível médio das variáveis aqui correlacionadas explicando cerca de 50 % da TBH da RMBH/2000.

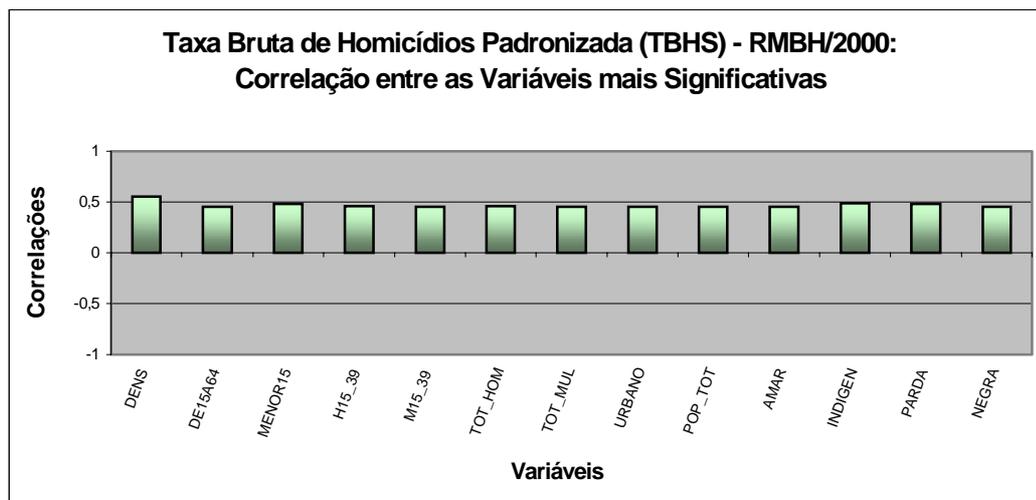


FIGURA 21 - RMBH/2000: TBHS
Fonte: TIE-PUCMINAS

No caso da TBHS em 2000 (FIGURA 21), verifica-se o nível mais alto de correlação de 55,2 % para densidade demográfica por homicídios. Quanto aos dados da população, encontrou-se uma correlação de 45 % para população entre 15 a 64 anos, 47,9 % para população menor que 15 anos; entretanto, para população masculina de 15 a 39 anos, obteve-se 46,1 %, e, para a feminina, 45,4 %, diferença esta significativa, no sentido de apontar uma tendência de correlação mais alta para homens do que para mulheres, tendência esta similar a outros resultados de pesquisas. Os resultados apresentaram ainda, uma diferença entre a correlação da taxa masculina da feminina encontrando-se uma diferença entre a taxa padronizada masculina da feminina, ou seja 45,9 % para a primeira e 45 % para a segunda, o que também se apresenta significativo e condizente com outras pesquisas na área.

Entretanto, a taxa de população urbana e a população total dos municípios apontam para uma maior concentração das populações nas cidades em detrimento da área rural, o que é consubstanciado pela proximidade das correlações obtidas entre população total (45,4 %) e

população urbana (45,3 %) e correlação não significativa a nível rural, resultado este relevante e já consubstanciado por outras pesquisas.

Quanto às raças, apenas quatro delas apresentaram correlações significativas, nesse caso a população indígena, com 48,7 %, a parda, com 48,2 %, a negra, com 45,5 %, e a amarela, com 45,1 %.

É importante ressaltar que os dados da RMBH/2000 apresentam maior consistência nos três grupos de correlações obtidas permitindo uma análise igualmente consistente. A comparação entre os dois conjuntos inviabilizou-se em face da diferença entre os cenários obtidos para 1991 e para 2000. Entretanto, em ambos, os resultados apresentam possibilidades de análises e de conclusões para cada conjunto.

Finalizando, o quarto conjunto de correlações referentes ao Nível 3/1991 encontra-se sumarizado no QUADRO 08.

QUADRO 08: CORRELAÇÕES ALTAS X OCORRÊNCIA DE ÓBITOS E TBHS DO NÍVEL 3/ MINAS GERAIS - 1991

Número da Variável	Descrição da Variável	Valor Óbitos	Valor TBHS
VAR 07	População de 15 a 64 anos	0,775	0,599
VAR 06	População Menor de 15 anos	0,687	0,521
VAR 17	Total de Homens	0,748	0,572
VAR 18	Total de Mulheres	0,764	0,594
VAR 08	População acima de 65 anos	0,869	0,741
VAR 15	População Total	0,756	0,584
VAR 26	População Indígena	0,703	0,644
VAR 25	População Parda	0,644	0,615
VAR 23	População Negra	0,607	0,576

FONTE: Correlações das variáveis/Programa da Pós-graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial da PUC – Minas

Em virtude, dos resultados obtidos para o Nível 3 terem alcançado correlações significativas somente para o ano de 1991, as análises relativas à situação dos municípios desse nível ficam restritas a este ano.

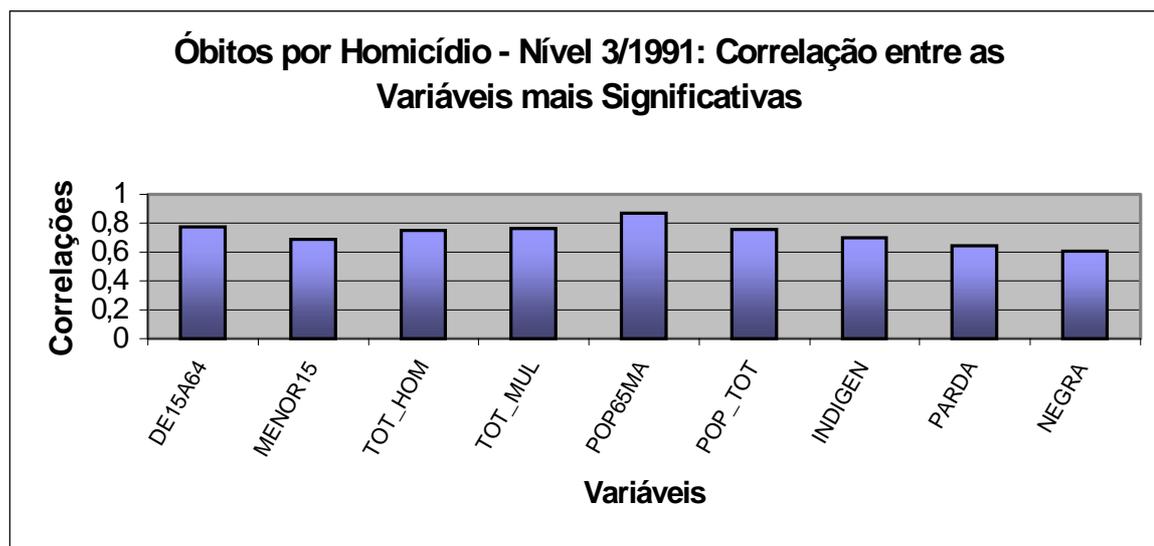


FIGURA 22 - Nível 3/1991: OCORRÊNCIA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO
 Fonte: TIE-PUCMINAS

Em relação às correlações obtidas no nível 3, em ocorrência de óbitos por homicídios (FIGURA 22) obtiveram uma variação entre 60,7 % a 86,9 % correspondente as variáveis de população por faixa etária, sexo e raça.

A população de 15 a 64 anos apresentou uma correlação de 77,5 %, enquanto que a população menor que 15 anos apresentou 68,7 %, culminando com a população maior que 65 anos, com 86,9 %; já a população total de homens apresentou 74,8 %, a população total de mulheres, 76,4 %, e população total, 75,6 %. Quanto às raças, a população indígena assegura o maior índice de correlação, com 70,3 %, a parda, com 64,4 %, e a negra, com 60,7 %. Percebe-se também que todas as taxas mantiveram-se no nível médio, ou médio superior, com

resultados distintos em relação às correlações de óbitos por homicídios anteriormente analisadas.

Quanto a TBH, não foram encontradas correlações de nível significativo definido para o presente trabalho, ou seja, maior ou igual a 0,45.

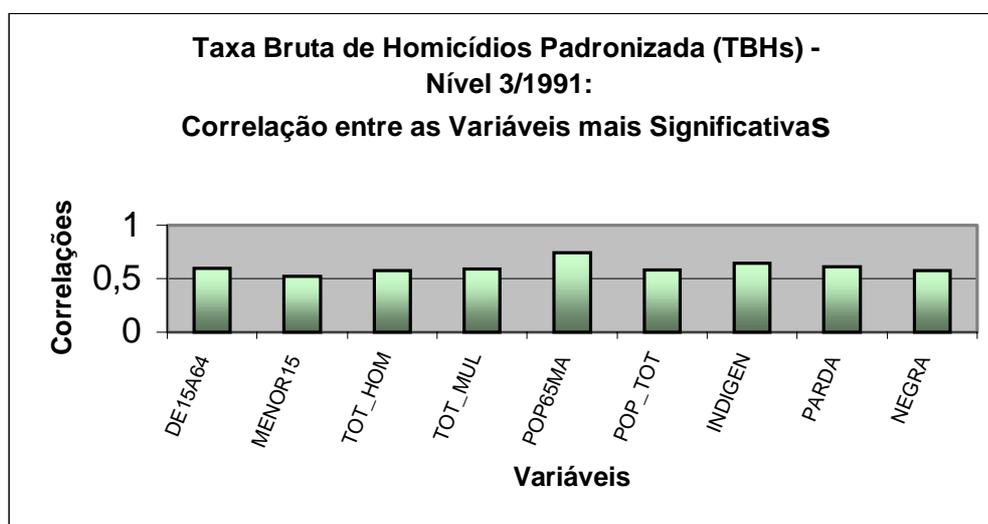


FIGURA 23 - Nível 3/1991: TAXA BRUTA DE HOMICÍDIOS PADRONIZADA (TBHs)
Fonte: TIE-PUCMINAS

Quanto aos resultados da TBHs (FIGURA 23) em 1991, esses apresentaram-se compatíveis quanto ao número de variáveis, com as correlações de óbitos por homicídios, variando de 52,1 % a 74,1 %, apresentando nove variáveis, todas correlacionadas com população, faixa etária, sexo e raça e situadas na faixa média e média alta.

O elenco de resultados obtidos e significativos foram assim distribuídos: a população na faixa de 15 a 64 anos, obteve 59,9 %; a população menor que 15 anos, 52,1 %; a população total de homens, 57,2 %; população total de mulheres, 59,4 %; população maior que 65 anos,

74,1 %; população total, 58,4 %. Quanto a raças, obteve-se correlações com a população indígena de 64,4 %; a parda de 61,5 % e a negra com 57,6 %.

Este conjunto de variáveis apresentaram características singulares, ou seja, todo o conjunto de variáveis significativas, quer em óbitos por homicídios, quer no rol das correlações das TBHs foram relativas às caracterizações da população, além dos resultados também apresentarem uma certa compatibilidade quanto a variação das correlações obtidas. Dois dados, entretanto, extrapolaram a priori o nível de expectativa, ou seja, tanto nas ocorrências de óbitos, quanto nas TBHs, a população indígena ter atingido resultados mais altos; e a população maior que 65 anos, também ter apresentado 86,9 % em homicídios e 74,1 % na TBHs, sendo portanto as variáveis que em 1991 apresentaram quase que 80 % de explicação para homicídios. As demais variáveis também apresentaram um bom índice de explicação para a ocorrência de homicídios para o ano de 1991.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da situação trabalhada, fazem-se necessários alguns comentários finais relativos aos diversos aspectos que se distinguiram no decorrer da pesquisa. Nesse sentido, quanto ao método utilizado, o das correlações, pergunta-se inicialmente pela sua pertinência e adequação para os objetivos pretendidos, uma vez que os resultados obtidos não apresentaram valores significativos, como seria de se esperar. Entretanto, tendo em vista que as caracterizações dos homicídios em 1991 e 2000 não puderam ser devidamente elucidadas, já que as correlações não apresentaram valores discriminativos e altos para as variáveis envolvidas, pode-se dizer que, nesse caso, o problema diz respeito à representatividade do conjunto das variáveis selecionadas para explicar a situação dos homicídios.

Quanto à situação dos homicídios, esperava-se que as correlações seriam mais altas na RMBH e nos municípios mais populosos, o que foi de fato verificado. Entretanto os valores obtidos nas correlações não foram suficientemente altos e nem apresentaram valores distintos para as variáveis selecionadas. Por outro lado, nas correlações aferidas para a RMBH no ano de 2000, a variável “densidade da população” foi a que mais se sobressaiu, de modo que, tanto na TBH quanto na TBHs, tal variável apresentou os valores mais altos, o que permite inferir que a densidade populacional está direta e significativamente correlacionada com a maior presença de homicídios.

Com relação à distribuição espacial, verificou-se uma diversidade entre a de 1991 e 1998, e, nesse último, as maiores ocorrências passaram a se concentrar em uma grande faixa no sentido W-E, desde o Triângulo Mineiro até o Rio Doce, passando pela RMBH, ao mesmo tempo em que pode ser notada uma divisão nítida do Estado em dois blocos, norte e sul, este congregando os valores mais elevados, enquanto aquele inclui os mais baixos, excetuando-se

uns poucos casos relativos aos municípios mais populosos. Ou seja, as alterações espaciais verificadas reforçam a constatação da tendência da concentração dos homicídios na RMBH e nos municípios mais populosos.

Em decorrência da recharacterização da distribuição espacial do homicídio no Estado, alguns municípios se destacaram pelo aumento do homicídio, como Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibirité, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano, na RMBH, além de Governador Valadares, Ituiutaba e Uberlândia, enquanto outros apresentaram tendência descendente, como Carangola, Caratinga, Itabira, Itajubá, Nanuque e Paracatu.

Em vista disso, algumas indagações podem ser colocadas. Sabe-se que a maior parte dos municípios mineiros possui uma pequena população e tais municípios apresentaram, tanto em 1991 quanto em 1998, baixos índices de homicídios, em detrimento àqueles de maior população. Entretanto alguns municípios populosos também apresentaram taxas padronizadas mais baixas de homicídio em 1998, tais como Juiz de Fora e Uberaba, o que contraria tanto a tendência verificada quanto o que, no geral, dizem as teorias a respeito. Tais situações não foram ainda devidamente estudadas, demandando compreensão das razões que as tornam tão características, ou seja, por que, sendo municípios que possuem populações mais numerosas e rendas mais altas, apresentam-se igualmente menos violentos.

Os dados obtidos no presente trabalho não são suficientes para encaminhar as respostas, senão levantar outras questões, como:

- As áreas circunvizinhas daqueles municípios mais violentos estariam mais sujeitas a apresentar um acréscimo em seus índices de homicídio, em função dessa vizinhança?
- No caso da RMBH, seus municípios integrantes estariam mais sujeitos a esse aumento da criminalidade?

- Há relação entre o desenvolvimento do centro urbano e o crime ali instalado? Ou seja, o crime se especializa paralelamente ao tipo de desenvolvimento e infra-estrutura dos municípios?
- Algumas áreas, tanto urbanas quanto rurais, ligadas aos homicídios estariam sujeitas às lutas pela posse da terra?
- Algumas áreas ligadas ao crime estariam sujeitas às disputas políticas?
- Uma vez que não há correlação entre renda e homicídios, poder-se-ia dizer que a violência está mais relacionada à má distribuição de renda?
- As variáveis explicativas da violência não estarão fortemente influenciadas pela escala geográfica? Ou seja, as variáveis que explicam a ocorrência de homicídios, dentro de uma área urbana como Belo Horizonte, não seriam totalmente diferentes daquelas que explicam a violência nos demais municípios de Minas Gerais?
- Considerando que o meio predispõe as pessoas à violência, que influências teriam, por exemplo, fatores como a localização de uma cidade junto a grandes rodovias ou a implantação de uma indústria, ou mesmo o aumento da riqueza, na exacerbação do homicídio?

Para essas questões levantadas, convergem aspectos geográficos, demográficos, urbanos, econômicos, sociais, políticos e até mesmo psicológicos. Fica, porém, em aberto, o problema apontado por diversos autores, em que a questão do crime é ligada à própria questão do homem.

Essas indagações apontam para a necessidade de aprofundamento de muitas outras questões relacionadas à ocorrência de homicídios, entre elas, os fatores geográficos, de escala, de distâncias, infra-estrutura, renda e educação.

Por ser a violência um tema transversal e polissêmico, de abrangência a diversos campos do saber, há fortes indícios para se buscar soluções envolvendo a discussão

transdisciplinar, entre a academia, a sociedade e o Estado tendo em vista acrescentar novos saberes e soluções para o então intrincado e desafiante tema.

Por outro lado, verifica-se a ausência de interface entre as diversas disciplinas relacionadas à questão da violência, persistindo ainda hoje a tendência de se apontar para uma causa e não, para um provável reticulado de causas e circunstâncias. Como exemplo, responsabilizar à má distribuição de renda, ou à ausência de infra-estrutura, ao invés de se reconhecer todo um conjunto de fatores que predisõem ao crime, bem como suas possíveis interações.

Estudos apontam ainda para a necessidade de áreas como a antropologia, a sociologia e a psicanálise, dentre outras, poderem não somente intercambiar conhecimentos, como atuarem diretamente no sistema prisional, conforme o indicativo da expansão da violência, o que beneficiaria tanto o campo teórico quanto à instituição de meios voltados para compreensão da violência.

Em síntese, faz-se necessário um maior fomento à área da pesquisa permitindo ampliação de conhecimentos na perspectiva sociológica, antropológica e psicanalítica, do direito e da área criminológica, da geografia e da demografia, entre outras, bem como o envolvimento da sociedade como um todo e do Estado, na busca de soluções tanto locais, quanto em um nível mais amplo. Privilegiar a violência é sem dúvida equalizar forças e condições de vida mais favoráveis para a sociedade contemporânea e para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. F. et al. O acesso à infra-estrutura nas diferentes regiões. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS-BDMG. **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte: Rona, 2002a. v. 2, cap. 2, p. 33-90.

ABREU, J. F. et al. Tipologia de regiões. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS-BDMG. **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte: Rona, 2002b. v.2, cap. 6, p. 249-282.

ADORNO, S. A. Crise no sistema de justiça criminal. **Ciência e Cultura**, Ano 54, n.1, p.50-51, jul./set. 2002.

ADORNO, S. A.; CARDIA, N. Nota de Apresentação **Ciência e Cultura**, Ano 54, n.1, p.20, jul./set. 2002.

AIDAR, T. As causas externas e o perfil de mortalidade da população residente no município de Campinas entre 1980 e 2000. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002. Ouro Preto. **Trabalhos apresentados**. Ouro Preto: ABEP, 2002.

ANDRADE, M.V. Breves considerações sobre políticas estaduais na área social. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS-BDMG. **Minas Gerais do século XXI: reinterpretando o espaço mineiro**. Belo Horizonte: Rona, 2002a. v. 8, p.9-12.

ANDRADE, M.V. Políticas estaduais na área da saúde. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS-BDMG. **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte: Rona, 2002b. v. 8, cap. 3, p.83-129.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

ARRUDA, M. A.; AMORIM FILHO, O.B.A. Os sistemas urbanos. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS-BDMG. **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte: Rona, 2002. v. 2, cap. 5, p.185-243.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS_BDMG. **Minas Gerais do século XXI: reinterpretando o espaço mineiro**. Belo Horizonte: Rona, 2002. v. esp., p. 1-84.

BARROSO, L.C. **Métodos Quantitativos II** (NOTAS DE AULAS). Programa de Pós-Graduação em Geografia -Tratamento da Informação Espacial. PUC Minas, Belo Horizonte, 2002.

BATITUCCI, E. Análise descritiva da criminalidade violenta no Brasil: o caso de homicídios em quatro regiões metropolitanas. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 22, 1998. Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ANPOCS, 1998.

BATITUCCI, E.C.; RIBEIRO, L. M. L.; SAPORI, L. F. Diretrizes para uma política de segurança pública em Minas Gerais. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS-BDMG. **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte: Rona, 2002. v.8, cap. 6, p.197-218.

BEATO FILHO, C. C. et. al. **Criminalidade violenta em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / FAPEMIG, 1998. (Projeto de Pesquisa: A organização policial e o combate à criminalidade violenta).

BEATO FILHO, C. C.; REIS, I. A. Desigualdade, desenvolvimento sócio-econômico e crime. **Anais** do Seminário desigualdade e pobreza no Brasil – IPEA (em CD-ROM) – Rio de Janeiro(RJ), 12 a 14 de agosto de 1999.

BEATO FILHO, C. C. **Atlas da criminalidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública / UFMG, 2001.

BEATO FILHO, C. C. et. al. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil de 1995 a 1999. **Cadernos de Saúde Pública**, v.17, n. 5, p.1165-1171, set./out. 2001.

BEATO FILHO, C. C. et. al. **Atlas da criminalidade de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública / UFMG, 2002.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto-lei n.3.689, de 03 out. 1941. In: BRASIL. **Código de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 1941.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de informação sobre mortalidade (SIM)**. Disponível em <[http://www.datasus.gov.br/Estatisticas Vitais-Mortalidade e Nascidos Vivos/Mortalidade Geral/MG.htm](http://www.datasus.gov.br/Estatisticas/Vitais-Mortalidade e Nascidos Vivos/Mortalidade Geral/MG.htm)>. Acesso em março de 2003.

CALDEIRA, T. P. R. Violência, direitos e cidadania: relações paradoxais. **Ciência e Cultura**, Ano 54, n.1, p. 44-46, jul./set. 2002.

CAMARGO, A. B. M. **Mortalidade por causas externas no estado de São Paulo e suas regiões**. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARDIA, N.; SCHIFFER, S. Violência e desigualdade social. **Ciência e Cultura**, Ano 54, n.1, p. 25-31, jul./set. 2002.

CARVALHO, J.A.M.; SAWYER, D.O.; NASCIMENTO, R.N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. São Paulo: ABEP, 1998.

CERON, A. Classificações espaciais e regionalização. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, v. 7, n. 14, p. 9-45, 1997.

CESAR et. al. Transporte e logística In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS-BDMG. **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte: Rona, 2002. v.3, c. 1, p. 102.

COELHO, E. C. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p. 139-161, abr./jun. 1978.

COELHO, E. C. A criminalidade urbana violenta. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.31, n. 2, p. 145-182, 1988.

COLE, J. P. **Geografia quantitativa**. Rio de Janeiro: Luperj, 1972.

COSTA, B. L. D.; CARNEIRO, C.B.L. Sugestões para uma política estadual de combate à pobreza persistente. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS-BDMG. **Minas Gerais no século XXI**. Belo Horizonte: Rona, 2002. ,v. 8, cap. 5, p. 167-195.

COTTET, S. **O paradoxo do gozo**: três seminários. Salvador: Fator, 1989.

DATASUS. **Estatísticas vitais**. Disponível em <http://www.datasus.gov.br/EstatísticasVitais-Mortalidade_e_Nascidos_Vivos/Mortalidade_Geral/MG.htm>. Acesso em março de 2003

ECO, U. **O nome da rosa**. Rio de Janeiro:, Nova Fronteira, 13ª ed., 1983.

FABRIS, Z. O crime das irmãs Papin: o tempo do espelho www.rubedo.psc.br /Artigos / crimepap.htm! Acesso em julho de 2003

FEIGUIM, D.; LIMA, R. Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 9, n. 2, abr./jun. 1995.

FÉRES, N. R. Aquém e além do fantasma, “a” graça do santo. **Cadernos Aleph: Psicanálise – Transmissão**, Belo Horizonte, v. 3, p. 44-49, 1999

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Gamma, 1999.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: _____. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969a. v.21.

FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: _____. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969b. v.14.

FREUD, S. Esboço da psicanálise. In: _____. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969c. v.23.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG; POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS – PMMG. **Criminalidade em Minas Gerais (1986-1998)**. Belo Horizonte: ESM Consultoria, 1998 (CD –ROM).

GIVISIEZ, G. H. N. Uma agenda estadual para habitação. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS-BDMG. **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte: Rona, 2002. v.8, cap. 4, p.135-163.

GUAGLIARDI, R. L. Um estudo dos óbitos violentos no Brasil – 1980/1995. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002. Ouro Preto. **Trabalhos apresentados**. Ouro Preto: ABEP, 2002, 1-59.

HELLER, L.; NASCIMENTO, N. O.; PAIVA, J. E. M. O acesso à infra-estrutura nas diferentes regiões. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS-BDMG. **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte: Rona, 2002. v. 3, cap. 4, p. 245-300.

HOUAISS, A; VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de vitimização: dificuldades e alternativas.** Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico, 1991.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico, 2000.**

IZUMINO, W. P.; NEME, C. Violência urbana e graves violações de direitos humanos. **Ciência e Cultura**, Ano 54, n.1, p. 47-49, jul./set. 2002.

JORGE, M. H. P.M. Violência como problema de saúde pública. **Ciência e Cultura**, Ano 54, n.1, p. 52-54, jul./set. 2002.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 63, p. 9-30, jul. 2002.

LACAN, J. Introdução da coisa. In: _____. **A ética da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1988, p. 29-107.

LACAN, J. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: _____. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a, p.127-151.

LACAN, J. Kant com Sade. In: _____. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b, p.776-803.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas.** São Paulo: Habra, 1987.

LÉVY, P. **O que é virtual?** Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.

MATOS, R. E. S. **Planejamento urbano e legislação urbanística: o caso de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 1988.

MILLER, J. A. Sobre Kant com Sade. In: MILLER, J. A. **Lacan elucidado: palestras no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p.153-218.

MINAYO, M. C.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 4, n.1, p. 7-23, 1999.

NUNES, P. **Dicionário de tecnologia jurídica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956.

OLIVEIRA, J. B. A. Educação: qualidade e eficácia do gasto público. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS-BDMG. **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte: Rona, 2002. v. 8, cap. 1, p.13-47.

PAIXÃO A. L. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, P. S. (Org.) **Crime violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PAIXÃO A. L. “A violência urbana e a sociológica? Sobre crenças e fatos e mitos e teorias e políticas e linguagens...”. **Religião e Sociedade**, 1990, 15, n. 1; p. 68–81.

PERES, M. F. T. Prevenção e controle: oposição ou complementaridade para a redução da violência? **Ciência e Cultura**, Ano 54, n.1, p.54-55, jul./set. 2002.

PESQUISA DA UNESCO. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 abr. 2002. Caderno Cotidiano, p. 4.

PINHEIRO, P. S. (Org.) **Crime, violência e poder**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

POCHMANN, M. Violência e emigração internacional na juventude. **Ciência e Cultura**, Ano 54, n.1, p.39-43, jul./set. 2002.

PRATES, F. M. (Coord.) As condições de vida. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS-BDMG. **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte: Rona, 2002. v.1, cap. 3, p.135-179.

RIGOTTI, J. I R. **Fluxos migratórios e distribuição espacial da população na região metropolitana de Belo Horizonte**: década de 70. 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte.

RIGOTTI, J. I. R.; AMORIM FILHO, O. B. Aspectos demográficos do espaço mineiro. In: BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS-BDMG. **Minas Gerais do século XXI**. Belo Horizonte: Rona, 2002. v. 2, cap. 3, p. 91-124.

SANTOS, J. V. T. Microfísica da violência, uma questão social mundial. **Ciência e Cultura**, Ano 54, n. 1, p. 22-24, jul/set. 2002.

SAPORI, L. F.; BATITUCCI, E. C. Análise descritiva da incidência de homicídios na região metropolitana de Belo Horizonte: 1980-1995. **Oficina**, Belo Horizonte, Ano 7, n.11, p.83-107, fev. 2000.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1978.

SOMARRIBA, M. M. et al.. **Lutas urbanas em Belo Horizonte**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, E. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. **Cadernos de Saúde Pública**, v.10, Supl.1, p. 45-60, 1994.

VASCONCELOS, A. M. N, LIMA D. D. Mortalidade por acidentes de trânsito no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10, 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998.

YUNES, J., ZUBAREW T. Mortalidad por causas violentas en adolescentes y jóvenes: un desafío para la región de las Americas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 2, n.3, 1999.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**. São Paulo. Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A. Violência, crime organizado e poder: a tragédia brasileira e seus desafios. In: VELLOSO, T. P. P.(ed) **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. José Olympio ed., Rio de Janeiro, 1994.

ZALUAR, A. Qualidade de dados; políticas públicas eficazes e democracia. In: **CONFERENCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA**, 1996. v. 3.

ZALUAR, A. A guerra sem fim em alguns bairros do Rio de Janeiro. **Ciência e Cultura**, Ano 54, n.1, p.32-38, jul./set. 2002.